



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
PRÓ-REITORIA DE ENSINO
DIRETORIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO DE ENSINO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO
CAMPUS DE GUANAMBI
Distrito de Ceraíma, s/n – Zona Rural - Cx Postal 09 - CEP: 46430000 - Guanambi-BA

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO
A Construção Coletiva da Identidade do *Campus* Guanambi

Guanambi/ BA
2016

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO
A Construção Coletiva da Identidade do *Campus* Guanambi

Projeto aprovado pela Resolução nº ____/2016 – CONSUP/IF Baiano, de ____/____/2016.

Guanambi/ BA
2016

PRESIDENTE DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Dilma Vana Rousseff

MINISTRO DA EDUCAÇÃO

José Mendonça Bezerra

SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

Marcelo Machado Feres

REITOR DO IF BAIANO

Geovane Barbosa do Nascimento

PRÓ-REITOR DE EXTENSÃO

Rita Vieira Garcia

PRÓ-REITORA DE ENSINO

Camila Lima Santana e Santana

PRÓ-REITOR DE PESQUISA

Delfran Batista dos Santos

PRÓ-REITOR DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

Alisson Jadavi Pereira da Silva

PRÓ-REITOR DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO

José Virolli Chaves

DIRETOR GERAL DO CAMPUS GUANAMBI

Roberto Carlos Santana Lima

DIRETOR ACADÊMICO

Nivaldo Moreira Carvalho

COORDENADOR DE ENSINO

Evaniton Moura Aves

Comissão de Articulação e Elaboração do Projeto Político Pedagógico-PPP
Campus Guanambi

Ana Patrícia Bezerra dos Santos.....Técnica em Assuntos Educacionais
Carlito José de Barros Filho.....Pedagogo
Eloide Santana Rocha.....Técnica em Assuntos Educacionais
Floriatan dos Santos Costa.....Representante de Discentes
Iury Lanno Batista OliveiraRepresentante de Discentes
Joice Karine Fernandes Silva Pereira.....Representante dos Docentes
Judácia da Silva Pimentel Carvalho.....Técnica em Assuntos Educacionais
Lindomar Santana Aranha Pereira.....Técnica em Assuntos Educacionais
Leila Miranda Pereira RochaTécnica em Assuntos Educacionais
Maria do Carmo Neves Cardoso.....Técnica em Assuntos Educacionais
Mayana Abreu Pereira.....Técnica em Assuntos Educacionais
Marly Eva Pereira Bernardo Lima Representante de pais
Neurisângela Maurício dos Santos Miranda.....Técnica em Assuntos Educacionais
Thiago Soares Fernandes..... Analista de Sistemas
Mirian Alves Pereira.....Assistente de Alunos

“Evidentemente todo projeto inclui o novo, o diferente, possuindo, em seu íntimo, por um lado certa dose de crítica ao presente, por outro, certa dose de utopia a ser alcançada. (...) Projeto requer dois sentimentos: paciência e persistência(...).”

(Paulo Afonso Caruso Ronca).

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Cursos ofertados no *campus* Guanambi por modalidade

Quadro 2 - Matrícula no *campus* Guanambi ano /semestre letivo 2015.2

Quadro 3 - Área dos gabinetes localizados no prédio administrativo I

Quadro 4 - Área dos gabinetes localizados no prédio administrativo II

Quadro 5 - Área dos gabinetes localizados no pavilhão de aula I

Quadro 6 - Dimensões dos gabinetes para docentes

Quadro 7 - Dimensões das salas de aula existentes no *campus*

Quadro 8 - Tipos e quantitativo de jogos presentes no centro de convivência

Quadro 9 - Tipos e quantitativos de estruturas esportivas do *campus*

Quadro 10 - Dimensões dos compartimentos pertencentes ao refeitório do *campus*

Quadro 11 - Setores de criação de animais e as respectivas áreas

Quadro 12 – Laboratórios disponíveis no *campus* Guanambi

QUADRO 13 - Recursos tecnológicos e audiovisuais pertencentes ao patrimônio do *campus*

QUADRO 14 - Quantitativo de servidores Técnico Administrativo em Educação por categoria funcional no *campus* Guanambi

QUADRO 15 - Corpo técnico -administrativo do IF Baiano *campus* Guanambi

QUADRO 16 - Corpo docente do IF Baiano *campus* Guanambi

QUADRO 17 - Sistematização das dimensões do processo avaliativo do *campus* Guanambi

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mapa do Território de Identidade Sertão Produtivo

Figura 2 - Organograma do *campus* Guanambi

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Representação numérica do acervo geral da biblioteca do IF Baiano *campus* Guanambi

Tabela 2 - Acervo de livros conforme áreas de conhecimento CAPES/CNPQ da Biblioteca do IF Baiano *campus* Guanambi

Tabela 3 - Quantitativo e percentual de Técnico Administrativo em Educação por classe no *campus* Guanambi

Tabela 4 – Quantitativo e percentual de Técnico Administrativo em Educação por titulação do *campus* Guanambi

Tabela 5– Quantitativo e percentual do corpo docente por titulação do *campus* Guanambi

Tabela 6– Quantitativo e percentual de docentes por regime de trabalho

Tabela 07 - Fluxo escolar do curso Técnico em Agropecuária integrado ao Ensino Médio do IF Baiano *campus* Guanambi no período 2010-2015

Tabela 08 - Fluxo escolar do curso Técnico em Agroindústria Integrado ao Ensino Médio do IF Baiano *campus* Guanambi no período 2010-2015

Tabela 09 - Fluxo escolar do curso Técnico em Agricultura subsequente ao Ensino Médio do IF Baiano *campus* Guanambi no período 2010-2015

Tabela 10 - Fluxo escolar do curso Técnico em Zootecnia subsequente ao Ensino Médio do IF Baiano *campus* Guanambi no período 2010-2015

Tabela 11 - Fluxo escolar do curso Superior de Engenharia Agrônômica do IF Baiano *campus* Guanambi no período 2010-2015

Tabela 12 - Fluxo escolar do curso Superior de Licenciatura em Química do IF Baiano *campus* Guanambi no período 2010-2015

Tabela 13 - Fluxo escolar do curso Superior de Tecnologia em Agroindústria do IF Baiano *campus* Guanambi no período 2010-2015

Tabela 14 - Fluxo escolar do curso Superior de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas do IF Baiano *campus* Guanambi no Período 2010-2015

Tabela 15 - Fluxo escolar do curso Técnico Em Informática Integrado ao Ensino Médio — Modalidade PROEJA do IF Baiano *campus* Guanambi no período 2010-2015

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01 -Taxas do fluxo escolar nos cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio do IF Baiano *campus* Guanambi no período 2010-2015

Gráfico 02 - Taxas do fluxo escolar nos cursos Técnicos Subsequentes ao Ensino Médio do IF Baiano *campus* Guanambi no período 2010-2015

Gráfico 03 - Taxas do fluxo escolar nos cursos Superiores do IF Baiano *campus* Guanambi no período 2010-2015

Gráfico 04 - Taxas do fluxo escolar no curso Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio – modalidade PROEJA no período 2010-2015

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO

ATO SITUACIONAL

2. PERFIL INSTITUCIONAL

2.1 Identificação do *Campus Guanambi*

2.2 Contexto Sócio Histórico e Identidade Institucional

2.3 O *Campus Guanambi* na Região do Sertão Produtivo: Implicações no Desenvolvimento Local e Regional

2.4 Missão

2.5 Visão

2.6 Valores

2.7 Áreas de formação e Cursos Oferecidos

3. OBJETIVOS

3.1 Objetivo Geral

3.2 Objetivos Específicos

4. DIAGNÓSTICO INSTITUCIONAL

4.1 Infraestrutura física e material

4.2 Estrutura Organizacional

4.3 Recursos Humanos

4.3.1 Corpo Administrativo

4.3. 2 Corpo docente

4.4 Indicadores de acesso e fluxo escolar

4.5 Relação Campus X Comunidade

ATO CONCEITUAL

5. CONCEPÇÕES, PRINCÍPIOS E FUNDAMENTOS QUE NORTEIAM AS PRÁTICAS ACADÊMICAS DO CAMPUS

5.1 CONCEPÇÃO DE SER HUMANO, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO

5.2 PRINCÍPIOS DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

5.2.1 Formação Humana: diversidade, inclusão e cidadania

5.2.2 Concepção de Educação e a sua relação com o mundo do trabalho

5.2.3 Concepção de Ciência e Tecnologia

5.3 A DEMOCRACIA COMO PRINCÍPIO DA GESTÃO

5.4 DIRETRIZES DE ENSINO

5.3.1 A Educação Profissional Técnica de Nível Médio

5.3.2 A Educação Profissional Técnica Integrada à Educação de Jovens e Adultos (EJA)

5.3.3 A Educação à Distância

5.3.4 A Educação superior

5.4 CONCEPÇÕES E PRINCÍPIOS ORIENTADORES DO CURRÍCULO

5.4.1 Currículo Integrado: Desafios e Possibilidades

5.4.2 Os Projetos Integradores

5.8.6 A indissociabilidade Ensino-Pesquisa-Extensão

ATO OPERACIONAL

6. DIRETRIZES PARA A PRÁXIS PEDAGÓGICA

6.1 Relação Docente x Discente

6.2 O Planejamento Pedagógico

6.3 A Avaliação da Aprendizagem

— 6.4 A Prática Profissional

6.4.1 O Estágio Supervisionado

7. POLÍTICAS E AÇÕES INSTITUCIONAIS

7.1 Políticas de Acesso e Permanência de Estudantes

7.2 Política de Assistência Estudantil

7.3 Política da Diversidade e Inclusão

7.4 Política de Valorização e Formação Continuada de Servidores

7.5 Política de Acompanhamento do Egresso

7.6 Políticas de Extensão

7.7 Políticas de Pesquisa

8 AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

8.1 Comissão Própria de Avaliação (CPA) do *Campus*

8.2 Critérios de Autoavaliação do Projeto Político Pedagógico

9. REFERÊNCIAS

10. ANEXO

1. INTRODUÇÃO

O Projeto Político-Pedagógico (PPP) constitui-se referência norteadora de todos os âmbitos das práticas acadêmicas da instituição.

Para Vasconcelos, o Projeto Político Pedagógico

É o plano global da instituição. Pode ser entendido como a sistematização, nunca definitiva, de um processo de Planejamento Participativo, que se aperfeiçoa e se concretiza na caminhada, que define claramente o tipo de ação educativa que se quer realizar. É um instrumento teórico-metodológico para a intervenção e mudança da realidade. (Vasconcelos, 2002:169)

O PPP é, portanto, um documento mediador de decisões, da condução das ações e da análise dos seus resultados e impactos. Ainda se constitui num retrato da memória histórica construída, num registro que permite à escola rever a sua intencionalidade e sua história.

O *Campus* Guanambi entende que o Projeto Político-Pedagógico vai além de um simples agrupamento de textos, planos de ensino e de atividades diversas. O projeto não é algo que é construído e em seguida arquivado ou encaminhado às autoridades educacionais como prova do cumprimento de tarefas burocráticas. Ele é construído e vivenciado em todos os momentos, por todos os envolvidos com o processo educativo da escola.

Através do PPP a instituição educativa revela a sua finalidade, assim como a concepção de sociedade na qual deseja intervir e o tipo de formação a que se pretende em seu cotidiano pedagógico. Portanto, o documento busca estabelecer os referenciais balizadores das práticas educativas, que são de natureza política e pedagógica, traduzindo ainda as concepções de ser humano, educação, currículo, planejamento e avaliação praticados pela instituição.

Nesse sentido, o **Projeto Político Pedagógico: A Construção Coletiva da Identidade do *Campus* Guanambi**, reúne os pressupostos filosóficos e técnico metodológicos gerais que norteiam as práticas acadêmicas do Campus, bem como a organização didático pedagógica da instituição.

A construção deste documento referencia-se na Constituição Federal de 1988, que trouxe avanços significativos para a educação brasileira, dentre eles a igualdade de condições para o acesso e a permanência na escola e a gestão democrática (art. 206); na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional(LDBEN nº 9.394/96), que remete aos estabelecimentos de ensino a elaboração e execução de suas propostas pedagógicas (art.12, inciso I) e que destaca a participação da comunidade escolar na elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino (art. 14); nas diretrizes do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano, dentre outras legislações e diretrizes educacionais vigentes no país.

Veiga (1998), aponta três movimentos básicos no processo de construção do PPP denominados: Ato Situacional, Ato Conceitual e Ato Operacional. Nesse sentido, o presente documento está organizado em três partes, as quais se subdividem em seções e subseções. Na primeira parte que se refere ao Ato Situacional, é feita a descrição da realidade na qual se desenvolve a ação político-pedagógica da Instituição. É feita a caracterização institucional através da descrição sucinta do histórico da instituição, inserção regional, perfil institucional. A segunda parte diz respeito ao Ato Conceitual, na qual são apresentadas as Concepções, Princípios Filosóficos e Fundamentos que norteiam as práticas acadêmicas do *campus* - concepções de sociedade, trabalho, educação, currículo e avaliação adotadas para a formação do sujeito e a construção da sociedade desejada. A última parte se refere ao Ato Operacional em que se delineia a proposta de atuação, fundamentada em estratégias, metodologias e ações pedagógicas voltadas às definições assumidas para atingir os objetivos propostos. Trata-se da configuração político-pedagógica em que são abordadas as diretrizes para a práxis pedagógica, as políticas e ações institucionais, assim como o processo de acompanhamento e avaliação do Projeto Político Pedagógico.

Ademais, o IF Baiano *Campus Guanambi* ao construir seu Projeto Político Pedagógico corrobora o compromisso com uma educação pública, gratuita, inclusiva e com qualidade socialmente referenciada, buscando engajar-se no esforço nacional de tornar a educação profissional técnica/tecnológica uma ferramenta para a

construção de uma nação que tenha em seu projeto, o compromisso com o desenvolvimento social igualitário, sustentável e justo.

ATO SITUACIONAL

2. PERFIL INSTITUCIONAL

2.1 Identificação do *Campus Guanambi*

NOME:

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano - Campus Guanambi

SIGLA:

IF Baiano/Guanambi

CNPJ:

107249030004-11

ENDEREÇO:

Zona Rural - Distrito de Ceraíma, Guanambi – BA – CEP: 46430-000

TELEFONES:

(77) 3493-2100 / 3493-2101 / 3493-2105 / 3493-2106 / 3493-2108

PÁGINA INSTITUCIONAL NA INTERNET:

www.ifbaiano.edu.br/unidades/guanambi

ENDEREÇO ELETRÔNICO:

gabinete@guanambi.ifbaiano.edu.br

AUTORIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO: Portaria



2.2 Contexto Sócio - Histórico e Identidade Institucional

O Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia Baiano -IF BAIANO/*Campus* Guanambi é uma Instituição pública, gratuita e democrática, dotada de autonomia administrativa e pedagógica, mantida pelo Governo Federal, vinculado à Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC). Tem sua trajetória histórica iniciada em julho de 1993 como Escola Agrotécnica Federal Antônio José Teixeira, criada por meio da Lei nº 8.670/93 D.O.U de 01 de julho de 1993 e autorizada pela Lei nº 8.731/93, D.O.U de 17 de novembro de 1993, quando suas atividades administrativas foram iniciadas. As atividades pedagógicas tiveram início em fevereiro de 1995, com a oferta do curso Técnico em Agropecuária.

Em dezembro de 2008 foi instituída a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica no âmbito do sistema federal de ensino, através da Lei Nº 11.892/2008, a partir da agregação/transformação de antigas instituições profissionais - 31 Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefets), 75 Unidades Descentralizadas de Ensino (Uneds), 39 Escolas Agrotécnicas, 7 Escolas Técnicas Federais e 8 escolas vinculadas a universidades que deixaram de existir para formar os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

Assim, a Escola Agrotécnica Federal Antônio José Teixeira passou a ser o *Campus* Guanambi, pertencente ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano o qual se consolida como Instituição pluricurricular de Educação Superior, Básica e Profissional, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino.

Eliezer Pacheco (2011), salienta que “os Institutos Federais são a síntese daquilo que de melhor a Rede Federal construiu ao longo de sua história e das políticas de educação profissional e tecnológica do governo federal. São caracterizados pela ousadia e inovação necessárias a uma política e a um conceito que pretendem antecipar as bases de uma escola contemporânea do futuro e comprometida com uma sociedade radicalmente democrática e socialmente justa. ”

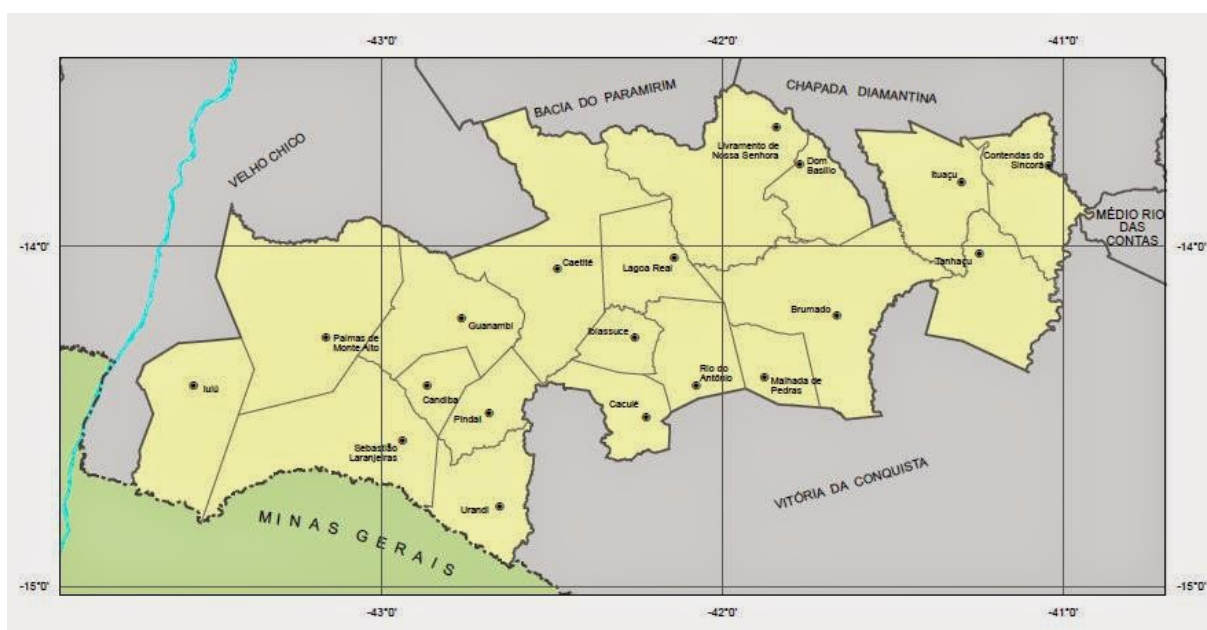
Nessa perspectiva, o *Campus* Guanambi identifica-se como uma instituição inovadora e ousada, ancorada na conjugação de conhecimentos técnicos,

tecnológicos e científicos, na articulação - trabalho, ciência e cultura - e que prima pelo desenvolvimento do trabalho numa perspectiva democrática e de justiça social.

2.3 O *Campus* Guanambi na Região do Sertão Produtivo: Implicações no Desenvolvimento Local e Regional

O IF Baiano – *campus* Guanambi está situado no Distrito de Ceraíma, zona rural do Município de Guanambi, o qual se localiza no Centro-Sul Baiano e pertence ao Sertão Produtivo, um dos 27 Territórios de Identidade da Bahia.

FIGURA 1 – MAPA DO TERRITÓRIO DE IDENTIDADE SERTÃO PRODUTIVO



Fonte: <http://mapadosertaoprodutivodabahia.blogspot.com.br/>

O Território de Identidade¹ Sertão Produtivo abrange uma área de 23.550,85

1

“um espaço físico, geograficamente definido, geralmente contínuo, caracterizado por critérios multidimensionais, tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política e as instituições, e uma população com grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade, coesão social, cultural e territorial”. <<http://www.seplan.ba.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=51>>

Km², com uma população de 444.666 habitantes (IBGE/ 2010), que corresponde a 3,2% da população total do estado. É formado por 19 municípios (Brumado, Caculé, Caetité, Candiba, Contendas do Sincorá, Dom Basílio, Guanambi, Ibiassucê, Ituaçu, Iuiu, Lagoa Real, Livramento de Nossa Senhora, Malhada de Pedras, Palmas de Monte Alto, Pindaí Rio do Antônio, Sebastião Laranjeiras, Tanhaçu, Urandi) e compreende-se entre as regiões da Serra Geral e do Médio São Francisco.

De acordo com estatísticas da Secretaria da Agricultura do Estado da Bahia, 90% da economia do Território Sertão Produtivo tem por base a agricultura familiar. Com uma população de 444.666 habitantes, o território tem mais de 45% destes, residentes no campo, de acordo os dados do IBGE em 2010.

Em relação às atividades econômicas, o Sertão Produtivo tem uma história de produção algodoeira que desenvolveu o comércio, especialmente no município de Guanambi. Atualmente, tem-se que a administração pública e o comércio varejista (Guanambi, Caetité e Livramento de Nossa Senhora) constituem-se os principais setores econômicos do TI segundo a RAIS. Apesar de o comércio varejista ter o maior número de estabelecimentos no TI, com aproximadamente 52%, é a administração pública que responde pela maior geração de emprego formal. A mineração é uma das principais atividades, com destaque para a produção de urânio em Caetité. Destaca-se ainda o grande potencial para a produção de energia eólica. No que tange ao setor agropecuário, destacam-se as produções de manga e maracujá, sorgo e a recuperação da lavoura do algodão.

O município de Guanambi está situado a 796 Km da capital. Com uma área de 1.272,367 Km², possui uma população estimada, em 2015, de 85.797 habitantes, sendo considerado o vigésimo mais populoso do estado e teve o PIB per capita registrado em 2013 de R\$ 10.129,21.

O Índice de Desenvolvimento Humano – IDH/2010 é de 0,673, índice considerado médio de acordo com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD.

Guanambi possui grande influência comercial sobre os municípios da região. A base da sua economia, a princípio, foi o cultivo e o beneficiamento do algodão. Este, produzido na região do Vale do Iuiú entre os anos 1980 e 1990, o qual proporcionou um grande desenvolvimento social e econômico para o município.

Posteriormente o município viveu um período de estagnação econômica, mas nos últimos anos vem evoluindo e retomando o seu potencial econômico, mantendo uma economia predominantemente agrícola. Atividades ligadas à pecuária, aos serviços, ao comércio e, sobretudo à energia e mineração também tem encontrado destaque. Atualmente tem direcionado investimentos e se destacado, ainda, nos setores de educação e saúde além do turismo e lazer representado pela Serra dos Montes Altos que vem mudando o mapa da economia local e regional.

No setor educacional, Guanambi conta com diversas escolas da Educação Básica, tanto públicas quanto particulares, uma universidade pública estadual e algumas faculdades particulares.

Este é o contexto em que o IF Baiano *campus* Guanambi está inserido, o qual assume uma das finalidades que é conferida aos Institutos Federais: atuar em favor do desenvolvimento local e regional na perspectiva da construção da cidadania. Na condição de espaço privilegiado de aprendizagem, inovação e transferência de tecnologias, o *Campus* tem se preocupado precipuamente com as exigências socioeconômicas, culturais e tecnológicas dos seus alunos, buscando uma integração com o sistema de produção e com o progresso do seu território de abrangência de forma sustentável.

A Instituição atende jovens oriundos da zona rural, principalmente filhos de agricultores de baixa renda, e tem estimulado o ingresso e a permanência na escola. Além desse público e da população urbana do município de Guanambi e dos municípios circunvizinhos, a região possui Comunidades Quilombolas e Indígenas. As Comunidades Quilombolas originaram-se após a decadência das atividades de garimpo e, posteriormente, algodoeira, momento em que se iniciava o reconhecimento de direitos quanto à liberdade, principalmente no entorno dos municípios de Caetité e Rio de Contas.

Cabe, ainda, ressaltar a presença local de instituições parceiras do IF Baiano como a Universidade do Estado da Bahia – UNEB, a Faculdade de Guanambi (FG), as escolas da Rede Municipal e Estadual de Ensino, dentre outras que estão preocupadas em responder aos desafios e incentivar as potencialidades do desenvolvimento regional.

2.4 Missão (Função Social)

Oferecer educação profissional e tecnológica de qualidade, pública e gratuita, nas diferentes modalidades, preparando pessoas para o pleno exercício da cidadania e contribuindo para o desenvolvimento social e econômico do país, através de ações de ensino, pesquisa e extensão.

2.5 Visão

Ser uma instituição de educação profissional e tecnológica referência na Bahia, em todas as áreas e modalidades de oferta, sobretudo, no desenvolvimento e fortalecimento de tecnologias agrárias que contribuam para o crescimento socioeconômico e cultural da região e do estado.

2.6 Valores

- a) Excelência - pautada na eficiência, eficácia e efetividade nos processos de gestão.
- b) Gestão democrática – pautada nos princípios de justiça, participação, corresponsabilidade, igualdade nas relações sociais e nos processos de gestão.
- c) Ética – pautada nos princípios de transparência, justiça social e responsabilidade com o bem público.
- d) Valorização dos servidores – pautada no reconhecimento e fortalecimento de que o desempenho da instituição depende da valorização, do desenvolvimento pessoal e técnico, do bem-estar e da realização profissional de todos os servidores.
- e) Comprometimento – pautada no comprometimento dos servidores com o atendimento dos objetivos e da missão institucional.
- f) Compromisso social – pautado no reconhecimento às diferenças históricas, econômicas, culturais e sociais.
- g) Sustentabilidade – pautada na responsabilidade social e ambiental.

2.7 Áreas de formação e Cursos Oferecidos

O IF Baiano – *Campus Guanambi* integra o sistema educacional deste município oferecendo educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, abrangendo também os municípios vizinhos. A educação ofertada no *campus* tem seu foco na formação e qualificação de cidadãos para a atuação profissional nos diversos setores da economia, centrada no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional.

Em consonância com o disposto na Lei de criação dos Institutos Federais e nas Diretrizes Curriculares Nacionais, o *Campus* oferta atualmente à Comunidade guanambiense e região cursos presenciais e a distância, sendo estes da Educação Básica (modalidade integrada e subsequente) e Educação Superior em nível de Graduação e Pós-Graduação (*Stricto Sensu*), conforme especificação no quadro a seguir:

QUADRO 1 - CURSOS OFERTADOS NO CAMPUS GUANAMBI POR MODALIDADE

Modalidade	Curso	Vagas ofertadas (ANUAL)	Eixo Tecnológico (MEC)	Turno de oferta
Técnico Integrado ao Ensino Médio	Técnico em Agropecuária	80	Recursos Naturais	Diurno
	Técnico em Agroindústria	40	Produção Alimentícia	Diurno
PROEJA	Técnico em Informática	40	Informação e Comunicação	Vespertino
Técnico Subsequente	Técnico em Agricultura	80	Recursos Naturais	Diurno
	Técnico em Zootecnia	80	Recursos Naturais	Diurno
Superior/ Bacharelado	Engenharia Agrônômica	40	-	Diurno
Superior/ Licenciatura	Licenciatura em Química	40	-	Noturno
Superior/ Tecnologia	Tecnologia em Agroindústria	40	Produção Alimentícia	Diurno
	Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas	30	Informação e Comunicação	Diurno
Pós-graduação	Mestrado Profissional em			

Stricto sensu	Produção Vegetal no Semiárido (MPPVS)	-	-	Diurno
----------------------	---------------------------------------	---	---	--------

Atualmente o *campus* possui um total de **1.219 alunos matriculados**, distribuídos da seguinte forma: **427** em cursos integrados, **283** em cursos subsequentes, **36** em curso na Modalidade PROEJA, **473** em cursos superiores de graduação, **23** alunos no curso superior de pós-graduação *stricto sensu*, **60** em cursos do PRONATEC e **49** em cursos EAD, conforme especificação em tabela abaixo:

QUADRO 2 - MATRÍCULA NO CAMPUS GUANAMBI ANO /SEMESTRE LETIVO 2015.2

MODALIDADE	CURSO	QUANTIDADE
Técnico Integrado ao Ensino Médio	Técnico em Agropecuária	268
	Técnico em Agroindústria	159
PROEJA	Técnico em Informática	36
Técnico Subsequente	Técnico em Agricultura	164
	Técnico em Zootecnia	119
Superior/ Bacharelado	Engenharia Agrônômica	149
Superior/ Licenciatura	Licenciatura em Química	132
Superior/ Tecnologia	Tecnologia em Agroindústria	103
	Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas	89
Pós-graduação Stricto sensu	Mestrado Profissional em Produção Vegetal no Semiárido (MPPVS)	23
EaD	Secretário Escolar	49
PRONATEC (FIC)	Beneficiamento de frutas e hortaliças	
	Auxiliar administrativo	
TOTAL		

Os Cursos da Educação Profissional Técnica de Nível Médio são ofertados na forma *articulada integrada* e *subsequente* ao Médio, na modalidade presencial,

atendendo aos alunos que tenham concluído o Ensino Fundamental, ao público da Educação de Jovens e Adultos e aos egressos do Ensino Médio.

Os cursos integrados com duração de 03 (três) anos visam proporcionar aos estudantes os conhecimentos, saberes e competências necessários ao exercício profissional e da cidadania, com base nos fundamentos científico-tecnológicos, sócio - históricos e culturais.

1. O Curso Técnico em Agropecuária integrado ao Ensino Médio é constituído de regime seriado, sem terminalidade, com matrícula única para o Ensino Médio e a Educação Profissional. Iniciado em fevereiro de 1995, possui uma só Matriz curricular e confere o Diploma de Técnico em Agropecuária aos seus concluintes. O foco deste curso é oferecer aos alunos oportunidades de desenvolverem as competências e habilidades fundamentais para o posicionamento crítico na sociedade e o bom desempenho no mundo do trabalho. São oferecidas 80 vagas anuais para o curso.

2. O Curso Técnico em Agroindústria integrado ao Ensino Médio começou a ser ofertado no *Campus* no ano 2008, com o objetivo de oferecer, além da formação integral dos estudantes, preparação para a atuação no mercado de alimentos, com o conhecimento técnico sobre o processamento de alimentos de origem animal e vegetal aliado ao desenvolvimento de competências de trabalho em equipe de forma criativa, ética, empreendedora e consciente. São oferecidas 40 vagas anuais.

3. O Curso Técnico Integrado em Informática na modalidade PROEJA é um curso que faz parte do Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio para jovens e adultos (maiores de 18 anos). Este curso que teve sua oferta iniciada no campus em julho do ano 2007, visa oportunizar aos estudantes que não puderam efetuar seus estudos na idade regular, o acesso ao Ensino Médio integrado ao curso profissionalizante Técnico em Informática.

Está prevista a implantação do **Curso Técnico em Informática para Internet Integrado ao Ensino Médio**, no primeiro semestre do ano 2017, o qual se encontra passando pelos procedimentos legais de implantação.

No que se refere aos cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio oferecidos na forma *subsequente*, o IF Baiano campus Guanambi atende aos alunos

que já concluíram o Ensino Médio e que procuram oportunidades de qualificação e requalificação profissional em espaços de tempo reduzidos, ofertando os cursos técnicos em Agricultura e Zootecnia, os quais são desenvolvidos em 1 ano e meio. O objetivo principal destes cursos é a formação geral técnica e o preparo do discente para inserção imediata no mercado de trabalho.

1. O Curso Técnico em Agricultura subsequente ao Ensino Médio, implantado no ano 2001, compreende o estudo das tecnologias associadas aos instrumentos, técnicas e estratégias utilizadas para a solução de problemas que se apresentam no campo. Está organizado em três módulos: O primeiro é básico sendo ministradas disciplinas como Planejamento e Projeto, Gestão, Informática, Construções Rurais, dentre outras. No segundo e terceiro módulos, o aluno cursará componentes curriculares específicos da Agricultura.

2. O Curso Técnico em Zootecnia subsequente ao Ensino Médio, implantado no ano 2001, o curso habilita o profissional a elaborar, implantar, manejar e gerenciar projetos de exploração pecuária da propriedade, considerando as potencialidades e características locais, possibilitando as atualizações exigentes pelo mercado e a utilização racional dos recursos naturais sob a perspectiva do desenvolvimento sustentável e melhor qualidade de vida. Este curso também está organizado em três módulos, sendo o primeiro básico, o segundo e terceiro módulos, são voltados para a formação técnica específica em Zootecnia.

Os cursos da Educação Superior passaram a ser oferecidos no *Campus* do ano 2010. Ofertados na forma presencial, atende a uma demanda de alunos advindos do ensino médio ou técnico. A forma de ingresso nestes cursos é através do Sistema de Seleção Unificada (SISU), considerando o desempenho obtido no Exame Nacional de do Ensino Médio (ENEM) e editais especiais de vagas remanescentes, com disponibilidade de vagas anuais, regime letivo semestral e aulas ministradas nos turnos matutino, vespertino e noturno.

Esses cursos buscam suprir as necessidades de demandas dos municípios da região, contemplando a oferta de cursos, de licenciatura, bacharelado e tecnologia.

1. O Curso superior de Bacharelado em Engenharia Agrônômica, iniciado em 2010, objetiva formar profissionais, em nível superior, capazes de atuar no

manejo sustentável dos recursos naturais, visando `a produção agropecuária, podendo atuar de forma autônoma em empresa própria, prestando consultoria ou empresas particulares, órgãos governamentais. Com duração mínima de 4 anos e meio, o curso possui uma Carga Horária de 4.229 horas, distribuídas entre o Núcleo de Conteúdos Básicos, Núcleo de Conteúdos Profissionais Essenciais, Núcleo de Conteúdos Profissionais Específicos, Conteúdos Optativos, Estágios Curriculares e Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

2. O Curso Superior de Licenciatura em Química do *Campus Guanambi* teve seu início em março de 2010. Com duração mínima de 04 anos e Carga Horária total de 3.104 horas, este curso tem como finalidade formar profissionais para atuar na Educação Básica, em particular, os ensinos Fundamental, Médio e Médio Integrado, bem como em cursos superiores e ainda atuar em laboratórios de indústrias químicas, farmacêuticas, alimentícias, de pesquisa e do setor químico. A Licenciatura em Química possui dimensões de natureza científico-cultural que envolve as disciplinas pedagógicas e específicas da área do curso, além de estágio supervisionado e atividades complementares.

3. O Curso Superior de Tecnologia em Agroindústria, ofertado pelo IF Baiano-*Campus Guanambi* criado no ano 2010, tem por finalidade formar profissionais tecnólogos qualificados para atuar nos diversos segmentos da cadeia agroindustrial, habilitando-os a exercer atividades de planejamento, execução e controle da qualidade das etapas do processo de produção agroindustrial. Suas competências profissionais são fundamentadas na ciência, na tecnologia, na cultura e na ética. Podendo este profissional, atuar em empresas de beneficiamento de produtos de origem animal e vegetal, podendo colaborar em estudos de implantação e desenvolvimento de projetos. Trata-se de um curso organizado em uma carga horária total de 2.620 horas cuja duração mínima é de 03 anos.

4. O curso superior de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas, implantado no Campus no ano 2012 objetiva formar profissionais capazes de atuar na área de desenvolvimento de sistemas, podendo exercer atividades no campo da análise de sistemas, engenharia de software e gerência de projetos. Sua duração mínima é de 02 anos quando são integralizadas 2500 horas de curso.

Visando contribuir para a promoção do estabelecimento de bases sólidas em educação, ciência e tecnologia, com vistas no processo de geração e inovação tecnológica e, imbuído de cumprir mais um dos objetivos dos Institutos Federais, o IF Baiano *campus* Guanambi no ano 2015 ampliou a sua oferta de cursos da educação superior, passando a investir na Pós-Graduação *stricto sensu* de mestrado, ofertando assim, o curso de mestrado profissional em Produção Vegetal no Semiárido.

O mestrado profissional em Produção Vegetal no Semiárido visa potencializar a qualificação de profissionais, conferindo competências para avaliação crítica, intervenção e resolução de problemas que limitam a produção vegetal no semiárido, bem como para o desenvolvimento de tecnologias aplicadas a resolução destes problemas.

Credenciado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), o curso possui área de concentração em Produção Vegetal com duas linhas de pesquisa: Agricultura de Sequeiro e Agricultura Irrigada, com duração mínima de 12 (doze) meses e duração máxima de 24 (vinte e quatro) meses.

Cursos de Formação Inicial e Continuada.

Buscando implementar Programa de Formação Inicial e Continuada, assim como ofertar cursos de Educação à Distância, metas 8 e 9 respectivamente, do Termo de Acordo de Metas e Compromissos Ministério da Educação/Institutos Federais, o campus Guanambi, um dos pólos de educação à distância do IF Baiano, oferta, atualmente, na modalidade EaD, o Curso de Secretário Escolar no pólo/extensão de Ibipitanga. E, relacionado ao Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC) oferece os cursos: Assistente Administrativo e Operador de Processamento de frutas e hortaliças.

3. OBJETIVOS

3.1 Objetivo Geral

Ofertar educação pública, gratuita e de qualidade com vistas à formação humana e cidadã dos educandos, qualificando-os para o mundo do trabalho e

assegurando aos profissionais formados a capacidade de manter-se em desenvolvimento.

3.2 Objetivos Específicos

- Ministrar educação profissional técnica de nível médio na forma integrada, para os concluintes do Ensino Fundamental e para o público da Educação de Jovens e Adultos;
- Ministrar, em nível de Educação Superior, cursos superiores de tecnologia visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia; cursos de licenciatura com vistas na formação de professores para atuarem na Educação Básica; cursos de bacharelado e engenharia, visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia e áreas do conhecimento; cursos de pós-graduação *lato* e *stricto sensu* que contribuam para promover o estabelecimento de bases sólidas em educação, ciência e tecnologia, com vistas no processo de geração e inovação tecnológica;
- Ministrar cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, objetivando a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização de profissionais, em todos os níveis de escolaridade, nas áreas da educação profissional e tecnológica;
- Fomentar a pesquisa como princípio educativo;
- Realizar pesquisas aplicadas, estimulando o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à comunidade local e regional;
- Desenvolver atividades de extensão de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, e com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos;
- Estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda

e à emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional.

4. DIAGNÓSTICO INSTITUCIONAL

4.1 Infraestrutura física e material

O *Campus Guanambi* está instalado em um terreno de 1.700.000 m² (170 hectares). Possui, ainda, uma área agrícola de 530 hectares, localizada a 70 km da Sede, adquirida por meio de doação, a qual faz parte do território do município de Sebastião Laranjeira. A sua área construída é de aproximadamente 5.500 m² onde se encontram as instalações administrativas, as salas de aula, salas de coordenação, gabinetes de docentes, biblioteca, laboratórios, auditório, refeitório, alojamento, setor médico, salas de apoio pedagógico.

GABINETES ADMINISTRATIVOS

Os gabinetes administrativos estão divididos em três pavilhões: Prédio Administrativo I, Prédio Administrativo II e algumas Coordenações e Secretarias estão sediadas no Pavilhão de Aula I. Pretende-se a realizar a adequação dos ambientes destinados à UTIC, uma vez que a localização dos servidores de rede e máquinas de backup é inadequada. A elaboração de um Prédio da UTIC está em vias de conclusão. Após a conclusão do referido Prédio, o Prédio Administrativo II e os Gabinetes localizados no Pavilhão de Aula I serão destinados à Administração Pedagógica do Campus. As áreas dos gabinetes são apresentadas nos quadros 3, 4 e 5.

QUADRO 3 ÁREA DOS GABINETES LOCALIZADOS NO PRÉDIO ADMINISTRATIVO I.

SALA	ÁREA (m ²)
Direção Geral – Sala do Diretor	22,95
Direção Geral – Chefia de Gabinete	15,30
Direção Geral – Sala de Reuniões	43,10
DAP	17,00
DDE	18,50
CGAF/Patrimônio	37,50

Pesquisa/Extensão	24,75
NAGP	25,20
Setor de Compras	18,50
Sala da Coordenação de Cursos	18,00
Sala de Arquivo	18,50
Sala de Telefonia	15,50
Copa	13,05
Hall de Recepção	52,90
TOTAL	340,75

QUADRO 4 ÁREA DOS GABINETES LOCALIZADOS NO PRÉDIO ADMINISTRATIVO II.

SALA	ÁREA (m²)
UTIC – Sala dos Técnicos	21,60
UTIC – Sala da Coordenação	9,80
UTIC – Sala do Analista	21,60
UTIC – Datacenter (SALA do Servidor de Rede)	21,60
CAE	21,10
CAE - Coordenação	21,60
NRI	10,30
CE – Sala dos Técnicos	21,60
CE – Coordenação	21,10
CE – Sala de Reuniões	10,30
Sala da Psicologia	9,80
TOTAL	190,4

QUADRO 5 - ÁREA DOS GABINETES LOCALIZADOS NO PAVILHÃO DE AULA I.

SALA	ÁREA (m²)
Sala do Pronatec /Mulheres Mil	21,10
Reprografia	21,10
Secretaria de Nível Médio	21,10
Secretaria de Nível Médio – Arquivo	21,10
Secretaria de Nível Superior	21,60
Coordenação de Nível Superior	21,60
TOTAL	127,4

GABINETES PARA DOCENTES

Os gabinetes localizados no Pavilhão Central (o mesmo Pavilhão da Biblioteca) e no Pavilhão de Aula I são destinados para quatro Professores/gabinete. Os dois gabinetes localizados no Setor de Agricultura são utilizados por cinco Professores e o gabinete localizado no Setor de Mecanização é utilizado por um Professor. As dimensões dos referidos gabinetes são apresentadas no Quadro 5.

QUADRO 6 - DIMENSÕES DOS GABINETES PARA DOCENTES

LOCALIZAÇÃO	QUANTIDADE	DIMENSÕES (m)	TOTAL (m²)
Pavilhão central	01	5,0 x 4,4	22
	14	4,0 x 3,6	201,6
Setor de Agricultura	01	5,5 x 3,2	17,6
	01	6,5 x 3,2	20,8
Mecanização	01	3,5 x 3,5	12,25
Pavilhão de Aula I	01	4,0 x 5,0	20,0
TOTAL			294,25

SALAS DE AULA

O *Campus Guanambi* dispõe de 33 (trinta e três) salas de aula disponíveis para os cursos ofertados. Cada uma das salas possui cadeiras com braço estofadas em bom estado de conservação e em número suficiente, mesa e cadeira para professor, Datashow e ar condicionado instalados, caixa de som e armário. A limpeza, iluminação, acústica e ventilação das salas se apresentam em condições satisfatórias.

O levantamento de salas de aula e as respectivas dimensões são apresentadas no Quadro 7

QUADRO 7 - DIMENSÕES DAS SALAS DE AULA EXISTENTES NO CAMPUS

DESCRIÇÃO	LOCALIZAÇÃO	QUANTIDADE	DIMENSÕES (m)	(m2)
Salas de aulas	Pavilhão I	02	6,8 x 5,0	68
	Pavilhão II	06	9,0 x 5,0	270
	Pavilhão III	14	10,0 x 7,0	980
		01	7,8 x 5,0	39
	Agricultura	03	7,8 x 6,0	140,4
	Informática	01	7,0 x 5,2	36,4
		02	9,0 x 5,0	90
	Agroindústria	01	5,5 x 8,2	45,1
	Zootecnia	01	8,3 x 5,0	41,5
		01	8,0 x 5,0	40,0
	Mecanização	01	8,0 x 6,4	51,2
TOTAL				1.801,6

AUDITÓRIO

O Campus dispõe de um Auditório com área de 300 m² (10 x 30 m). Esse auditório apresenta-se subdimensionado para os atuais números de estudantes dos cursos Técnicos Integrados, Técnicos Profissionalizantes e Superiores.

Para adequação dessa necessidade de ampliação, pretende-se construir outro auditório, o qual está projetado em conjunto com o pavilhão de aula e gabinetes de professores.

ÁREAS DE LAZER

O Campus dispõe de um Centro de Convivência com 172m². Entretanto, esse espaço de entretenimento está subdimensionado para o atual número de estudantes atendidos nesta Instituição, fazendo-se necessário a construção de um novo Centro de Convivência com capacidade para instalação de novos jogos. Na situação atual, os jogos disponibilizados não estão instalados em espaços adequados ao bom uso, sendo impossível uma única turma de 30 estudantes fazer uso do espaço.

Dispõe, ainda, de duas mesas de ping-pong, entretanto, não há espaço para a adequada instalação das duas e a mesa instalada encontra-se em um espaço que não permite o desenvolvimento pleno da atividade (Quadro 8). Além disso, o centro não permite repouso, descanso e entretenimento durante o entre turnos. Muitos estudantes se juntam improvisadamente nas proximidades dos espaços de trabalho dos servidores (corredores), evidenciando a necessidade de um novo Centro de Convivência.

QUADRO 8 - TIPOS E QUANTITATIVO DE JOGOS PRESENTES NO CENTRO DE CONVIVÊNCIA

DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
Mesa de sinuca	03 (01 quebrada)
Tênis de mesa (ping-pong)	02
Mesa de Pinbolin (Totó)	02

ÁREAS DE ESPORTE

O Campo de futebol (Quadro 9) está em perfeita condição de uso. Entretanto, existe a necessidade de instalação de refletores.

A Quadra Poliesportiva coberta está em perfeita condição de uso, entretanto, todos os anos são feitos reparos na cobertura, em virtude de danos causados pela alta velocidade do vento na região. Pretende-se ampliar essa quadra, construindo arquibancadas nas duas extremidades abertas, o que evitará os danos à cobertura. As outras duas quadras necessitam de reforma estrutural e pintura.

As demais estruturas existentes estão listadas no Quadro a seguir.

QUADRO 9 - TIPOS E QUANTITATIVOS DE ESTRUTURAS ESPORTIVAS DO CAMPUS

DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	DIMENSÕES (m)	TOTAL (m²)
Campo de futebol	01	89,6 x 63,6	5.698,56
Quadra poliesportiva coberta	01	28,9 x 16,8	485,52
Quadra de futebol de salão	01	27,6 x 20,1	554,76
	01	40,0 x 19,9	796,0
Pista de atletismo	01	373,0 x 5,2	1939,6
Caixa de Salto a distância – em desuso	01	2,5 x 5,0	12,5
TOTAL			9.486,94

ÁREA DO REFEITÓRIO

As dimensões do Refeitório e seus compartimentos são apresentados no quadro a seguir.

QUADRO 10 - DIMENSÕES DOS COMPARTIMENTOS PERTENCENTES AO REFEITÓRIO DO CAMPUS

DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	DIMENSÕES (m)	TOTAL (m²)
Saguão de refeição	01	24,0 x 15,0	360
Cozinha	01	18,3 x 12,0	219,6
Depósito de panelas	01	6,0 x 5,0	30,0
Área de descanso	01	6,0 x 3,0	18,0

dos funcionários			
Quintal	01	15,0 x 6,0	90,0
TOTAL			717,6

ÁREAS AGRÍCOLAS E DE CRIAÇÃO DE ANIMAIS

As áreas agrícolas do Campus compreendem: pastagens e área para fenação.

O Campus dispõe dos seguintes setores de criação de animais: Avicultura; Ovinocaprino cultura; Suinocultura; Bovinocultura; Apicultura. Além das áreas com infraestrutura instalada, tem-se os campos com plantação de capim (pastejo), palma forrageira e sorgo. As áreas desses setores estão discriminadas no quadro abaixo.

QUADRO 11 - SETORES DE CRIAÇÃO DE ANIMAIS E AS RESPECTIVAS ÁREAS

DESCRIÇÃO	Área (ha)
Avicultura	1,0
Suinocultura	3,4
Ovinocaprino cultura	4,0
Bovinocultura	19,2
Pastagens	86,0
Apicultura	0,5
Área para fenação - Tifton	1,0
Área com plantação de Palma Forrageira	2,5
Setor de Agricultura	12,0
Projeto Irrigado do Estreito – área irrigada	17,0
Projeto Irrigado do Estreito – Projeto amanhã	504,0
TOTAL	650,6

A BIBLIOTECA

A Biblioteca do Instituto Federal Baiano - Campus Guanambi tem por finalidade apoiar as atividades acadêmicas, nas funções de ministrar ensino, realizar pesquisas e desenvolver programas de extensão, contribuindo assim com o processo de ensino e aprendizagem.

A área da Biblioteca é de 250 m², da qual metade é ocupada pelos expositores de livros. A outra metade da área é destinada para trabalhos coletivos e individuais, não existindo espaços apropriados à realização desses trabalhos

acadêmicos. Além disso, não existe espaço para leitura, o que dificulta a permanência dos estudantes no Campus. Está alocada em um pavilhão específico, articulada com 14 gabinetes de trabalho dos professores. O espaço físico conta com 01 terminal de consulta; 18 mesas; 20 cabines de estudo individuais; 92 Assentos; armários guarda-volumes, além de instalações com portais magnéticos antifurto; ambiente climatizado com condicionadores de ar; boa iluminação e saída de emergência. Dispõe, ainda, de um laboratório de pesquisa que possui 15 terminais em rede para realização de pesquisas e trabalhos acadêmicos.

Como a biblioteca está localizada no mesmo Pavilhão onde foram criados os gabinetes de professores, a proposta de ampliação é a destinação dos gabinetes de professores para a criação de salas de estudos coletivo e individual. O saguão central do Pavilhão será adaptado para o setor de empréstimo de livros da Biblioteca. Dessa forma, pretende-se adequar a Biblioteca às atuais necessidades do Campus.

No que se refere aos materiais informacionais adquiridos, estes seguem as exigências dos Projetos Pedagógicos dos Cursos dos Ensinos Superior e Médio oferecidos pela Instituição. Os materiais bibliográficos são adquiridos com a finalidade de suprir os programas de ensino dos cursos técnicos, e superiores conforme previsto em lei, bem como dar apoio aos programas de pesquisa, extensão e FICs.

Atualmente, o acervo da biblioteca conta com aproximadamente 12.896 exemplares, é constituído de documentos referentes às áreas de ciências humanas, biológicas e da saúde, exatas e tecnológica, sociais e aplicadas e agrárias, entre livros técnicos, didáticos e literários, obras de referência (dicionários e enciclopédias), periódicos gerais e especializados, folhetos, mapas, trabalhos acadêmicos (teses, dissertações e trabalho de conclusão de curso) e multimeios (DVDs e CDs) disponíveis, para empréstimos domiciliar, aos usuários cadastrados e, para consulta, à comunidade externa.

TABELA 1 - REPRESENTAÇÃO NUMÉRICA DO ACERVO GERAL DA BIBLIOTECA DO IF BAIANO CAMPUS GUANAMBI

	Títulos	Exemplares
--	---------	------------

Acervo geral -livros	3.309	12.733
Catálogos	3	16
Dissertações	10	16
DVD/ CD - ROM	34	38
Folhetos	6	13
Periódicos	1	5
TCC Graduação	57	66
Teses	9	9
Total	3.429	12.896

**TABELA 2 - ACERVO DE LIVROS CONFORME ÁREAS DE CONHECIMENTO
CAPES/CNPQ DA BIBLIOTECA DO IF BAIANO CAMPUS GUANAMBI**

Áreas	Títulos	Exemplares
Ciências Exatas e da Terra	475	2.847
Ciências Biológicas	95	640
Engenharias	136	705
Ciências da Saúde	66	246
Ciências Agrárias	535	1.789
Ciências Sociais e Aplicadas	277	902
Ciências Humanas	366	2.501
Linguística, Letras e Arte	908	3.005
Outros	501	2.176
Total	3.359	14.811

Os usuários têm livre acesso às estantes, o acervo é informatizado, contando com o software de gerenciamento de bibliotecas *Pergamum*, que permite consultas e serviços locais e *on-line*; acesso às bases de dados do Portal CAPES; acesso ao Regulamento da Biblioteca e as Normas da ABNT *on-line*. Largamente utilizado pela biblioteca e comunidade, o Sistema tem o objetivo de facilitar a gestão dos centros de informação, melhorando a rotina diária dos seus usuários. Todos os servidores e discentes têm acesso à página da biblioteca e todo o seu conteúdo tanto de dentro da Instituição quanto de suas casas. Acesso -

<http://pergamum.ifbaiano.edu.br/pergamum/biblioteca/index.php>

LABORATÓRIOS

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), no seu Artigo 35, Inciso IV, diz: “É essencial a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada disciplina”. As diretrizes curriculares nacionais recomendam a disponibilidade de laboratórios didáticos como infraestrutura necessária para a oferta dos cursos da Educação Profissional e Tecnológica.

Assim, as atividades pedagógicas desenvolvidas nos cursos técnicos e superiores ofertados no *Campus* Guanambi são realizadas na perspectiva de relacionar os estudos teóricos com a prática. Para tanto, estas não se restringem somente às Salas de Aula, estendem-se aos Laboratórios Didáticos e às Salas Ambientes das Unidades Educativas de Produção.

O Campus possui 16 laboratórios nas diversas áreas do conhecimento, além de laboratórios de campo, nos quais estão instalados experimentos com as culturas da Palma Forrageira, Mandioca, Banana, Girassol, milho e experimentos com instrumentação agrícola, a exemplo do Projeto de Desenvolvimento de tensiômetro multimedida e Desenvolvimento de um VANT.

Os laboratórios relacionados a seguir encontram-se disponíveis para uso geral de todos os cursos ofertados no Campus:

QUADRO 12 – LABORATÓRIOS DISPONÍVEIS NO CAMPUS GUANAMBI

DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	DIMENSÕES (m)	TOTAL (m²)
Laboratório de Solos (Física, Fertilidade e Nutrição Mineral de Plantas)	01	15,4 x 10,4 + 3,8 x 3,2	172,32
Laboratório de Química Geral e Química Analítica	01	11,4 x 6,8	77,52
Laboratório de Físico-Química e	01	11,9 x 6,8	80,92

Química do Solo			
Laboratório de Água	01	11,0 x 6,8	74,8
Laboratório Fitopatologia e Fisiologia Vegetal	01	11,4 x 6,8	77,52
Laboratório de Biologia I	01	11,9 x 6,8	80,92
Laboratório de Biologia II	01	9,3 x 6,8	63,24
Laboratório de Entomologia Agrícola	01	15,2 x 6,8	103,36
Laboratório de Física	01	11,9 x 6,8	80,92
Laboratório de Nutrição Animal	01	11,50 x 6,8	78,2
Laboratório de Bromatologia Vegetal	01	15,2 x 14,0	212,8
Laboratório Informática I	01	11,0 x 7,5	82,5
Laboratório de Informática II	01	11,0 x 7,5	82,5
Laboratório de Informática III	01	9,3 x 6,8	63,24
Laboratório de Matemática	01	7,6 x 6,8	51,68
Sala de tratamento de água – Destilação e Osmose reversa	01	3,8 x 3,2	12,16
TOTAL	16	-	1.394,6

O Laboratório de Solos visa dar suporte ao desenvolvimento de aulas práticas, com capacidade de realizar análises químicas e físicas, além da interpretação destas, indicando a recomendação de adubação e calagem para diversas culturas. São realizadas análises de densidade do solo; porosidade (Macro e micro); análise granulométrica e classificação textural; curva de retenção de água; distribuição de tamanho de agregado; permeabilidade ao ar; conteúdo de água no solo; resistência do solo à penetração; densidade das partículas; quantificação da umidade (65°C e 105°C); capacidade de retenção de água (CRA); condutividade elétrica; teor de sais solúveis totais (TSST); nitrogênio (N-Total); nitrogênio inorgânico (N-NH₄ e N-NO₃), índice de salinidade, Capacidade de Troca de Cátions (CTC), Sólidos Voláteis; Determinação de Fósforo, potássio e sódio em plantas; Determinação de potássio e sódio no solo.

O espaço é composto de espectrofotômetro de Absorção atômica; Extratores de Uhland; Funil de Haines; Mesa de tensão; WP4; Conjunto de peneiras; permeâmetro de solo; estufas de secagem e esterelização; dinamômetro de bancada; picnômetros; condutivímetro; espectrofotômetro; mesa agitadora orbital; agitador tipo wagner; balanças analítica; balança semi-analítica; balanças de precisão; capela;

freezer; chapa aquecedora; destiladores de nitrogênio; Phmetro; fotômetro de chama; geladeira; bloco digestor de 40 provas; bloco digestor de 6 provas; centrífuga; agitador magnético com aquecimento; bomba de vácuo; vortex; agitador magnético; computador de mesa.

O Laboratório de Química possui bancadas de apoio para o desenvolvimento das aulas práticas, balanças, equipamentos e reagentes específicos que subsidiam e põem em sintonia a teoria e a práxis pedagógica. Além disso, neste espaço, possui instrumentos que possibilitam diversas análises de água.

O Laboratório de Biologia é equipado com bancadas laterais e centrais, bancos para acomodação dos alunos-pesquisadores; microscópios ópticos bilocular e microscópios ópticos monocular que permitem desenvolver pesquisas e visualizar estruturas celulares. Para subsidiar essas atividades, o Laboratório de Biologia Molecular conta com 1 Centrífuga refrigerada; 8 cubas de eletroforese e 1 fonte de eletroforese de 600 V.

O Laboratório de Física possibilita a realização de atividades práticas de ciências naturais, mecânica, física quântica, termodinâmica óptica e ciências físico-químicas e, para esse fim, é dotado de equipamentos e kits incluindo vidrarias e reagentes.

Laboratórios de Informática: O *campus* dispõe de 05 (cinco) laboratórios de informática, equipados com lousa digital, data show, cadeiras acolchoadas, ar condicionado e um total de 90 microcomputadores. Este número atende, a depender da turma, de até um aluno por máquina. Destes, 01 (um) é para uso específico das aulas de informática e 01(um) laboratório de uso geral. Ambos possuem dimensões apropriadas com boa iluminação, aparelhos de ar-condicionado, janelas e espaço reservado para pessoas com necessidades especiais. No primeiro, além do Datashow, existem 20 microcomputadores de última geração com programas educacionais, editores de textos e acesso à Internet. No segundo, também com 20 microcomputadores que são utilizados, em sua maioria, para pesquisas acadêmicas e acesso à Internet.

O Laboratório de Nutrição Animal é utilizado para a composição e a análise de forragens, produtos, matérias-primas e rações utilizadas na alimentação dos animais. Dispõe de destilador de nitrogênio, bloco digestor, muflas, autoclave,

estufas de secagem e esterilização, microscópio, balanças analíticas, balança com determinação de umidade, extrator de gordura, balanças de precisão, prensa hidráulica e capela.

O Laboratório de Bromatologia subsidia o desenvolvimento das aulas práticas com contribuição efetiva para o avanço do conhecimento científico e tecnológico das Ciências de Alimentos. Para tanto, o Laboratório possibilita aos alunos-pesquisadores: analisar os meios de conservação, obtenção e produção de alimentos; a composição química e propriedades físicas para fins de identificação, conhecimento do valor nutricional e garantia dos padrões higiênicos dos alimentos; as alterações de alimentos e formas de evitá-las; a influência da manipulação tecnológica para evitar o empobrecimento e nocividade dos alimentos; o estabelecimento de normas e métodos capazes de evidenciar alterações e falsificações nos alimentos; a formulação de normas de proteção ao consumidor e ao produtor; o desenvolvimento de novos produtos e tecnologias; a determinação de toxinas presentes em alimentos; a análise microscópica e sensorial dos alimentos.

O Laboratório de Desenho Técnico dispõe dos recursos necessários para ilustrar e representar graficamente objetos e espaços reais relativos ao componente curricular.

O Laboratório de Topografia, destinado a demonstrar aos alunos como levantar as características planialtimétrica das áreas e traçar perfis de terrenos, é constituído de equipamentos de medição, a exemplo do GPS que usa dados de satélites para estabelecer as coordenadas geográficas. As aulas práticas, também, são ministradas em campo, com o auxílio dos equipamentos deste laboratório.

O espaço físico dos laboratórios apresenta condições propícias para o desenvolvimento das aulas teórico-práticas em termos de higiene, limpeza e arejamento, que tanto pode ser por vias naturais ou por condicionadores de ar. Possui boa área para circulação de pessoas, iluminação natural e artificial condicionadas às finalidades de sua utilização. Os laboratórios estão num posicionamento adequado em relação à distância, garantindo um nível aceitável de ruído externo, não comprometendo o desempenho das atividades.

Para o uso dos laboratórios em aulas práticas, é necessário agendamento prévio, havendo a exigência da presença do professor, que fez a solicitação, no

momento da utilização do espaço. Outras determinações para disciplinar o uso do local estão previstas no Regulamento de Normas Gerais para Uso dos Laboratórios do IF Baiano *campus* Guanambi.

Os laboratórios possuem sistemas e regras para segurança do local e de seus usuários, desse modo, dispõe de equipamentos de proteção pessoal apropriado aos riscos existentes, como extintores, kit de primeiros socorros, estação de lavagem de olhos e chuveiros de emergência e saídas de emergência. Os usuários são devidamente informados sobre onde estão e como manejar os equipamentos de segurança.

Estão disponíveis, ainda, as Salas Ambientes das Unidades Educativas de Produção (UEP): Agricultura I, II, III, Mecanização Agrícola, Zootecnia I, II e III e Agroindústria.

UEP de Agricultura I, onde existem projetos equivalentes à implantação de culturas olerícolas como beterraba, cenoura, alface, tomate, quiabo, cebola, cebolinha, alho, coentro, pimentão, abóbora, pepino, couve e repolho, que estão distribuídas em uma área de aproximadamente 1,50 hectares. Está área é irrigada com sistemas de irrigação localizada do tipo microaspersão e de tipo gotejamento, ao mesmo tempo.

UEP de Agricultura II, onde existem Projetos equivalentes à implantação de culturas anuais como: feijão, milho, mandioca, batata doce e sorgo, distribuídas em uma área de aproximadamente 02 hectares que são irrigadas por sistemas de irrigação por aspersão convencional. Durante o período chuvoso, normalmente são implantadas áreas maiores de agricultura de sequeiro, principalmente com a cultura de sorgo.

UEP de Agricultura III onde existem Projetos equivalentes à implantação de culturas permanentes como banana e manga em uma área de aproximadamente 02 hectares. Destas, parte é irrigada pelo sistema de irrigação por aspersão do tipo convencional, com aspersor de subcopa, parte é irrigada por um sistema de irrigação localizada dos tipos microaspersão e gotejamento.

UEP de Mecanização Agrícola na qual são desenvolvidas as atividades de apoio às demais UEPs, como preparo do solo, plantio, cultivo mecanizado, aplicação mecanizada de defensivos agrícolas e colheita mecanizada, que são aplicadas

principalmente às culturas anuais.

UEP de Zootecnia I - existem Projetos como avicultura de corte, avicultura de postura, cunicultura e apicultura.

UEP de Zootecnia II - existem Projetos como suinocultura de terminação, suinocultura de cria, caprinocultura e ovinocultura.

UEP de Zootecnia III pode-se enumerar Projetos como bovinocultura de leite e bovinocultura de corte.

UEP de Agroindústria - são desenvolvidas atividades de suporte, como a produção de rações diversas na Fábrica de Rações e abate de frangos, suínos, ovinos e bovinos no abatedouro do *Campus*, com a finalidade de abastecimento do refeitório.

RECURSOS TECNOLÓGICOS E AUDIOVISUAIS

Os recursos tecnológicos e áudio visuais que o Campus possui estão listados no Quadro 13

QUADRO 13 - RECURSOS TECNOLÓGICOS E AUDIOVISUAIS PERTENCENTES AO PATRIMÔNIO DO CAMPUS

DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	ESTADO DE USO
Projektor multimídia	30	Em funcionamento
Projektor multimídia	17	Com defeito
Tablet	66	Em funcionamento
Notebook	80	Em funcionamento
Lousa Digital	20	Em funcionamento
Caixas de som	20	Em funcionamento

No que concerne aos recursos de informática, a Unidade de Tecnologia da Informação e Comunicação - UTIC é responsável pela disponibilização da infraestrutura necessária aos alunos em suas atividades de ensino, pesquisa e extensão e aos servidores para o desempenho das suas funções. Os usuários têm a disposição uma equipe de técnicos que dão suporte no que concerne à utilização dos recursos de informática e na manutenção destes.

O *Campus* Guanambi conta com uma estrutura própria de acesso à Internet que opera com 2(dois) links - velocidade total de 24 MB, com mais 20 MB em fase

de teste que totalizarão 40MB, que está disponível através de computadores ligados a rede cabeada e pontos de transmissão de rede sem fio, cobrindo todo perímetro da instituição, atendendo assim, às expectativas de acessos, de discentes e servidores, sobretudo, docentes, para os trabalhos acadêmicos.

Para garantir a segurança dispõe-se de um servidor Proxy e Firewall para monitoramento da Internet que possibilita controle rigoroso e proteção, proporcionando maior segurança e possibilitando uma expansão gradativa da velocidade de conexão sem a troca de equipamentos, bastando a contratação de mais banda com o provedor atual.

Este recurso está disponível internamente a docentes e discentes, tanto para as atividades de aula como para as atividades extra aula, oferecendo possibilidades de pesquisa e desenvolvimento de aulas e trabalhos. Os alunos possuem acesso a WEB nos laboratórios de informática e nas salas de aula, assim como em todo o *campus* através de equipamentos Wireless, podendo inclusive conectar os seus notebooks pessoais em qualquer espaço da instituição.

A expansão da infraestrutura de tecnologia é prevista no PDI (Plano de Desenvolvimento Institucional) do IF Baiano. Assim, para atender as demandas e garantir o atendimento de qualidade à comunidade acadêmica, uma das preocupações do *campus* é com a política de atualização dos softwares e equipamentos de informática. A cada 03(três) anos ocorre a renovação dos equipamentos, assim como a aquisição de novas tecnologias. As reformas e adequação do espaço físico se fazem sempre que necessárias.

Todos os equipamentos estão conectados à rede, utilizando servidores Dell Power Edge para gerenciamento, permitindo assim o acesso dos alunos aos principais recursos disponibilizados pelo *campus*.

Embora o *Campus* Guanambi dispunha de uma infraestrutura física e material boa, ainda não é suficiente para atender às demandas apresentadas, cabendo destaque para a infraestrutura de acessibilidade a qual foi apontada nos últimos relatórios emitidos pela CPA como uma das fragilidades da instituição que demanda atenção especial.

4.2 Estrutura Organizacional

A estrutura organizacional do IF Baiano – *Campus Guanambi* está delineada de acordo com a missão e visão da Instituição. Em formato de hierarquia, a estrutura revela a dinâmica de funcionamento da organização administrativa da Instituição – as descrições das funções, as alçadas de responsabilidades, a dinâmica de tomada de decisão.

Assim, a organização Administrativa do IF Baiano – *Campus Guanambi* é constituída pela Diretoria Geral, Diretoria Administrativa e Diretoria Acadêmica, obedecendo os seguintes desdobramentos:

Diretoria-Geral – Diretor-Geral; Chefe de Gabinete; Secretaria de Gabinete; Núcleo de Comunicação e Eventos; Núcleo de Gestão da Tecnologia e Informação e Núcleo de Apoio à Gestão de Pessoas.

Diretoria Acadêmica - Diretor Acadêmico; Coordenação de Ensino; Coordenações dos Cursos Técnicos de Nível Médio FCC; Coordenações dos Cursos Superiores FCC; Núcleo de Apoio ao Processo de Ensino e Aprendizagem, Permanência e Êxito do Educando; Núcleo de Relações Institucionais; Coordenação de Pesquisa; Coordenação de Extensão; Coordenação Unidade Educativa de Campo; Coordenação de Assuntos Estudantis; Núcleo de Comunicação e Eventos; Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Especiais; Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas; Núcleo de Cultura, Esporte e Lazer; Coordenação Especial de Atividades Educativas Noturnas; Secretaria de Registros Acadêmicos; Setor de Biblioteca.

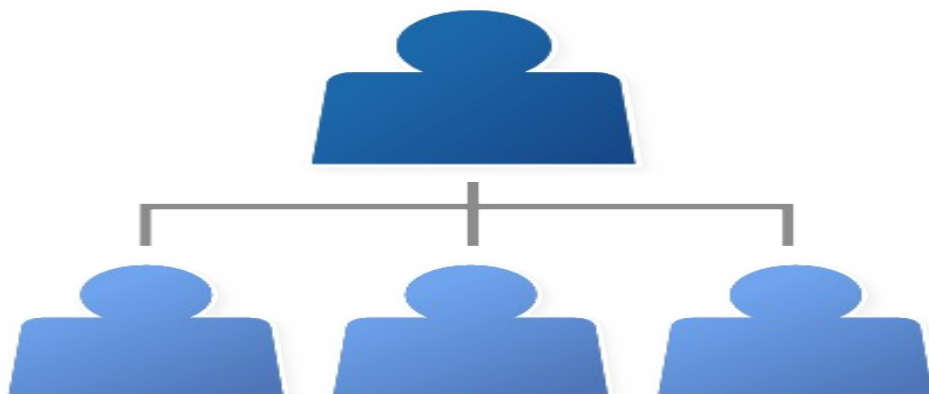
Diretoria Administrativa - Diretor Administrativo; Coordenação Financeira e Contábil; Núcleo de Execução Orçamentária e Financeira; Núcleo de Contratos Núcleo de Licitação Núcleo de Compras; Coordenação de Suprimentos e Logística; Setor de Almoxarifado; Setor de Patrimônio; Setor de Serviços Gerais; Setor de Transporte.

O desdobramento das devidas competências das unidades administrativas e atribuições dos respectivos dirigentes são melhores definidos no documento regimental desta Instituição de Ensino.

A representação gráfica desta Estrutura, o organograma, permite visualizar rápida e facilmente os diversos órgãos componentes da estrutura, a via hierárquica,

as comunicações formais e a interdependência entre as partes.

FIGURA 2 - ORGANOGRAMA DO CAMPUS GUANAMBI



Faz parte, ainda, da Estrutura Organizacional do *Campus*, os Órgãos Colegiados que atuam no assessoramento à direção executiva da Instituição: A Comissão Própria de Avaliação (CPA), cuja função é sensibilizar, elaborar e organizar o processo de Avaliação Institucional interna; a Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD) - órgão de assessoramento do Diretor Geral, no que tange à formulação e ao acompanhamento da execução da política de pessoal docente no âmbito do *Campus* e o Conselho de Administração (CONAD) - órgão consultivo máximo do *Campus* o qual se encontra passando pelos procedimentos legais de implantação.

4.3 Recursos Humanos

O IF Baiano Campus Guanambi funciona atualmente com 246 colaboradores, dos quais 178 são servidores efetivos, 10 substitutos, 06 temporários e 52 são servidores terceirizados. Dos 178 servidores efetivos, 103 fazem parte do corpo técnico - administrativo e 91 são servidores docentes.

4.3.1 Corpo Administrativo

Os 103 servidores que fazem parte do corpo administrativo do Campus Guanambi são enquadrados no Plano de Carreira dos Cargos Técnico Administrativos em Educação, conforme a Lei nº 11.091, de 2005 com redação alterada pelas Leis nº 11.784, de 2008, e 12.772, de 2012, além de atender ao disposto na Lei nº 8.112, de 1990 e na Constituição Federal de 1988.

De acordo com o disposto na legislação os cargos do Plano de Carreira são organizados em 5 (cinco) níveis de classificação, quais sejam: Nível A, B, C, D e E.

Os servidores administrativos ativos no Campus estão enquadrados nos cinco níveis acima dispostos. Cabe ressaltar que a Lei nº 12.677/2012 extinguiu os cargos dos níveis A e B.

TABELA 3 - QUANTITATIVO E PERCENTUAL DE TÉCNICO ADMINISTRATIVO EM EDUCAÇÃO POR CLASSE NO CAMPUS GUANAMBI

Nível de Classificação	Quantidade	%
A	13	12,6
B	5	4,8
C	17	16,5
D	41	39,8
E	27	26,3
Total	103	100

Destaca-se que os servidores administrativos pertencentes às variadas categorias funcionais atuam distribuídos nos diversos setores do campus, conforme especificação no quadro a seguir:

QUADRO 14 - QUANTITATIVO DE SERVIDORES TÉCNICO ADMINISTRATIVO EM EDUCAÇÃO POR CATEGORIA FUNCIONAL NO CAMPUS GUANAMBI

CATEGORIA FUNCIONAL	QUANTIDADE
Almoxarife	01
Analista de TI	02
Assistente de Alunos	04
Assistente em Administração	26

Auxiliar de Limpeza	04
Auxiliar de Biblioteca	02
Auxiliar de Cozinha	02
Auxiliar de Enfermagem	01
Auxiliar Rural	05
Bibliotecário	02
Bombeiro Hidráulico	01
Contador	03
Cozinheiro	03
Marceneiro	01
Mecânico	01
Médico	01
Motorista	01
Nutricionista	02
Odontólogo	01
Operador de Máquinas Agrícolas	01
Operador de Máquinas Copiadoras	01
Operador de Máquinas de Lavanderia	02
Padeiro	01
Pedagogo	02
Psicólogo	02
Servente de Obras	02
Técnico em Agropecuária	03
Técnico em Alimentos e Nutrição	03
Técnico em Assuntos Educacionais	12
Técnico em Contabilidade	02
Técnico em Laboratório	03
Técnico em Tecnologia da Informação	04
Telefonista	02
TOTAL	103

Considerando o nível de ingresso e o desenvolvimento na Carreira, o quadro a seguir apresenta a distribuição dos servidores técnico administrativos do *Campus* conforme titulação e o respectivo percentual.

TABELA 4 – QUANTITATIVO E PERCENTUAL DE TÉCNICO ADMINISTRATIVO EM EDUCAÇÃO POR TITULAÇÃO DO CAMPUS GUANAMBI

Titulação	Quantidade	%
Mestrado	12	11,6
Especialização	37	36
Graduação	38	36,9
Ensino Médio	16	15,5
Total	103	100

QUADRO 15 - CORPO TÉCNICO -ADMINISTRATIVO DO IF BAIANO CAMPUS GUANAMBI

NOME	FORMAÇÃO	CATEGORIA FUNCIONAL
Adriano Reis Prudêncio Azevedo	Especialização: em Banco de Dados (em andamento) Graduação: Bacharelado em Sistemas da Informação	Técnico em Tecnologia da Informação
Alana Donato Teixeira	Graduação: Bacharelado em Administração Tecnólogo em Processamentos de Dados	Analista de Sistemas
Alencastre Honório Moura	Graduação: Bacharelado em Direito	Assistente em Administração
Aloísio José dos Santos	Graduação: Tecnologia em Gestão Pública	Encanador
Ana Flávia Alves Peixoto	Graduação: Tecnólogo em Processamentos de alimentos e bebidas	Técnico em Alimentos
Ana Marta Prado Barreto	Mestrado: Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente Graduação: Licenciatura em Pedagogia Licenciatura em Letras com Inglês	Pedagogo/Orientador/ Supervisor Educacional

Ana Patrícia Bezerra dos Santos	Especialização: Gestão Escolar Língua Portuguesa e Literatura Graduação: Licenciatura em Pedagogia	Técnico em Assuntos Educacionais
Anaíde Araújo Ferreira	Especialização: Direito Constitucional Graduação: Licenciatura em Educação Física	Assistente em Administração
Ancilon Araújo e Silva Júnior	Graduação: Tecnólogo em Segurança de Trabalho	Técnico em Agropecuária
André Fernandes Laranjeira	Graduação: Bacharelado em Enfermagem	Assistente em Administração
Antônio Carlos Alves	Graduação: Tecnólogo em Recursos Humanos	Cozinheiro
Benevaldo Pereira Costa	Graduação: Bacharelado em Ciências Contábeis	Contador
Bruno Rodrigues de Oliveira	Ensino Médio	Servente de Obras
Carlito José de Barros Filho	Especialização: Gestão Escolar: Orientação e Supervisão Graduação: Licenciatura em Pedagogia	Pedagogo/Orientador/Supervisor Educacional
Carlos Roberto Alves Batista	Ensino Médio	Auxiliar Rural
Cássia Lopes Santana	Graduação: Bacharelado em Administração	Assistente em Administração
Célia Regina Guimarães Moura	Especialização: Psicologia do Trânsito Graduação: Bacharelado Psicologia	Psicóloga
Claudete Amorim da Silva	Graduação: Bacharelado em Teologia	Chefe da Biblioteca
Cleto Mendes do Nascimento Júnior	Graduação: Tecnólogo em Gestão Pública	Assistente em Administração

Crislene Leal da Silva Vieira	Mestrado: Educação- Políticas Públicas e Gestão da Educação Profissional e Tecnológica Graduação: Bacharelado em Gestão do Agronegócio	Assistente em Administração
Dalcy Alves de Souza	Especialização: em Gestão Escolar Graduação: Licenciatura em Pedagogia	Técnico em Assuntos Educacionais
Dário Héberson Carvalho Gabriel	Graduação: Bacharelado em Ciências da Computação	Técnico de Tecnologia da Informação
Dreiser Silveira Gomes	Especialização: Auditoria Governamental Graduação: Ciências Contábeis	Contador
Edilaine Cássia Rodrigues	Especialização: Educação Infantil e séries Especiais Graduação: Licenciatura em Pedagogia	Auxiliar de Biblioteca
Edilson Rodrigues Coqueiro	Nível Médio	Assistente em Administração
Edivaldo Nogueira de Carvalho	Nível Médio: Técnico em Agricultura	Auxiliar Rural
Edna Rodrigues Monção	Especialização: Gestão Pública (em curso) Graduação: Bacharel em Direito	Auxiliar de Limpeza
Eduardo Santos de Moraes	Graduação: Tecnólogo em Rede de Computadores	Técnico de Tecnologia da Informação
Eliana Alves Badaró	Graduação: Licenciatura em Pedagogia (em curso)	Assistente em Administração
Elias Seles Ferreira	Especialização: Gestão de Recursos Humanos Graduação:	Marceneiro
Eloidi Santana Rocha	Especialização: Psicomotricidade aplicada a Educação Graduação: Licenciatura em Pedagogia	Técnico em Assuntos Educacionais

Eula Regina Fernandes de Souza	Graduação: Tecnólogo em Gestão de Recursos Humanos	Telefonista
Fabiana Arcanjo dos Santos	Graduação: Bacharelado em Biblioteconomia e Documentação	Bibliotecária
Fabiano Rodrigues de Oliveira	Especialização: Gestão Pública Graduação:	Assistente em Administração
Fabício Ramos Neves	Mestrado: Administração c/ ênfase em ADM Pública Especialização: Planejamento Tributário Graduação: Bacharelado em Ciências Contábeis	Contador
Genice Nogueira de Brito	Graduação: Bacharelado em Teologia	Cozinheira
Gerfson Silva Rocha	Mestrado: Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente Graduação: Licenciatura em Ciências c/ Hab. em matemática	Assistente em Administração
Gildázio Onofre Alves	Ensino Médio: Técnico em Contabilidade	Operador de Máquinas Agrícolas
Glória das Dores Leal Silva	Especialização: Gestão Pública (em curso) Graduação: Tecnólogo em Gestão de Recursos Humanos	Auxiliar de Limpeza
Guilherme Neves Oliveira	Mestrado: ... (em curso) Graduação: Bacharelado em Odontologia	Dentista
Igor Caio Vieira Malheiro	Especialização: Saúde Mental Psicologia do Trânsito Graduação: Bacharelado em Psicologia	Psicólogo
Ilza Maria da Silva	Graduação: Bacharelado em Serviço Social (em curso)	Técnico em Contabilidade
Isabel Regina de Souza Carneiro	Especialização: Comunicação e Marketing Empresarial Graduação: Bacharelado em	Assistente em Administração

	Turismo	
Isac Soares Pereira	Especialização: Metodologia do Ensino de Geografia Graduação: Licenciatura em Geografia	Técnico em Agropecuária
Ivonete Nascimento Castro	Especialização: Educação Inclusiva Graduação: Licenciatura em Pedagogia	Técnico em Assuntos Educacionais
Jadson Costa Silva	Graduação: Bacharelado em Administração	Assistente em Administração
João Carlos Magalhães Pinto	Graduação: Bacharelado em Ciências Contábeis	Assistente em Administração
Joaquim Filho Moreira de Castro	Ensino Médio: Técnico em Contabilidade	Assistente em Administração
Joel Alves de Brito	Graduação: Tecnólogo em Gestão Pública	Auxiliar Rural
Joilma Pereira dos Santos	Especialização: Docência do Ensino Superior Língua, Linguística e Literatura Graduação: Licenciatura em Letras c/ Língua Portuguesa	Técnico em Assuntos Educacionais
José Domingos Filho	Graduação: Formação Pedagógica: Hab. Agropecuária	Técnico em Agropecuária
José Eudson de Matos Farias	Especialização: Gestão Pública Graduação: Bacharelado em Agronomia	Assistente em Administração
José Germano de Souza Silva	Nível Médio	Padeiro
Josenaide Barros Carvalho	Mestrado: Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente Graduação: Licenciatura em Geografia	Auxiliar de Biblioteca
Joyce Guimarães de Cássia Alves	Graduação: Bacharelado em Nutrição	Nutricionista

Judácia da Silva Pimentel	Especialização: Língua Portuguesa e Literatura Brasileira Graduação: Licenciatura em Letras c/ Inglês	Técnico em Assuntos Educacionais
Karina da Silva Primo	Especialização: Direito Previdenciário Graduação: Bacharelado em Direito	Assistente em Administração
Larissa Karla Gomes Lima Guimarães	Graduação: Licenciatura em Educação Física	Assistente de Alunos
Leila Miranda Pereira Rocha	Especialização: Língua Portuguesa e Literatura Brasileira Graduação: Licenciatura em Letras c/ Inglês	Técnico em Assuntos Educacionais
Lindomar Santana Aranha	Especialização: Gestão Escolar Língua Portuguesa e Literatura Graduação: Licenciatura em Pedagogia	Técnico em Assuntos Educacionais
Liscilea Abreu de Souza	Especialização: Gestão Pública Graduação: Licenciatura em História	Assistente em Administração
Lourdes Soares da Silva	Graduação: Bacharelado em Teologia	Auxiliar de Cozinha
Luciano Farias Cardoso	Especialização: Ensino de Matemática Graduação: Licenciatura em Matemática	Assistente em Administração
Luciene Aguiar Oliveira	Especialização: Informática em Educação Graduação: Licenciatura em Letras	Assistente em Administração
Luís Augusto Teixeira Laranjeira	Especialização: Medicina da Família e Comunidade Graduação: Bacharelado em Medicina	Médico
Luís Edgar de Barros Santana	Especialização: Literatura Brasileira Graduação: Licenciatura em	Técnico em Alimentos

	Letras Inglês Licenciatura em Letras Português/Espanhol	
Luís Rogério Fonseca Fernandes	Graduação: Licenciatura em Educação Física	Assistente em Administração
Luiz Rogério da Silva	Ensino Médio	Auxiliar rural
Marcel Renan Mendes de Carvalho	Especialização: Finanças e Controladoria Graduação: Bacharelado em Administração	Assistente em Administração
Marcelo Gomes	Especialização: Gestão Escolar Graduação: Licenciatura em Educação Física	Assistente em Administração
Marcionila Alexandre dos Prazeres Adães	Mestrado em Química Graduação: Licenciatura em Química	Técnico em Laboratório
Marco Túlio Fraga da Silva	Graduação: Tecnólogo em Gestão Pública	Auxiliar rural
Maria do Carmo Neves Cardoso	Especialização: Gestão Escolar; Educação à Distância; Educação Especial e Inclusiva Graduação: Licenciatura em Pedagogia	Técnico em Assuntos Educacionais
Maria Salza Araújo Silva Batista	Especialização: Gestão Pública (em curso) Graduação: Tecnólogo de Recursos Humanos	Auxiliar de Enfermagem
Marinalva da Soledade O. Alves	Mestrado: Desenvolvimento Regional em Meio Ambiente Graduação: Licenciatura em Pedagogia	Auxiliar de Cozinha
Marlúcia Lima Laranjeira	Especialização: Contabilidade Pública e Lei de Responsabilidade Fiscal Graduação: Ciências Contábeis	Contador
Mayana Abreu Pereira	Especialização: Coordenação Pedagógica e Esp. em Educação Infantil Graduação: Licenciatura em Pedagogia	Técnico em Assuntos Educacionais
Mayron Charles Pinto	Especialização: em Gestão	Técnico em Assuntos

Evangelista	Educacional Graduação: Licenciatura em Pedagogia	Educacionais
Milton Ricardo Silveira Brandão	Graduação: Licenciatura em Química (em curso)	Técnico em Laboratório/Química
Mirian Alves Pereira	Especialização: Língua Portuguesa e Literatura Brasileira Graduação: Licenciatura em Letras c/ Português	Assistente de Alunos
Natanael Mendes Melo	Especialização: Uso Racional dos Recursos Naturais Graduação: Licenciatura em Pedagogia Licenciatura em Biologia	Almoxarife
Neurisângela Mauricio dos Santos Miranda	Mestrado: Gestão e Tecnologias Aplicadas à Educação Especialização: Didática e Metodologia do Ensino Superior LIBRAS Graduação: Licenciatura em Pedagogia	Técnico em Assuntos Educacionais
Noé Lima De Carvalho	Especialização: Letras Linguística e Literatura Graduação: Licenciatura em Letras Vernáculas; Bacharelado em Secretariado Executivo	Assistente em Administração
Nora Ney de Jesus	Graduação: Tecnólogo em Segurança de Trabalho	Auxiliar de Limpeza
Norma Lúcia	Graduação: Licenciatura em Pedagogia Bacharelado em Direito	Telefonista
Normélia Chaves da Silva Mercês	Graduação: Bacharelado em Administração	Assistente em Administração
Osmar Ferreira da Cunha	Especialização: Metodologia do Ensino Superior Graduação: Bacharelado em Ciências Sociais Bacharelado em Ciência e Tecnologia	Técnico em Tecnologia da Informação

Patrícia Pereira de Oliveira	Graduação: Bacharelado Bela em Direito	Assistente em Administração
Rafael Antonio Viana da Fonseca	Mestrado: Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente Graduação: Bacharelado em Nutrição	Nutricionista
Renério Fernandes Lopes	Ensino Médio/ Técnico: Técnico em ADM de Empresas	Servente de Obras
Roberta Pinheiro Ferraz	Graduação: Biblioteconomia e Documentação	Bibliotecária
Roberto Carlos Carvalho Souza	Graduação: Gestão Pública	Mecânico
Roberto Rodrigues da Silva	Ensino Médio/ Técnico: Técnico em Contabilidade	Operador de Máquinas de Lavanderia
Robson de Souza Santos	Especialização: Gestão Pública Graduação: Bacharelado em Análises de Sistemas	Assistente em Administração
Ronaldo dos Santos	Ensino Médio/ Técnico: Técnico em Contabilidade	Operador de máquinas copiadoras
Sandra Mara de Castro Silva	Ensino Médio	Operador de Máquinas de Lavanderia
Severina Soares Pozzi	Graduação: Tecnólogo em Gestão Pública (em curso)	Cozinheira
Silvana Vanessa Martins da Silva	Mestrado em Ciências Graduação: Licenciatura em Pedagogia	Assistente de Alunos
Thiago Soares Fernandes	Mestrado: Ciência da Computação Graduação: Bacharelado em Ciências da Computação	Analista de TI
Tiago Marques Viana	Especialização: Gestão da Comunicação empresarial Graduação: Tecnólogo em Laticínios	Técnico em Alimentos e Laticínios
Waldemar Ladeia Silveira	Graduação: Bacharelado em Direito	Motorista
Willdeney kuhim da Silva	Graduação: Licenciatura em História	Assistente de Alunos
Yslai Silva Peixoto	Mestrado: Recursos Genéticos Vegetais Graduação: Licenciatura em	Técnico em laboratório/ Biologia

	Ciências Biológicas	
--	---------------------	--

4.3.2 Corpo Docente

O quadro efetivo de docentes no IF Baiano *Campus* Guanambi apresenta o quantitativo de **75** servidores ingressados mediante concurso público os quais atuam nos diversos cursos ofertados por essa instituição. Estes docentes estão enquadrados na Carreira de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, com base na Lei 11.784 de 2008, e suas alterações: Lei nº 12.772, de 2012 e Lei nº 12.863, de 2013. Além de atender ao disposto na Lei nº 8.112/90 e na Constituição Federal de 1988, assim como a LDBEN nº 9.394/96.

O *Campus* possui, ainda, **10** docentes substitutos e **06** temporários que são contratados para atender às necessidades temporárias em caráter excepcional, a partir de processos seletivos, amparados pela Lei nº. 8.745, de 1993.

TABELA 5 – QUANTITATIVO E PERCENTUAL DO CORPO DOCENTE POR TITULAÇÃO DO CAMPUS GUANAMBI

Titulação	Quantidade	%
Pós-doutorado	3	3,3
Doutorado	26	28,6
Mestrado	41	45,0
Especialização	13	14,3
Graduação	8	8,8
Total	91	100

A titulação mínima exigida para atuação no *Campus* é de curso superior de graduação, no entanto, para atuação nos cursos de graduação devem ter no mínimo uma especialização, e nos cursos da pós-graduação, no mínimo, a formação em mestrado.

No que se refere ao Regime de Trabalho, o Art. 20 da Lei nº 12.772, de 2012 estabelece dois tipos, a saber:

I - 40 (quarenta) horas semanais de trabalho, em tempo integral, com dedicação exclusiva às atividades de ensino, pesquisa, extensão e gestão institucional; ou

II - Tempo parcial de 20 (vinte) horas semanais de trabalho.

Excepcionalmente, a Instituição poderá, mediante aprovação do Conselho Superior, admitir a adoção do regime de 40 (quarenta) horas semanais de trabalho, em tempo integral, observando 2(dois) turnos diários completos, sem dedicação exclusiva, para áreas com características específicas.

A grande maioria dos docentes do *Campus* atua em regime de dedicação exclusiva, apenas uma pequena parcela atua em regime de 40 horas, conforme demonstra o quadro a seguir:

TABELA 6– QUANTITATIVO E PERCENTUAL DE DOCENTES POR REGIME DE TRABALHO

Regime de trabalho	Quantidade	%
40h	16	17,6
DE	75	82,4
Total	91	100

Fonte:

QUADRO 16 - CORPO DOCENTE DO IF BAIANO *CAMPUS* GUANAMBI

NOME	FORMAÇÃO
<u>Alenice Ferreira Cruz</u>	Mestrado: Química Graduação: Licenciatura em Química
<u>Alessandro de Magalhães Arantes</u>	Doutorado: Fitotecnia/Produção Vegetal Mestrado: Ciência e Tecnologia de Sementes Graduação: Engenharia Agrônômica
<u>Alex Aguiar Lédo</u>	Mestrado: Produção Vegetal Graduação: Licenciatura em Formação Pedagógica: Hab. em Agropecuária
<u>Alexsandro dos Santos Brito</u>	Doutorado: Agronomia (Solos e Nutrição de Plantas)

	Mestrado: Agronomia (Solos e Nutrição de Plantas) Graduação: Engenharia Agrônômica
<u>Amália Michelle Gomes Costa</u>	Mestrado: Ciência e Tecnologia de Alimentos Graduação: Engenharia de Alimentos
<u>Ana Cláudia Teixeira Santos de Lima</u>	Graduação: Licenciatura em Química
<u>Ana Laura B. Andrade Gayão</u>	Doutorado: Aquicultura Mestrado: Zootecnia Graduação: Bacharelado em Medicina Veterinária
<u>André Lima Coelho</u>	Mestrado: Engenharia Civil (em curso). Graduação: Bacharelado em Engenharia Civil
<u>Andréia Rêgo da Silva Reis</u>	Mestrado: Gestão e Tecnologia Aplicados a Educação (em curso) Graduação: Pedagogia Letras/Inglês
<u>Antônio Cesar Souza dos Santos</u>	Especialização: Engenharia de Sistemas Graduação: Gestão da Tecnologia da Informação
<u>Aureluci Alves de Aquino</u>	Graduação: Engenharia de Alimentos Mestrado: Ciência e Tecnologia de Alimentos Doutorado: Ciência e Tecnologia de Alimentos
<u>Bárbara Katharine Alves Borges Lessa</u>	Especialização: Psicopedagoga Institucional e clínica; Docência no Ensino Superior. Graduação: Licenciatura em Pedagogia
<u>Carlinne Guimarães de Oliveira</u>	Mestrado: Produção Vegetal Graduação: Zootecnia
<u>Carlos Elízio Cotrim</u>	Doutorado: Irrigação e Drenagem Mestrado: em Irrigação e Drenagem Graduação: Engenharia Agrícola
<u>Carlos Nássaro Araújo da Paixão</u>	Doutorado: <i>Memória: Linguagem e Sociedade</i> Mestrado: História Regional e Local Graduação: Licenciatura em História
<u>Carlos Ramon Santiago Saraiva</u>	Mestrado: Produção de Ruminantes Especialização: Produção de Ruminantes Graduação: Bacharelado em Zootecnia

<u>Cinara Soares Pereira Cafieiro</u>	Doutorado: Ciências da Educação Mestrado: Ciências da Educação Graduação: Bacharelado em Economia Doméstica
<u>Claudio Roberto Meira de Oliveira</u>	Doutorado: Botânica/Ecofisiologia Vegetal Mestrado: Fisiologia Vegetal Graduação: Engenharia Agrônômica
César Fernandes Aquino	Pós-Doutorado: Fitotecnia/ Fisiologia Pós-colheita Doutorado: Fitotecnia/ Fruticultura Mestrado: Ciências Agrárias/ Agroecologia Graduação: Engenharia Agrônômica
<u>Cleide Teixeira Alves</u>	Mestrado: Educação: Currículos e Práticas Educacionais (em curso) Especialização: - Metodologia do Ensino e Pesquisa em Ciências - Uso Racional dos Recursos Naturais e seus Reflexos - Gestão Educacional Graduação: - Pedagogia - Licenciatura em Ciências Biológicas - Bacharelado em Enfermagem
<u>Cleudson Lopes de Queiroz</u>	Mestrado: Zoologia Graduação: Licenciatura em Biologia
<u>Cristiane Silveira Mendes Nogueira</u>	Mestrado: Gestão e Tecnologias Aplicadas à Educação (em curso) Especialização: Língua, Linguística e Literatura Graduação: Licenciatura em Letras – Inglês
<u>Daniel Reis Lima Mendes da Silva</u>	Mestrado em Filosofia Graduação: Licenciatura em Filosofia
<u>Daniela Garcia Silveira</u>	Pós-doutorado em Biotecnologia Doutorado: Botânica (Ecologia, Conservação e Utilização de Recursos Genéticos Vegetais da Região Nordeste) Mestrado em Ciências Agrárias Graduação: Bacharelado em Agronomia
Dayana Karla Barbosa da Silva	Especialização em Metodologia do Ensino de Língua Espanhola Graduação: Licenciatura em Letras Vernáculas
<u>Djalma Gomes Meira Júnior</u>	Mestrado: Matemática Aplicada Graduação: Licenciatura em Matemática

<u>Edileusa de Jesus dos Santos</u>	Doutorado: Zootecnia Mestrado: Zootecnia Graduação: Bacharelado em Zootecnia
<u>Elaine Cristina Teixeira</u>	Mestrado: Produção Vegetal no Semiárido Graduação: Bacharelado em Zootecnia
Elaine Pereira Coutinho	Mestrado: Química Graduação: Licenciatura em Química
<u>Erinaldo Santos Oliveira</u>	Graduação: Sistemas de Informação Especialização: Engenharia de Sistemas
<u>Evanilton Moura Alves</u>	Doutorado em Zootecnia Mestrado em Zootecnia Graduação: Bacharelado em Zootecnia
<u>Fábio dos Santos Lima</u>	Mestrado em Ciência da Computação Especialização: Redes de Computadores Graduação: Bacharelado em Ciências da Computação
<u>Felizarda Viana Bebé</u>	Doutorado: Agronomia (Ciências do Solo) Mestrado: Engenharia Agrícola Graduação: Bacharelado em Agronomia
<u>Fernanda Pereira Santos</u>	Mestrado: Educação Matemática (em curso) Graduação: Licenciatura em Matemática
Francineide Pereira de Jesus	Mestrado: Educação e Contemporaneidade Graduação: Licenciatura em Pedagogia
Geysimara Pereira Teixeira de Souza	Especialização: Metodologia e Didática do Ensino Superior Educação Física Escolar Graduação: Licenciatura em Educação Física
<u>Gilson Pinto Matioli</u>	Doutorado: Ciências dos Alimentos Mestrado: Ciências dos Alimentos Graduação: Engenharia Química/Habilitação em Alimentos
<u>Hugo Roldi Guariz</u>	Mestrado: Produção Vegetal Graduação: Bacharelado em Engenharia Florestal
<u>Islândio Santos Lago</u>	Mestrado: Química Graduação: Licenciatura em Química
<u>Jairo Costa Fernandes</u>	Doutorado: Agronomia Mestrado: Ciências Agrárias Graduação: Bacharelado em Engenharia Agrônômica
<u>Jane Geralda Ferreira Santana</u>	Mestrado: Educação Agrícola Graduação: Bacharelado em Farmácia Licenciatura em Química

<u>Jaqueline Figuerêdo Rosa</u>	Doutorado: Ecologia e Biomonitoramento Mestrado: Ecologia e Biomonitoramento Graduação: Ciências Biológicas
<u>Jefferson da Silva Pereira</u>	Mestrado: Ensino de Ciências com ênfase em Ensino de Física Especialização: Física Graduação: Licenciatura em Física
<u>Jeisiane Araújo Matos Queiroz</u>	Graduação: Matemática
<u>Joabson Guimarães da Silva</u>	Mestrado: Ciências da Educação Graduação: Licenciatura em Física
<u>João Abel da Silva</u>	Doutorado: Zootecnia Graduação: Engenharia Agrônoma Mestrado: Ciência e Tecnologia de Sementes
<u>Joice Andrade Bonfim</u>	Doutorado: Solos e Nutrição de Plantas (em curso) Mestrado: Solos e Nutrição de Plantas Graduação: Bacharelado em Agronomia
<u>Joilce Karine Fernandes Silva Pereira</u>	Especialização: Educação Especial LIBRAS Graduação: Pedagogia
<u>José Alberto Alves de Souza</u>	Doutorado: Engenharia Agrícola Mestrado: Engenharia Agrícola Graduação: Engenharia Agrícola
<u>José Assunção Silveira Júnior</u>	Mestrado: Zootecnia Especialização: Vigilância Sanitária e Epidemiológica Graduação: Medicina Veterinária
<u>Leandro Gonçalves dos Santos</u>	Doutorado: Agronomia Mestrado: Ciências Agrárias Graduação: Engenharia Agrônoma
<u>Leandro Santos Peixoto</u>	Doutorado: Genética e Melhoramento de Plantas Mestrado: Genética e Melhoramento de Plantas Graduação: Engenharia Agrônoma
<u>Lincon Almeida Vilas Boas</u>	Mestrado: Agroquímica Especialização: Gestão Empresarial Graduação: Licenciatura em Química Bacharelado em Química
<u>Lucas Britto Landim</u>	Doutorado: Engenharia Industrial (em curso) Mestrado: Engenharia de Alimentos Graduação: Engenharia de Alimentos
	Mestrado: História

<u>Luciana Pinheiro Fonseca Brandão</u>	Especialização: História, Sociedade e Cultura do Brasil Graduação: Licenciatura em História
<u>Maiza Messias Gomes</u>	Doutorado: Memória: Linguagem e Sociedade Mestrado: Cultura e Sociedade Especialização: Atividade Física, Saúde e Sociedade Graduação: Educação Física
<u>Marcelo Fialho de Moura</u>	Mestrado: Entomologia Doutorado: Entomologia Graduação: Engenharia Agrônômica
<u>Marcelo Rocha dos Santos</u>	Doutorado: Engenharia Agrícola Mestrado: Engenharia Agrícola Graduação: Engenharia Agrônômica
<u>Maria do Socorro Mercês Alves</u>	Doutorado: Zootecnia Mestrado: Agronomia Graduação: Bacharelado em Zootecnia
<u>Mariana Texeira Rodrigues Vila</u>	Doutorado: Zootecnia Mestrado: Ciência dos Alimentos Graduação: Engenharia Agrônômica
<u>Martha de Cássia Nascimento</u>	Doutorado: Educação Especial (em curso) Mestrado em Educação Graduação: Licenciatura em Letras
Michelle Costa Pignata	Mestrado: Engenharia de Alimentos Especialização: Vigilância Sanitária e Qualidade de Alimentos Graduação: Engenharia de Alimentos
Moisés Santiago Ribeiro	Doutorado: Engenharia Agrícola (Água e Solo) Mestrado: Engenharia Agrícola/ Irrigação e Drenagem Graduação: Engenharia Agrônômica
<u>Naidson Clayr Santos Ferreira</u>	Doutorado: Educação Especial (em curso) Mestrado: Ciências: Educação Agrícola Especialização: Informática em Educação Graduação: Tecnólogo em Processamento de Dados
<u>Nelson Gentil Meira Júnior</u>	Graduação: Física Especialização: Metodologia do Ensino de Matemática e Física Mestrado: Física Nuclear
<u>Nivaldo Moreira Carvalho</u>	Mestrado em Educação Graduação: Licenciatura em Educação Física

<u>Normane Mirele Chaves da Silva</u>	Doutorado: Engenharia Industrial (em curso) Mestrado: Engenharia de Alimentos Graduação: Engenharia de Alimentos
<u>Ozenice Silva dos Santos</u>	Doutorado em Geografia Mestrado em Geografia Graduação: Licenciatura em Geografia
<u>Paula Patrícia Oliveira da Silva</u>	Mestrado: Informática Graduação: Sistemas de Informação
<u>Paulo Emílio Rodrigues Donato</u>	Doutorado em Zootecnia Mestrado: Ciência e Tecnologia de Sementes Graduação: Engenharia Agrônômica
<u>Pedro Ricardo Rocha Marques</u>	Doutorado em Agronomia: Propagação e Manejo Cultural de Plantas Mestrado: Produção Vegetal no Semiárido Graduação: Engenharia Agrônômica
<u>Poliana da Silva Gomes</u>	Especialização Graduação:
<u>Poliana Bezerra De Oliveira</u>	Especialização: Gestão Ambiental Graduação: Licenciatura Plena em Geografia
<u>Queila Batista Muniz</u>	Especialização: Matemática Financeira e Estatística Graduação: Licenciatura em Matemática
<u>Radival da Costa Nery Júnior</u>	Mestrado: Matemática Especialização: Educação Matemática Graduação: Licenciatura em Matemática
<u>Rafael Alves da Silva</u>	Mestrado: Engenharia e Ciência de Alimentos (em curso) Graduação: Tecnologia em Agroindústria
<u>Reinaldo Monteiro Cotrim</u>	Mestrado: Ciência Inovação e Modelagem dos Materiais Especialização: Administração em Redes Linux Graduação: Ciência da Computação
<u>Rita de Cássia Souza Martins</u>	Especialização: Administração Educacional Graduação: Licenciatura em Pedagogia Artes Visuais
<u>Roberta Binhane Rebouças Públio</u>	Graduação: Matemática Especialização: Docência do Ensino Superior
<u>Roberto Carlos Santana Lima</u>	Mestrado: Cultura e Sociedade Especialização: Metodologia do Ensino da Língua Inglesa Graduação: Letras – Português/Inglês e

	Literatura
<u>Rosângela Figueredo Miranda</u>	Graduação: Licenciatura em História Mestrado: História Regional e Local
<u>Rosimira dos Santos Amaral</u>	Doutorado: Zootecnia Mestrado: Zootecnia Graduação: Bacharelado em Zootecnia
<u>Sérgio Luiz Rodrigues Donato</u>	Doutorado: Fitotecnia (Produção Vegetal) Mestrado: Ciência e Tecnologia de Sementes Graduação: Engenharia Agrônoma
<u>Sílvia Cláudia Marques Lima</u>	Mestrado: Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente Graduação: Licenciatura em Letras
Simone Mendes Ladeia	Graduação: Letras/Inglês
<u>Sinézio Cotrim Guimarães Júnior</u>	Especialização: Gestão Escolar Graduação: Licenciatura em Letras – Português/Inglês
<u>Sofia Rebouças Neta Pereira</u>	Doutorado: Geografia (em curso) Mestrado: Geografia Graduação: Licenciatura Curta em Estudos Sociais Licenciatura em Pedagogia Licenciatura em Geografia
<u>Suane Coutinho Cardoso</u>	Doutorado: Agronomia / Fitotecnia Mestrado: Ciências Agrárias Graduação: Engenharia Agrônoma
<u>Tatiane Malheiros Alves</u>	Doutorado: Memória: Linguagem e Sociedade (em curso) Mestrado: Linguagens e Práticas Sociais Especialização: Linguística: Leitura e Produção de Textos Graduação: Letras – Habilitação em Português/Inglês e Literatura
<u>Verbenes Fernandes De Azevedo</u>	Mestrado: Produção Vegetal Graduação: Engenharia de Agrimensura
<u>Woquiton Lima Fernandes</u>	Doutorado: Educação Especial (em curso) Mestrado: Tecnologia da Informação e Comunicação na Formação em EaD Especialização: Informática em Educação Graduação: Bacharelado em Processamento de Dados

4.4 Indicadores de acesso e fluxo escolar

A LDB 9.394/96, em consonância com o Art. 206 da Constituição Federal de 88, determina em seu Art. 3º inciso I, a “igualdade de condições para o acesso e permanência na escola” como primeiro princípio do ensino no Brasil.

Nesta mesma direção o Plano Nacional de Educação 2011-2020 apresenta a universalização da educação básica pública, por meio do acesso e permanência na instituição educacional como uma de suas premissas norteadoras e o Termo de Acordo de Metas e Compromissos determina como metas primeiras a elevação dos índices de eficiência e eficácia da instituição. Destacando que, *“o índice de eficiência é calculado pela média aritmética da eficiência de cada turma, medida pela relação entre o número de alunos regularmente matriculados e o número total de vagas de cada turma, sendo que este total de vagas é resultado da multiplicação das vagas ofertadas no processo seletivo pelo número de períodos letivos para cada uma dessas turmas e o índice de eficácia é calculado pela média aritmética da eficácia de cada turma, medida pela relação entre o número de alunos concluintes e o número de vagas ofertadas no processo seletivo para cada uma dessas turmas”* (TAM, 2010).

Esses indicadores têm direcionado as políticas públicas educacionais e as ações educativas das instituições de ensino públicas brasileiras que tem sido desafiadas a garantir aos estudantes que nelas ingressam a permanência e a conclusão com êxito dos níveis de ensino na idade adequada. Cabe à escola, portanto, além de garantir a acessibilidade à vida acadêmica, preocupar-se com as condições pedagógicas que contribuam de fato com a melhoria da qualidade do ensino ofertado e, por conseguinte, uma aprendizagem significativa.

É fato que os índices de acesso à educação avançaram nos últimos anos, mas os indicadores de permanência - a taxa de abandono, que mostra os que não concluíram o ano letivo, e a de evasão, que aponta os que não se matricularam no ano seguinte, ainda são muito altos.

É nesse contexto que o IF Baiano *Campus Guanambi* tem se empenhado para diagnosticar fatores relacionados ao fracasso escolar com o intuito de enfrentar, acompanhar e combater a evasão e a retenção com ações conjuntas que promovam

o acesso e a permanência com êxito dos seus estudantes constitui uma das suas grandes metas. Para tanto, é necessário superar um dos mais graves problemas enfrentados que é a interrupção no fluxo escolar normal dos estudantes, ou seja, a reprovação e a evasão em todos os Cursos ofertados – Superiores, Técnicos Integrados, Técnicos Subsequentes e Educação de Jovens e Adultos.

Levantamento, realizado junto à Secretaria de Registros Acadêmicos do *campus* permite a visualização dos principais entraves enfrentados pela instituição no que se refere ao rendimento e ao fluxo escolar dos seus educandos.

As tabelas abaixo apresentam dados relacionados ao quantitativo de estudantes que ingressaram nos cursos ofertados no *Campus Guanambi* no período de 2010 a 2015, assim como os matriculados, evadidos, trancados, jubilados, desligados, transferidos, concluídos e em curso. A escolha deste período se deu em razão da necessidade de analisar a movimentação destes dados na instituição a partir do momento que se transformou em Instituto Federal até o momento atual. Os dados levantados tiveram como referência o semestre letivo 2015.1, considerando que o 2015.2 ainda está em curso.

As tabelas 07 e 08 apresentam o fluxo escolar dos estudantes que ingressaram no *Campus* nos cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio no período mencionado.

Tabela 07: Fluxo escolar do curso **Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio** do IF BAIANO *campus* Guanambi no período 2010-2015

ANO DE INGRESSO	MATRICULADO	TRANSFERIDO	DESLIGADO	EVADIDO	CONCLUÍDO	EM CURSO
2010	169	57	13	27	72	0
2011	83	24	8	6	44	1
2012	78	11	6	12	39	10
2013	81	11	4	3	0	63
2014	80	4	0	0	0	76
2015	80	6	0	1	0	73
TOTAL	571	113	31	49	155	223

Fonte: <http://sitesistec.mec.gov.br/> Arquivo da SRA/Tabela elaborada.

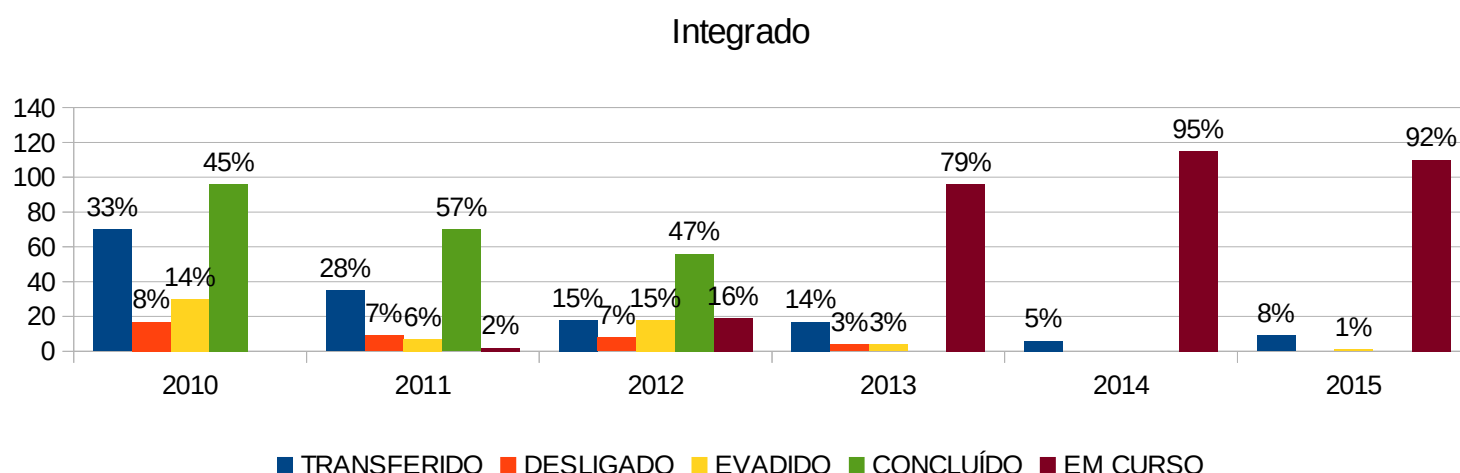
Tabela 08: Fluxo Escolar do Curso **Técnico em Agroindústria Integrado ao Ensino Médio** do IF Baiano *Campus* Guanambi no período 2010-2015

ANO DE INGRESSO	MATRICULADO	TRANSFERIDO	DESLIGADO	EVADIDO	CONCLUÍDO	EM CURSO
2010	44	13	4	3	24	0
2011	40	11	1	1	26	1
2012	41	7	2	6	17	9
2013	40	6	0	1	0	33
2014	41	2	0	0	0	39
2015	40	3	0	0	0	37
TOTAL	246	42	7	11	67	119

Fonte: <http://sitesistec.mec.gov.br/> Arquivo da SRA/Tabela elaborada.

O gráfico a seguir sintetiza os dados apresentados acima, permitindo uma visualização das taxas referentes ao fluxo escolar nos Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio ofertados no Campus, no período referenciado.

Gráfico 01: Taxas do Fluxo Escolar nos cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio do IF Baiano *campus* Guanambi no período 2010-2015



As tabelas 09 e 10 apresentam o fluxo escolar dos estudantes que ingressaram no *Campus* nos cursos Técnicos Subsequentes ao Ensino Médio no período de 2010 a 2015.

Tabela 09: Fluxo Escolar do curso Técnico em Agricultura Subsequente ao Ensino Médio do IF Baiano *campus* Guanambi no período 2010-2015

ANO DE INGRESSO	MATRICULADO	TRANSFERIDO	DESLIGADO	EVADIDO	CONCLUÍDO	EM CURSO
2010	61	0	0	8	53	0
2011	45	0	1	16	28	0
2012	77	0	5	20	52	0
2013	78	0	10	18	39	11
2014	79	0	7	0	28	44
2015	39	0	1	0	0	38
TOTAL	379	0	24	62	200	93

Fonte: <http://sitesistec.mec.gov.br/> Arquivo da SRA/Tabela elaborada.

Tabela 10: Fluxo Escolar do curso **Técnico em Zootecnia Subsequente** ao Ensino Médio do IF Baiano *Campus Guanambi* no período 2010-2015

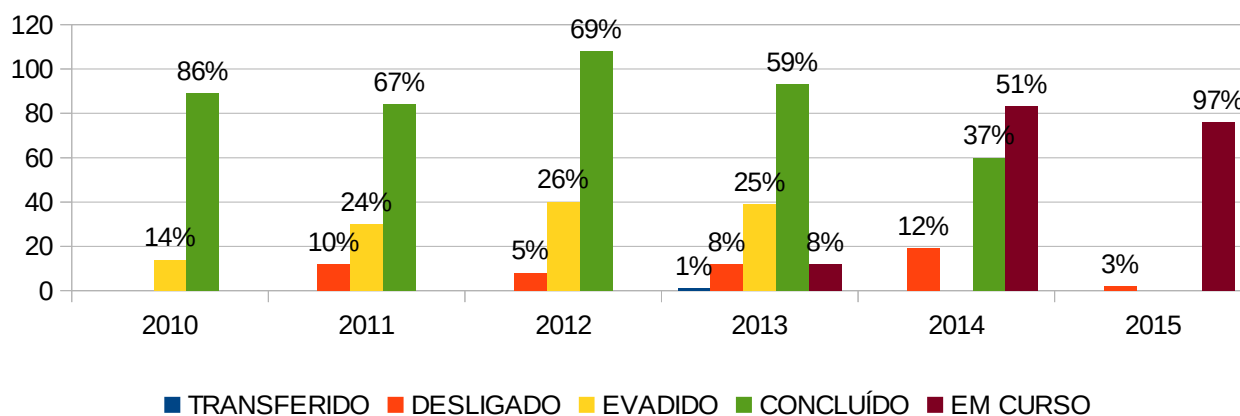
ANO DE INGRESSO	MATRICULADO	TRANSFERIDO	DESLIGADO	EVADIDO	CONCLUÍDO	EM CURSO
2010	42	0	0	6	36	0
2011	81	0	11	14	56	0
2012	79	0	3	20	56	0
2013	79	1	2	21	54	1
2014	83	0	12	0	32	39
2015	39	0	1	0	0	38
TOTAL	403	0	13	0	32	77

Fonte: <http://sitesistec.mec.gov.br/> Arquivo da SRA/Tabela elaborada.

O gráfico abaixo revela em síntese os dados apresentados nas tabelas anteriores, permitindo uma visualização das taxas referentes ao fluxo escolar nos Cursos Técnicos Subsequentes ao Ensino Médio ofertados no Campus, no período referenciado.

Gráfico 02 - Taxas do Fluxo Escolar nos cursos Técnicos Subsequentes ao Ensino Médio do IF Baiano *Campus Guanambi* no período 2010-2015

Cursos Subsequentes



As tabelas 11, 12, 13 e 14 apresentam o fluxo escolar dos estudantes que ingressaram no *Campus* nos cursos superiores no período de 2010 a 2015.

Tabela 11: Fluxo Escolar do curso Superior de **Engenharia Agrônômica** do IF Baiano *campus* Guanambi no período 2010-2015

ANO DE INGRESSO	INGRESSO	JUBILADO	CANCELADO	TRANCADO	DESLIGADO	EVADIDO	CONCLUÍDO	EM CURSO
2010	39	0	1	5	1	18	8	6
2011	50	1	3	4	1	14	11	16
2012	42	0	11	1	8	0	0	22
2013	45	0	4	1	5	5	0	30
2014	40	0	2	0	3	0	0	35
2015	43	0	3	0	0	0	0	40
TOTAL	259	1	24	11	18	37	19	149

Fonte: <http://sitesistec.mec.gov.br/> Arquivo da SRA/Tabela elaborada.

Tabela 12 - Fluxo Escolar do curso Superior de **Licenciatura em Química** do IF Baiano *campus* Guanambi no período 2010-2015

ANO DE INGRESSO	INGRESSO	JUBILADO	CANCELADO	TRANCADO	DESLIGADO	EVADIDO	CONCLUÍDO	MATRICULADO
2010	40	0	0	0	10	17	7	6
2011	44	0	0	0	4	24	10	6
2012	43	0	0	0	5	13	0	25
2013	41	0	0	0	3	17	0	21
2014	41	0	0	0	5	4	0	32
2015	42	0	0	0	0	0	0	42
TOTAL	251	0	0	0	27	75	17	132

Fonte: <http://sitesistec.mec.gov.br/> Arquivo da SRA/Tabela elaborada.

Tabela 13 - Fluxo Escolar do curso Superior de **Tecnologia em Agroindústria** do IF Baiano *campus* Guanambi no período 2010-2015

ANO DE INGRESSO	INGRESSO	JUBILADO	CANCELADO	TRANCADO	DESLIGADO	EVADIDO	CONCLUÍDO	EM CURSO
2010	37	0	0	0	7	13	17	0
2011	42	0	0	0	8	9	20	5
2012	41	0	0	0	7	14	1	19
2013	38	0	0	0	7	7	0	24
2014	39	0	0	0	11	6	0	22
2015	35	0	0	0	2	0	0	33
TOTAL	232	0	0	0	42	49	38	103

Fonte: <http://sitesistec.mec.gov.br/> Arquivo da SRA/Tabela elaborada.

Tabela 14 - Fluxo Escolar do curso Superior de **Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas** do IF Baiano *campus* Guanambi no período 2010-2015

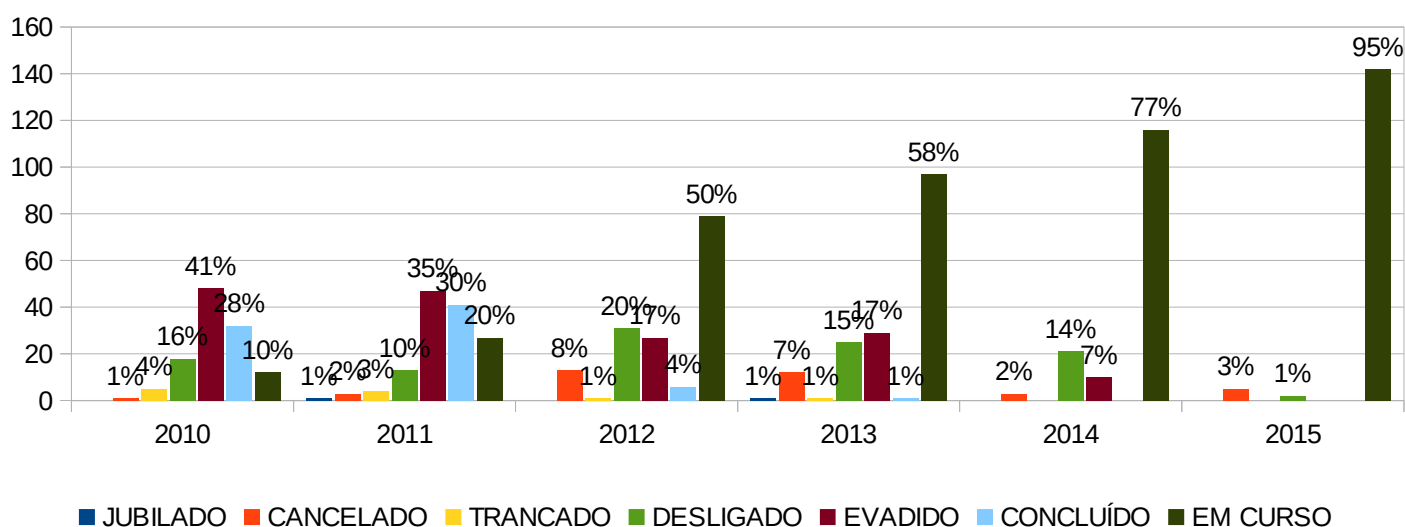
ANO DE INGRESSO	INGRESSO	JUBILADO	CANCELADO	TRANCADO	DESLIGADO	EVADIDO	CONCLUÍDO	EM CURSO
2010	0	0	0	0	0	0	0	0
2011	0	0	0	0	0	0	0	0
2012	31	0	2	0	11		5	13
2013	42	1	8	0	10	0	1	22
2014	30	0	1	0	2	0	0	27
2015	29	0	2	0	0	0	0	27
TOTAL	132			0		0		

Fonte: <http://sitesistec.mec.gov.br/> Arquivo da SRA/Tabela elaborada.

O gráfico a seguir representa visualmente os dados referentes às taxas do fluxo escolar nos Cursos Superiores ofertados no *Campus* Guanambi apresentados nas tabelas acima.

Gráfico 03 - Taxas do Fluxo Escolar nos **cursos Superiores** do IF Baiano *Campus* Guanambi no período 2010-2015

Cursos Superiores



A tabela 15 apresenta o fluxo escolar dos estudantes que ingressaram no *Campus* no curso Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio – modalidade PROEJA no período de 2010 a 2015.

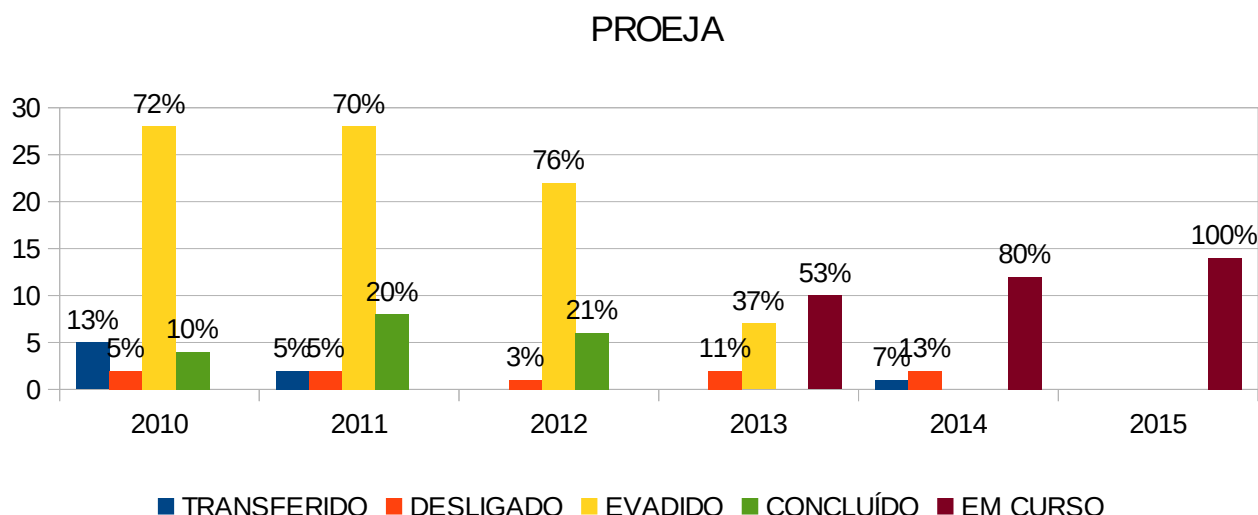
Tabela 15: Fluxo Escolar do curso **Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio – modalidade PROEJA** do IF Baiano *Campus Guanambi* no período 2010-2015

ANO DE INGRESSO	TRANSFERIDO	DESLIGADO	EVADIDO	CONCLUÍDO	EM CURSO	TOTAL
2010	5	2	28	4	0	39
2011	2	2	28	8	0	40
2012	0	1	22	6	0	29
2013	0	2	7	0	10	19
2014	1	2	0	0	12	15
2015	0	0	0	0	14	14
TOTAL	8	9	85	18	36	156

Fonte: <http://sitesistec.mec.gov.br/> Arquivo da SRA/Tabela elaborada.

O gráfico abaixo sintetiza os dados apresentados na tabela anterior, permitindo visualizar as taxas referentes ao fluxo escolar do Curso Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio – modalidade PROEJA no período em referência.

Gráfico 04 - Taxas do Fluxo Escolar no curso Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio – modalidade PROEJA



Observa-se através dos dados apresentados alguns aspectos que merecem atenção especial por parte da comunidade escolar do *Campus Guanambi*. Os índices de evasão chamam a atenção nos cursos superiores, nos primeiros anos de oferta dos cursos subsequentes e, destacadamente no PROEJA, que chega a atingir a margem dos 70% nos anos 2010, 2011 e 2012. Nesta relação, merece destaque o fato de que, embora nos últimos anos o índice de evasão no PROEJA tenha diminuído, o quantitativo de alunos que efetivou matrícula também diminuiu consideravelmente. A exemplo do ano 2015 que preencheu apenas 14 das 40 vagas ofertadas.

Os dados apresentam também um índice pequeno de conclusão nos cursos, sobretudo nos cursos superiores e PROEJA, evidenciando os casos de retenção, que levam às situações de repetência, um indicador de ineficiência grave no fluxo escolar.

É válido ressaltar que a evasão e a repetência são fenômenos interligados e a combinação deles tem sido identificada como uma das principais falhas do sistema educacional brasileiro.

É possível observar também que os dados de transferência nos cursos integrados, principalmente nos primeiros anos de oferta, merecem atenção.

De maneira geral, este levantamento revela que, de fato, há uma necessidade do Campus investir na elevação dos índices de eficiência e eficácia acadêmica. E, os resultados remetem à comunidade acadêmica a realizar algumas reflexões: ***Será que sabemos quem são os alunos que, na nossa escola, apresentam maior dificuldade no processo de aprendizagem? Quais se ausentam com mais frequência na escola? E os que abandonaram, evadiram ou se transferiram, sabemos o motivo? O que estão fazendo? Será que estão insatisfeitos? Estamos nos esforçando em trazê-los de volta para a escola? Temos tratado essa situação com o cuidado e o carinho que ela merece?*** Ao responder a essas perguntas a comunidade acadêmica poderá discutir e planejar ações educativas que contribuam para a melhoria da qualidade do ensino ofertado pela escola, e, por conseguinte, contribua para que o campus de fato alcance a meta de promover o acesso e a permanência com êxito dos estudantes.

4.5 A Relação Campus - Comunidade

O IF Baiano campus Guanambi visa o bom relacionamento com a comunidade, tendo em vista sua missão institucional e sem dela se desvincular, realiza ações de comunicação com a comunidade interna e externa e dispõe do setor do Núcleo de Relações Institucionais (NRI) e do setor de Assessoria de Comunicação (ASCOM) responsável pela Comunicação Institucional.

A comunicação com a comunidade interna ocorre por diferentes veículos como página oficial do IF Baiano Campus Guanambi; afixação de cartazes, editais, ofícios, memorandos, portarias, dentre outros documentos em murais e dependências da Instituição, bem como através de reuniões pedagógicas e administrativas.

A comunicação externa ocorre via ofício expedido pelo Gabinete, página oficial do IF Baiano Campus Guanambi, utilização das rádios locais, de outdoors, faixas, cartazes, panfletos e/ou folders, bem como pelas ações de extensão e visitas técnicas junto à Comunidade.

O Núcleo de Relações Institucionais (NRI) media a realização de parcerias interinstitucionais, constituindo-se um importante setor para viabilização dos estágios

curriculares. Além disto, o referido núcleo agenda visitas e recebe visitantes, acompanhando-os aos setores de interesse do grupo.

O Campus dispõe de um Setor de Audiovisual e Comunicação, que auxilia na publicação e/ou atualização da página oficial. A comunicação cumpre o papel de criar um fórum de interlocução entre estudantes, corpo técnico-administrativo, docentes, dirigentes e comunidade civil. Faz isso por meio de publicações de fotos e textos em jornais, revistas, prospectos e sítios eletrônicos; uso de redes sociais e contato com a imprensa em geral. Conta com a colaboração de comunicadores nos campi, que são responsáveis pela construção coletiva e manutenção dos sítios eletrônicos das unidades.

ATO CONCEITUAL

5. PRINCÍPIOS E CONCEPÇÕES QUE NORTEIAM AS PRÁTICAS ACADÊMICAS DO *CAMPUS*

5.1 CONCEPÇÃO DE SER HUMANO, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO

CONCEPÇÃO DE SER HUMANO

O Projeto Político Pedagógico, proposto pelo coletivo do IF Baiano/*Campus Guanambi*, permite vislumbrar um conceito significativo e significador de ser humano, o qual não pode nos escapar da ideia de ser humano com competências e habilidades múltiplas imbricadas a sua capacidade de pensar, comunicar e de estabelecer significações.

Nesse sentido, pautados em uma concepção hermenêutica da compreensão do ser humano (GADAMER, 2002), envolvendo seus desdobramentos na relação com o outro, acreditamos na imagem de homens e mulheres holísticos e que existem em um campo contextual de inter-relações preocupando-se com a formação ética da existência que se dá individualmente, mas dentro de um coletivo que reconhece que o ser humano é um ser em formação, sempre habitado pela

alteridade e pelo efeito da relação humana. Em que pese, neste âmbito tratamos o diálogo hermenêutico proposto por Gadamer (2002) como proposta que estabelece a compreensão como uma forma de existir, mediante a relação do homem com o mundo e consigo mesmo, por meio do exercício dialógico. Assim, apostamos que

"Na compreensão [...] projeta seu ser para possibilidades. Esse ser para possibilidades, constitutivo da compreensão, é um poder-se que repercute sobre a [...] as possibilidades enquanto aberturas. (HEIDEGGER, 2005, p.200)

Sob essa configuração, atentos ao propósito pedagógico de cunho transversalizado e multirreferencial, temos um ideal de ser humano que coaduna com nossos objetivos/fins/metasp da Educação que se materializa em uma sociedade plural, movida por diversidades inerentes aos próprios seres humanos que nela se fazem princípio, meio e fim, imprimindo coerência e sentido às orientações e práticas pedagógicas, pelas quais orientamos o nosso ser e fazer educativos.

CONCEPÇÃO DE SOCIEDADE

As formas de ofertas que se efetivam no cenário dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia – Múltiplas e verticalizadas – já trazem em seu bojo um amálgama complexo que representa, por si só, a concepção de sociedade movente de nosso fazer: Uma concepção de sociedade plural e democrática que se materializa a partir de relações múltiplas e intersubjetivas, as quais interferem significativamente na vida subjetiva, social e institucional. Nesse sentido, vale ressaltar que,

O conceito de sociedade plural anda de passo com outros conceitos, tais como os de globalização, multiculturalismo e cosmopolítica, ora em grande evidência, mas já presentes na nossa história pregressa. São temas amplos inerentes à cultura humana como um todo, desde sua origem até nossos dias. Esse caráter histórico e universal é bastante visível no caso da formação, até mesmo porque se trata do processo constituinte do humano. (GOERGEN, 2014, p. 23)

A concepção de sociedade que se adota por uma instituição educacional, em especial quando se tem uma dimensão tão complexa como a do campus Guanambi,

não diz respeito apenas a uma escolha filosófica, mas, acima de tudo, refere-se a uma postura epistemológica perante a pluralidade [recorte contextual da sociedade em que vivemos] que aqui acolhemos. Tal opção representa, pois, nosso reconhecimento e o nosso respeito para com a diferença, a alteridade, a diversidade que (re)compõem as identidades em formação que integram nossa comunidade externa e interna, coadunando, assim, com todas as orientações legais, éticas e estéticas, para a oferta de uma educação qualidade para todos e para todas, coerente, também, com a efetivação de um projeto digno e democrático de sociedade.

O grande desafio que se coloca, então, é a harmonização entre, de um lado, o direito à identidade cultural com tudo o que isso importa e, de outro, a necessidade da convivência, do respeito e do reconhecimento das identidades culturais entre si. Esse é o desafio da contemporaneidade [...] para ingressar numa nova cultura da convivência de culturas com base no entendimento e reconhecimento. (GOERGEN, 2014, p. 30)

Por fim, o que ora se concebe por sociedade dialoga pluralidade e democracia. E essa perspectiva, como diz Edgar Morin (2000), favorece a relação rica e complexa entre indivíduo/sociedade, em que a democracia depende das condições que dependem de seu exercício cotidiano, que, por sua vez, exige consciência, responsabilidade social e ética da condição humana.

CONCEPÇÃO DE EDUCAÇÃO

O artigo 205 da Carta Magna brasileira define que a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Na magnitude e completude que alberga o mencionado artigo constitucional é que buscamos enveredar nossa concepção de educação, sem perder de vista, o compromisso com a diversidade, com a política e com a pluralidade cultural inerentes ao ser humano, pondo em relevo a responsabilidade para com a democracia, enquanto constante construção que exige, conforme Morin (2000), uma aprendizagem cidadã contínua. Tudo isso, à luz da observância da Lei nº 11.892/08

que orienta as nossas finalidades e características, enquanto integrantes do contexto nela instituído:

Art. 6º Os Institutos Federais têm por finalidades e características: I - **ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades**, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional; II - **desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais[...]**.

É sob essa égide que vamos edificando e materializando o que concebemos por educação, fazendo valer o que Rios (2002, p.42) denominou de “dimensão técnica” e “dimensão política” a ela atinentes, “dialeticamente relacionadas” ponderando que “na articulação do que é especificamente pedagógico com a totalidade do social [é] que se realiza a dimensão política da educação.

Dessa forma a tecitura de tal concepção propõe interconexões de ordem política, ética, estética, tecnológica, econômica, cultural, histórica e social aberta às invenções, às experiências e atualizações inerentes a um exercício formativo mais significativo e, conseqüentemente, mais efetivo no âmbito dos macroprocessos finalísticos da nossa instituição – Ensino, Pesquisa e Extensão.

5.2 PRINCÍPIOS DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

5.2.1 Formação Humana: diversidade, inclusão e cidadania

5.2.2 Concepção de Educação e a sua relação com o mundo do trabalho

5.2.3 Concepção de Ciência e Tecnologia

5.3 A DEMOCRACIA COMO PRINCÍPIO DA GESTÃO

A Gestão Democrática do ensino público é apontada pela Constituição Federal brasileira de 1988 em seu artigo 206, Parágrafo VI, como um dos princípios necessários para se ministrar o ensino em nosso país. O texto constitucional institui,

ao mesmo tempo, o direito e o dever de participar de todos os que atuam nos sistemas e nas escolas públicas. Este disposto é regulamentado por leis complementares como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e o Plano Nacional de Educação.

A LDB Nº 9.394/96, no art. 3º Parágrafo VIII, ratifica o disposto constitucional, apontando os doze princípios que devem reger o ensino no Brasil, dentre os quais se destaca: “a gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino”. Estabelecendo seu detalhamento nos Artigos 14 e 15.

Art. 14. Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios: I - participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola; II - participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes;

Art. 15. Os sistemas de ensino assegurarão às unidades escolares públicas de educação básica que os integram progressivos graus de autonomia pedagógica e administrativa e de gestão financeira, observadas as normas gerais de direito financeiro público.

Assim, entende-se um modelo de gestão que pressupõe a participação efetiva dos vários segmentos da comunidade escolar em todos os aspectos da organização da instituição. É uma forma de exercitar a democracia participativa, podendo contribuir para a própria democratização da sociedade.

O entendimento do conceito de gestão já pressupõe, em si, a ideia de participação, isto é, do trabalho associado de pessoas analisando situações, decidindo sobre seu encaminhamento e agindo sobre elas em conjunto. (Lück, 1998).

Acredita-se que a participação dos diversos segmentos nas decisões da escola influencia de forma positiva o ato pedagógico e a aprendizagem dos alunos, pois é através da Gestão Democrática da Educação que "as pessoas na escola discutem, deliberam e planejam, solucionam problemas e os encaminham, acompanham, controlam e avaliam o conjunto das ações voltadas ao desenvolvimento da própria escola". Entende-se, nesse sentido que a participação da sociedade na escola é o caminho mais estreito para se elevar os níveis da

qualidade da educação, na medida em que possibilita que a escola crie vínculos com a comunidade onde está inserida e pautar seu currículo na realidade local. Assim, viabilizar uma gestão democrática nas instituições de ensino é comprometer-se com a realidade local e regional.

Acrescenta-se à participação, três elementos que, segundo (ARAÚJO, 2000), são imprescindíveis à gestão democrática: a autonomia, a transparência e a pluralidade. A autonomia está relacionada ao poder de emancipação e transformação social, a transparência está intrinsecamente ligada à ideia de escola como espaço público, e a pluralidade se refere ao respeito e à abertura de espaço para o “pensar diferente” na instituição. Além disso, como instrumentos de ação da gestão democrática, surgem as instâncias diretas e indiretas de deliberação, tais como conselhos e similares, que propiciam espaços de participação e de criação da identidade do sistema de ensino e da escola.

Nessa perspectiva, a gestão democrática e participativa se consolida pela integração de toda a comunidade acadêmica, construindo ações pautadas na transparência e otimização dos recursos, reconhecendo e aceitando os diversos valores, hábitos, atitudes e conhecimentos de cada um. É necessário o envolvimento e o comprometimento de toda a comunidade acadêmica para que seja respeitada a autonomia pedagógica, administrativa e gestão financeira.

Coadunando com essa concepção de gestão, o IF Baiano campus Guanambi oportuniza espaços de diálogo com a comunidade interna e externa, espaços de discussão e deliberação coletiva, como por exemplo, processo de escolha do diretor escolar, construção do Projeto Político Pedagógico da escola constituição dos Grêmios Estudantis e Diretórios Acadêmicos. Procurando sobretudo, resguardar a gestão democrática como um objetivo e um percurso. Um objetivo, por tratar-se de uma meta a ser sempre aprimorada, e um percurso, porque se revela como um processo que, a cada dia, se avalia e se reorganiza.

5.4 DIRETRIZES DE ENSINO

5.4.1 A Educação Profissional Técnica de Nível Médio

Segundo o Plano de Desenvolvimento Institucional, a Educação Profissional no IF Baiano deve ser compreendida como a qualificação ou habilitação dos indivíduos para o desenvolvimento de atividades profissionais, podendo ser de forma complementar ou articulada à educação geral, comprometida com a formação humana e integral para o exercício profissional e cidadão.

A Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (LDBEN) 9394/1996 dispõe em seu artigo 39 que a Educação Profissional é uma modalidade de ensino que “integrada às diferentes formas de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia, conduz ao permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva” (BRASIL, 1996). A Educação Profissional Técnica de Nível Médio (EPTNM), além da formação para o trabalho, é compreendida como um direito do cidadão, pautada em processos formativos para a prática social, que articula as atividades intelectuais e manuais de maneira crítica e dialógica, possibilitando a formação geral e profissional através da oferta de programas flexíveis e relacionados as demandas contemporâneas.

A EPTNM, conforme prevê o Decreto nº. 5.154 de 23 de julho de 2004, bem como o Parecer CNE/CEB nº. 39/2004, deve ser desenvolvida nas formas subsequente e articulada com o ensino médio. Na forma subsequente, os cursos são destinados aos estudantes que concluíram o ensino médio. Na forma articulada, existem duas configurações: integrada e concomitante. Na configuração integrada, os cursos são ofertados para os estudantes que concluíram o ensino fundamental, possibilitando aos mesmos, habilitação profissional técnica de nível médio, na mesma Instituição, com matrícula única. Desse modo, o estudante tem a oportunidade de desenvolver o itinerário formativo da Base Nacional Comum do Ensino Médio, cumprindo as finalidades estabelecidas para a formação geral e conclusão da última etapa da educação básica, e, simultaneamente, realizando a formação técnica profissional, garantindo uma preparação para o exercício de profissões técnicas e ampliando as possibilidades de inserção qualificada no mundo do trabalho. Na configuração concomitante, o curso visa contemplar estudantes que ingressaram no Ensino Médio, com matrículas distintas para cada curso, podendo

ser ofertada na mesma instituição ou não, mas como convênio de intercomplementaridade (BRASIL, 2012).

Segundo a Resolução Nº 6, de 20 de setembro de 2012, que define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio, são princípios da Educação Profissional Técnica de Nível Médio:

I - relação e articulação entre a formação desenvolvida no Ensino Médio e a preparação para o exercício das profissões técnicas, visando à formação integral do estudante;

II - respeito aos valores estéticos, políticos e éticos da educação nacional, na perspectiva do desenvolvimento para a vida social e profissional;

III - trabalho assumido como princípio educativo, tendo sua integração com a ciência, a tecnologia e a cultura como base da proposta político-pedagógica e do desenvolvimento curricular;

IV - articulação da Educação Básica com a Educação Profissional e Tecnológica, na perspectiva da integração entre saberes específicos para a produção do conhecimento e a intervenção social, assumindo a pesquisa como princípio pedagógico;

V - indissociabilidade entre educação e prática social, considerando-se a historicidade dos conhecimentos e dos sujeitos da aprendizagem;

VI - indissociabilidade entre teoria e prática no processo de ensino-aprendizagem;

VII - interdisciplinaridade assegurada no currículo e na prática pedagógica, visando à superação da fragmentação de conhecimentos e de segmentação da organização curricular;

VIII - contextualização, flexibilidade e interdisciplinaridade na utilização de estratégias educacionais favoráveis à compreensão de significados e à integração entre a teoria e a vivência da prática profissional, envolvendo as múltiplas dimensões do eixo tecnológico do curso e das ciências e tecnologias a ele vinculadas;

IX - articulação com o desenvolvimento socioeconômico-ambiental dos territórios onde os cursos ocorrem, devendo observar os arranjos socioprodutivos e suas demandas locais, tanto no meio urbano quanto no campo;

X - reconhecimento dos sujeitos e suas diversidades, considerando, entre outras, as pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades, as pessoas em regime de acolhimento ou internação e em regime de privação de liberdade;

XI - reconhecimento das identidades de gênero e étnico-raciais, assim como dos povos indígenas, quilombolas e populações do campo;

XII - reconhecimento das diversidades das formas de produção, dos processos de trabalho e das culturas a eles subjacentes, as quais estabelecem novos paradigmas;

XIII - autonomia da instituição educacional na concepção, elaboração, execução, avaliação e revisão do seu projeto político-pedagógico, construído como instrumento de trabalho da comunidade escolar, respeitadas a legislação e normas educacionais, estas Diretrizes Curriculares Nacionais e outras complementares de cada sistema de ensino;

XIV - flexibilidade na construção de itinerários formativos diversificados e atualizados, segundo interesses dos sujeitos e possibilidades das instituições educacionais, nos termos dos respectivos projetos político-pedagógicos;

XV - identidade dos perfis profissionais de conclusão de curso, que contemplem conhecimentos, competências e saberes profissionais requeridos pela natureza do trabalho, pelo desenvolvimento tecnológico e pelas demandas sociais, econômicas e ambientais;

XVI - fortalecimento do regime de colaboração entre os entes federados, incluindo, por exemplo, os arranjos de desenvolvimento da educação, visando à melhoria dos indicadores educacionais dos territórios em que os cursos e programas de Educação Profissional Técnica de Nível Médio forem realizados;

XVII - respeito ao princípio constitucional e legal do pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas.

No Instituto Federal Baiano, a formação profissional técnica de nível médio deverá ocorrer, prioritariamente, nas formas integrada e subsequente, zelando pelo cumprimento dos 50% (cinquenta por cento) das vagas exigidos na Lei 11.892/2008 (BRASIL, 2008). Para além das exigências legais, estas escolhas traduzem o compromisso político e social, assumido por este Instituto, de contribuir com a expansão da educação básica e qualificação profissional no interior da Bahia e construir um projeto de desenvolvimento histórico de um povo, oferecendo formação integral, pública e gratuita, sobretudo para estudantes em desvantagem social.

Desse modo, a Educação Profissional Técnica de Nível Médio no IF Baiano é concebida como mecanismo que: a) promove a formação integral e integrada com a prática social transformadora; b) oportuniza a ampliação e aprofundamento de conhecimentos científicos e tecnológicos contemporâneos; c) articula a teoria com a prática para o domínio da técnica em nível intelectual e d) qualifica para a gestão e o mundo do trabalho.

As Políticas da Educação Profissional no Brasil oportunizam importantes questionamentos, sobretudo em relação ao resgate do ensino profissional técnico de nível médio (FRIGOTTO et al., 2005). Estes questionamentos versam sobre a necessidade de conferir uma sólida identidade a este nível/modalidade de formação, superar a dualidade entre a formação acadêmica para favorecidos socialmente e a formação instrumental para adolescentes, jovens e adultos, geralmente em situação de desvantagem social, entre outros.

Ao considerar o ensino médio (nível) como a última etapa da educação básica, que se inicia da educação infantil, e a educação profissional (modalidade) que habilita os indivíduos para o exercício profissional, é possível afirmar que o “Ensino Médio é base a partir da qual se pensa a educação profissional” (RAMOS, 2006). Sendo assim, a proposta curricular da EPTNM deve dialogar com o ensino médio, através da preparação básica para o mundo do trabalho, de maneira planejada, seja de maneira complementar ou interativa. “A preparação básica para o trabalho deve estar organicamente integrada tanto à base nacional comum quanto à parte diversificada do currículo, ao mesmo tempo em que os conhecimentos associados à realidade do mundo do trabalho devem ser básicos à quaisquer atividades produtivas” (RAMOS, 2006).

As políticas públicas da Educação Profissional Técnica de Nível Médio ocupam um lugar fundante, sobretudo, por servir como dispositivos para sobrepujar a dicotomia entre cultura geral e cultura técnica e conduzir itinerários formativos que dialoguem com a realidade social dos estudantes, numa perspectiva de transformação, preparando-os para atuar de forma competente, ética, técnica e política nas múltiplas e multifacetadas arquitetura do mundo do trabalho.

Fundamentado nessas Diretrizes e princípios que regem a Educação Profissional Técnica de Nível Médio no país é que o IF Baiano Campus Guanambi organiza e implementa os seus Projetos Pedagógicos de Curso, sem perder de vista as necessidades e possibilidades local e regional.

5.4.2 A Educação Profissional Técnica Integrada à Educação de Jovens e Adultos

O Programa de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade Educação de Jovens e Adultos (PROEJA), instituído, inicialmente, pelo Decreto nº. 5.478/2005 e substituído, posteriormente, pelo Decreto nº. 5.840/2006, tem como objetivo elevar a escolarização de jovens e adultos, através da formação pessoal e profissional, respeitando a realidade e especificidades dos mesmos. São cursos técnicos de nível médio, destinados aos jovens e adultos trabalhadores, que tiveram o direito à escolaridade negado ou ignorado e que buscam no IF Baiano – *Campus Guanambi* a formação profissional, inclusão social, valorização e reconhecimento de seus saberes.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010), no Brasil, cerca de 65,9 milhões de pessoas com mais de 15 anos não frequentam a escola regular, 13,9 milhões com 15 anos ou mais são analfabetos e 22 milhões com 18 anos ou mais concluíram apenas o ensino fundamental. Em relação a Educação de Jovens e Adultos (EJA), foram matriculadas 4.046.169 pessoas com 15 anos ou mais nesta modalidade de educação em 2010 e de acordo com o Censo Escolar de 2013, o Ministério da Educação divulgou que 3.102.816 estudantes foram matriculados na EJA 67 nas redes públicas estaduais e municipais de ensino. Desse quantitativo, 69,1% estão no ensino fundamental e 30,9%, no ensino médio. Embora

as pesquisas sinalizem uma redução de cerca de 20% em comparação aos anos anteriores, isso não significa uma redução na demanda por esta modalidade de educação. Ao contrário, os dados evidenciam a necessidade de repensar as políticas educacionais, no sentido de compreender e atender a este público efetivamente.

Estes dados ratificam a importância do PROEJA e acentuam os desafios a serem enfrentados nesta modalidade de ensino. Desafios estes que vão desde as dificuldades de leitura, escrita e das quatro operações básicas da matemática, perpassando pela falta de identificação com o curso, evasão e retenção devido às dificuldades em acompanhar os conteúdos, falta de condições financeiras por serem arrimos de família e impossibilidade de arcar com as despesas com transporte.

O preconceito social e o histórico escolar marcado por fracassos influenciam na baixa autoestima destes estudantes, fazendo-os desacreditarem na própria capacidade de aprender. Soma-se a isso, as dificuldades da inserção no mundo do trabalho, devido a competição profissional e o preconceito por parte de instituições/empresas em relação aos adultos que ingressam “tardamente” na profissão. Ou seja, há na sociedade uma visão equivocada e estabelecida de que existe “tempo certo” para a conclusão do processo de formação profissional.

Neste contexto, o IF Baiano - *Campus Guanambi* tem como propósito desenvolver ações efetivas e eficazes que não apenas oportunizem o acesso deste público aos cursos, mas possibilitem a permanência e conclusão com êxito na formação profissional e, conseqüentemente, melhoria da qualidade de vida.

5.4.3 A Educação Superior

A Educação Superior é um nível de ensino da educação brasileira composta pelos cursos de graduação e pós-graduação. No IF Baiano, a Educação Superior de graduação tem como finalidades:

- I - estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;

II - formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua;

III - incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura, e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive;

IV - promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;

V - suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;

VI - estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;

VII - promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição. (LDBEN, Lei nº 9.394/96)

A Lei nº 11.892/2008, que institui a Rede Federal de Ensino, estabelece em seu Art. 6º a oferta de educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos/cidadãs com vistas à atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional. Desta forma, o Instituto Federal Baiano deve ministrar, em nível de graduação: a) cursos superiores de tecnologia, visando à

formação de profissionais para os diferentes setores da economia; b) cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas à formação de professores para a Educação Básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, e para a educação profissional; c) cursos de bacharelado e engenharia, visando a formação de profissionais para os diferentes setores da economia e áreas do conhecimento.

Neste sentido, as licenciaturas devem formar professores e professoras para atuarem na Educação Básica, por meio da articulação entre o conhecimento científico e os desafios da educação nacional, criando estratégias para a ressignificação, ampliação e socialização desse conhecimento para com a comunidade. A oferta de cursos de licenciatura, em percentual de 20% do total de suas vagas, é obrigação institucional do IF Baiano – *Campus* Guanambi, em atendimento ao que estabelece o Art. 8º da Lei nº 11.892/2008.

Os cursos superiores de tecnologia devem estimular a inovação e a utilização dos conhecimentos em diferentes áreas do setor produtivo. Assim, no IF Baiano - *Campus* Guanambi, espera-se que os profissionais sejam formados com embasamento científico e estímulo ao desenvolvimento de pesquisas aplicadas, de modo a intervir de forma qualificada na sociedade.

Os cursos de bacharelado visam a formação de profissionais para atuação ética e cidadã, com sólida base de conhecimentos científicos e tecnológicos, dotados de compreensão humanística e política da sua conjuntura regional e global.

A educação superior de graduação no âmbito do IF Baiano – *Campus* Guanambi está pautada em uma concepção de formação que contempla os aspectos humano, político, cultural, científico, técnico, tecnológico, artístico e estético, com vistas ao desenvolvimento de sujeitos autônomos, críticos e criativos, capazes de atuar de forma responsável, transformadora e cooperativa nos diversos âmbitos da vida pessoal e profissional.

A perspectiva de formação de sujeitos em nível de graduação, face aos desafios contemporâneos, coloca em pauta a necessidade de uma formação ampliada, de profissionais reflexivos (Schön, 2000), com uma concepção de competência que vá além dos marcos da racionalidade técnica. Trata-se de uma perspectiva de competência como práxis (Kuenzer, 2003), forjada a partir do diálogo

reflexivo entre a teoria e a prática, segundo a qual os graduandos e graduandas do IF Baiano – *Campus Guanambi* devem ampliar suas visões de mundo e suas capacidades de comunicação e integração com os diversos sujeitos que compõem seus ambientes de convivência e de trabalho. Desse modo, a educação superior, no âmbito da graduação, para além de formar o trabalhador qualificado e a trabalhadora qualificada para as necessidades do mundo do trabalho, deve formar, também, pessoas para o pleno exercício da cidadania.

Essa concepção de educação superior de graduação no IF Baiano – *Campus Guanambi* deve voltar-se para as vocações e demandas produtivas locais, regionais e nacionais, a partir das identidades, potencialidades e possibilidades de verticalização da formação acadêmica, tendo como um dos eixos principais o desenvolvimento dos contextos local e regional.

Alicerçando-se nessa concepção de graduação que prima por uma formação integral para o trabalho e para o exercício da cidadania, afirma-se como princípios basilares para o ensino superior de graduação no IF Baiano:

- a) Compromisso com a oferta de educação pública, gratuita, de qualidade, socialmente referenciada, integrada às demandas locais e regionais;
- b) Verticalização do ensino, com a integração da educação básica à superior, de modo a permitir a continuidade e aprofundamento dos estudos aos seus educandos e educandas;
- c) Flexibilidade, interdisciplinaridade, contextualização, integração e atualização permanente na organização dos itinerários formativos;
- d) Indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão;
- e) Respeito ao ser e aos saberes dos educandos e educandas;
- f) Compromisso ético e responsabilidade socioambiental;
- g) Diversidade e inclusão;
- h) Igualdade de condições para o acesso e permanência com qualidade na educação superior.

Com base nesses princípios, as seguintes diretrizes devem orientar a oferta de cursos superiores de graduação:

a) Observar a integração e equivalência curricular de cursos de graduação de mesma área, respeitadas as especificidades locais e regionais, de modo a permitir a mobilidade acadêmica estudantil e a troca de saberes junto às ações de ensino, pesquisa e extensão.

b) Promover a avaliação e adequação permanente dos Projetos Pedagógicos de Cursos (PPC) de Graduação, com integração entre os Cursos de mesmo perfil de formação.

c) Assegurar que o estágio curricular (obrigatório ou não obrigatório) represente uma autêntica atividade pedagógica, planejada e supervisionada, principalmente, quando da elaboração do Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de Graduação.

d) Garantir que na organização dos Projetos Pedagógicos de Cursos (PPC) de Graduação, respeitadas as especificidades de cada Curso, as normativas institucionais e a legislação vigente.

e) Promover práticas de avaliação da aprendizagem, bem como dos cursos, de forma contínua, cumulativa, integral e sistematizada, através de procedimentos diversos, tendo como principal função pedagógica fornecer dados e indicadores para subsidiar a tomada de decisão acerca dos possíveis problemas de aprendizagem que possam ser identificados, tanto do ponto de vista da ação do professor quanto do (a) discente.

f) Incentivar o desenvolvimento de práticas pedagógicas inovadoras que auxiliem tanto no processo de ensino-aprendizagem dos conteúdos básicos dos cursos ofertados, quanto na construção de um novo perfil de formação dos futuros profissionais.

g) Viabilizar as condições para uma sólida formação geral que habilite os futuros graduados e graduadas a enfrentarem a complexidade e as mudanças na produção do conhecimento e no exercício profissional.

h) Articular a oferta das licenciaturas às demandas da Educação Básica, incluindo temáticas referentes às relações étnico-raciais, o desenvolvimento do currículo integrado e a educação de jovens e adultos.

i) Ofertar cursos superiores de tecnologia que contemplem a formação de profissionais aptos a desenvolver, de forma plena e inovadora, atividades em uma determinada área profissional, com formação específica para aplicação e desenvolvimento de pesquisa e inovação tecnológicas, difusão de tecnologias, gestão de processos de produção de bens e serviços, incentivo ao desenvolvimento da capacidade empreendedora e sintonia das competências profissionais com os mundos do trabalho.

j) Construir propostas curriculares para as engenharias e bacharelados que, estruturadas em uma base sólida de conhecimento científico e tecnológico, com a flexibilidade necessária para permitir sucessivas especializações, além de atualizações contínuas, dentro da própria graduação ou integradas à pós-graduação.

Além dos cursos de graduação, os Institutos Federais devem ministrar em nível de educação superior:

d) cursos de pós-graduação lato sensu de aperfeiçoamento e especialização, visando à formação de especialistas nas diferentes áreas do conhecimento; e

e) cursos de pós-graduação stricto sensu de mestrado e doutorado, que contribuam para promover o estabelecimento de bases sólidas em educação, ciência e tecnologia, com vistas no processo de geração e inovação tecnológica (Lei nº 11.892/2008).

A integração e a verticalização no *campus* Guanambi, para além do aproveitamento dos recursos e insumos da Instituição, são formas de promover o diálogo entre as diferentes etapas dos itinerários formativos, contribuindo para aperfeiçoar e consolidar campos do conhecimento articulados às condições da estrutura física e dos recursos humanos disponíveis. Assim, partindo do princípio da verticalização do ensino, a pós-graduação do *Campus* Guanambi articula-se diretamente com os demais cursos ofertados tendo como princípio norteador a articulação entre as atividades teóricas e práticas.

5.4.4 A Educação à Distância

Diante de grandes transformações tecnológicas nos setores produtivos, e principalmente na comunicação, a exigência é por mais qualificação de quem trabalha nas diversas áreas, observando a redução do espaço de tarefas repetitivas, almejando-se muito mais um indivíduo criativo e com maior potencial para tomar decisões.

Nesse contexto, a Educação à Distância surge para tirar os limites espaciais e temporais no processo de aprendizagem, através dos avanços tecnológicos. Se antes a aprendizagem do indivíduo era limitada a um local e horário para ocorrer, hoje a EaD proporciona um diferencial na individualização no processo de aprendizagem. Ela possibilita ao estudante organizar o seu tempo de acordo com as suas necessidades pessoais e profissionais. Por outro lado, esta modalidade demanda um maior comprometimento, leitura e empenho do estudante.

Essa flexibilização nos momentos de estudo é possível graças à adesão da EAD aos avanços tecnológicos. Isso implica em um novo papel das instituições de educação na mediação dos processos educacionais (ensino, pesquisa e extensão).

No Brasil, diante das limitações do sistema educacional convencional (presencial) para universalização da oferta educacional, a EaD é uma oportunidade de difusão e democratização da educação. Desta maneira, a sociedade passa a ter uma opção de inclusão para a melhoria do processo educacional.

O Plano Nacional de Educação (PNE) instituído pela Lei nº. 13.005, de 25 de junho de 2014, contempla a expansão da oferta na modalidade a distância, em cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio; Educação de Jovens e Adultos; graduação e pós-graduação.

A busca que se impõe aos profissionais ligados à educação de formar o cidadão com o perfil adequado à atual vida em sociedade, revela a urgência de modificações para as instâncias educadoras em vários níveis. Portanto, para provar que o sistema educacional pode transpor as barreiras da distância, a EaD é um dos focos para se construir uma sociedade que busca o desenvolvimento.

A LDBEN nº 9.394/96, estabeleceu em seu Art. 80 *que a educação à distância será oferecida por instituições especificamente credenciadas pela União; e que caberá à União regulamentar requisito para realização de exames, para registro de diplomas relativos a cursos de educação à distância.*

O Decreto nº. 5.622/05 em seu Art. 1º conceitua Educação à Distância (EaD):

[...] caracteriza-se a educação a distância como modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares ou tempos diversos (BRASIL, 1996).

O Termo de Acordo de Metas e Compromissos dos Institutos Federais dispõe sobre a implantação da modalidade Educação à Distância como atividade regular. Nesse sentido, o IF Baiano precisa ampliar as possibilidades de oferta de ensino sem gerar grande sobrecarga nas instalações físicas e proporcionando a diversificação de cursos em diferentes níveis de ensino.

O Plano de Desenvolvimento Institucional do IF Baiano preconiza que as políticas públicas em EaD no Brasil, no âmbito da Rede Federal de Ensino, são promovidas pelo Ministério da Educação (MEC) através de dois grandes projetos: a Rede e-Tec Brasil, na esfera da educação técnica, e a Universidade Aberta do Brasil, na educação superior.

A Rede e-Tec Brasil é definida pelo Decreto nº. 7.589/2011 e tem como finalidade “desenvolver, ampliar e democratizar o acesso à Educação Profissional e Tecnológica exclusivamente na modalidade a distância” (BRASIL, 2011). O IF Baiano – *Campus Guanambi*, vinculado à Rede e-Tec Brasil na modalidade a distância, está habilitado para a oferta de cursos da educação técnica de nível médio.

A proposta da EAD do IF Baiano – *Campus Guanambi* visa a construção de uma sociedade democrática, plural, justa e ética, proporcionando a possibilidade do desenvolvimento de autonomia, do pensamento crítico e livre, da capacidade criativa e do acesso aos bens culturais historicamente produzidos pelo homem, indispensáveis à dignidade da vida humana, bem como a formação técnica que o prepare profissionalmente para ingresso no mundo do trabalho e/ou para ressignificação do lugar que já ocupa e para o seu permanente desenvolvimento, por

meio do acesso à educação.

Os princípios da EaD em consonância com os princípios e normas que regem o IF Baiano, visam a:

- a) garantia do direito à educação pública e gratuita, assegurando padrão de qualidade;
- b) democratização do acesso considerando as políticas afirmativas;
- c) promoção da igualdade de condições e direitos, contemplando as políticas de diversidade e a inclusão;
- d) respeito às diversidades regionais, sociais e culturais;
- e) flexibilização dos tempos e espaços do ensino e da aprendizagem;
- f) verticalização do ensino;
- g) respeito a pluralidade de concepções pedagógicas;
- h) articulação entre ensino, pesquisa e extensão.

Também em conformidade com o IF Baiano, as diretrizes da EaD destinam-se a:

- a) ofertar cursos em todos os níveis e modalidades;
- b) garantir a formação inicial e continuada da equipe, bem como promover formação aos demais servidores do IF Baiano visando a atuação na EaD;
- c) garantir as condições mínimas necessárias à oferta de cursos com qualidade, no tocante a equipe técnico-pedagógica e de infraestrutura;
- d) propor ações para consolidação e expansão sustentável da EaD no âmbito do IF Baiano;
- e) estimular a oferta de disciplinas na modalidade EaD, nos cursos presenciais;
- f) priorizar a certificação intermediária nos cursos técnicos de nível médio;
- g) contemplar a modalidade de EaD na formação inicial e continuada de professores;
- h) garantir o alinhamento e ambientação dos estudantes ao modelo de suporte tecnológico utilizado pela EaD;
- i) Instituir Núcleo de EaD nos campi, com a função de acompanhar as atividades da modalidade dos polos vinculados aos campi;

- j) consolidar fórum de EaD, envolvendo o IF Baiano e parceiros com vistas à ampliação do debate sobre a modalidade;
- k) apoiar a implementação de programas, projetos e cursos de educação a distância;
- l) propor projetos e cursos de melhoria da qualidade de ensino (nivelamento, aperfeiçoamento e certificação) e ações que visam combater a evasão e retenção no IF Baiano;
- m) propor a adequação de todas as normativas e documentos institucionais que porventura não contemplem a EaD, mas que seja necessário.

É importante destacar que o processo de ensino-aprendizagem pode ter o êxito esperado na EaD se os objetivos dos cursos e/ou disciplinas ofertados forem suficientemente claros, construindo assim a base para o desenvolvimento e crescimento dos envolvidos no processo, direcionando-os para o sucesso profissional que deverá ser consequência dos esforços realizados por cada um.

5.5 CONCEPÇÕES E PRINCÍPIOS ORIENTADORES DO CURRÍCULO

Submersos em uma conjuntura em que não há fazer educacional qualificado que se sustente sem contar com fundamentos e princípios curriculares referenciados nas relações, nos contextos e nos significados emanados das demandas individuais e coletivas da instituição onde tal fazer *acontece*, o que ora se apresenta enquanto concepções e princípios orientadores do currículo no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano /*Campus Guanambi* traz em seu bojo um caráter político e educativo que se nutre das realidades e anseios sociais para justificar e significar as finalidades sociopolíticas da educação que delineiam nossa macro missão institucional, expressa nos principais documentos que regem as atividades administrativas, didáticas e pedagógicas do IF Baiano.

Dessa forma providos de um referencial de valores representantes de uma visão que se tem de mundo, de sociedade, de educação, de cultura, de trabalho, de ciência, e de ser humano, assim como considerando o contexto de educação, ciência e tecnologia que circunda o fazer no IF Baiano, *Campus Guanambi*, a

concepção de currículo que aqui se instaura mantém sintonia com os pilares que basilar a educação profissional e tecnológica, bem como mantém-se atenta à complexidade inerente à oferta do ensino verticalizado que abrange desde o ensino médio até os mais altos níveis do ensino superior.

Nessa perspectiva, pensando em um currículo comprometido com o seu tempo e com uma ótica educacional que se constrói de forma cooperativa e solidária, sem perder de vista as singularidades individuais e coletiva dos sujeitos partícipes da comunidade escolar e externa à ela, bem como pondo em relevo a valorização dos saberes produzidos pela humanidade no decurso de sua história, compreendidos e contextualizados à luz dos saberes locais, compreendemos o currículo como caminho eleito dotado de condições para o indivíduo acessar o conhecimento necessário ao exercício da cidadania em todas as dimensões de sua existência, em que, a partir da **integração teoria e prática**, possa, com autonomia conduzir e ampliar a própria aprendizagem (aprender a aprender), mobilizando os saberes construídos nas intervenções exigidas em seu convívio social, aplicando, difundindo e redimensionando tais saberes de forma solidária (aprender a fazer e conviver).

Nessa contextura, à luz de estudos da concepção *etnocrítica de currículo*, concebemo-no como um “poderoso instrumento na constituição de realidades educacionais e identidades sociais e culturais” (MACEDO, 2007b). Ocasão em que valemo-nos das asseverações de Macedo (2007, p. 24) quando aduz que o currículo é “um artefato socioeducacional que se configura nas ações de conceber/selecionar/produzir, organizar, institucionalizar, implementar/dinamizar saberes, conhecimento, atividades, competências e valores visando uma dada formação”.

Cumpramos ressaltar, nesse ínterim, nossa crença coletiva de que aquilo que elegemos como relevante e pertinente ao ensino e conseqüentemente às aprendizagens é crucial para o cumprimento do que nos propomos a realizar enquanto missão institucional e enquanto real oportunidade de inserção produtiva, solidária e autônoma no mundo. Essa realidade se potencializa no *Campus Guanambi*, quando consideramos o significativo conceito de qualidade que temos face a comunidade local e toda a microrregião guanambiense, em virtude do

reconhecimento da responsabilidade institucional frente ao tempo de permanência do aluno na escola, tornando-a um lugar privilegiado para o desenvolvimento do pensamento autônomo, construído sob a égide do **tripé indissociável do ensino, da pesquisa e da extensão**, estando sempre atentos à maturidade (sendo que convivemos com a precocidade da adolescência e do acesso cada vez mais cedo ao mundo do trabalho), às diversidades (considerando a dinâmica necessária à inclusão de pessoas com as mais diversas necessidades especiais e educacionais específicas) e aos sinais de conflito anunciadores das mudanças que urgem acontecer.

Cientes de que tão importante quanto universalizar a escola é a universalização da aprendizagem e do desenvolvimento pessoa, como um processo de aprimoramento das capacidades de agir, pensar, situar, pertencer e atuar no mundo, o currículo por nós concebido atrela-se a uma educação articuladora que transita entre o local e o global e que se propõe estar a serviço dessa universalização e desse desenvolvimento, que incidem na construção das identidades, da autonomia e da liberdade.

Essa configuração coaduna com a concepção de Educação elucidada no Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI - do IF Baiano:

A Concepção de Educação do IF Baiano interliga-se ao princípio transdisciplinar, que permite correlacionar o processo de ensino-aprendizagem com a diversidade humana, cultural, política, econômica e social, compondo eixos essenciais na formação de seus currículos e de seus componentes curriculares, em que a interdisciplinaridade e a inovação tecnológica podem contribuir para uma aprendizagem correlacionada com outros saberes que não só os saberes disciplinares. [...] A transdisciplinaridade não atua somente com a questão da episteme, mas dialoga com a práxis pedagógica no espaço educativo, de maneira que a formação acadêmica não é mais um reflexo de uma cultura homogeneizadora, mas de culturas de múltiplos saberes, promovendo a educação para as relações etnorraciais, de gênero, de inclusão, do convívio com as questões ambientais e do fortalecimento da tríade ensino, pesquisa e extensão. Esses novos saberes não atuam na divisória de um conhecimento superior ou inferior, mas sim na diversidade de perspectivas de modos de ser, pensar e agir, na formação de valores ético-humanísticos, na construção de um conhecimento contextualizado e significativo, que, no mínimo, requer compromisso e responsabilidade social, aproximando teoria e prática, e promovendo a transformação social e o fortalecimento da cidadania e

dos princípios democráticos. (PDI/IF BAIANO, 2015, p. 64)

Ainda em confluência com o PDI do IF Baiano (2015), ratificamos o entendimento de currículo como sendo:

- Representação dos conhecimentos escolares e do conjunto das experiências de aprendizagem que visam a apropriação e a reconstrução desses conhecimentos.
- Processo de seleção e organização dos conteúdos e das atividades de aprendizagem como aspectos fundantes na proposta curricular, que traduzem o projeto político pedagógico institucional.
- Concretização da concepção, escolhas e posicionamento da Instituição frente à cultura produzida socialmente.
- Representação dos princípios do processo educativo em suas dimensões cognitiva, cultural, ideológica, política e social.
- Expressão dos interesses dos grupos sociais e do modo que estes selecionam, classificam, organizam e avaliam a produção do conhecimento no cotidiano educativo.
- Representação da relação entre cultura e sociedade, capaz de reproduzir e refletir as intenções, práticas, valores.
- Integração das disciplinas numa proposta que dialoga com a multi, inter e transdisciplinaridade, com enfoque na contextualização e flexibilização na definição dos objetivos e competências, dos conteúdos e práticas pedagógicas.
- Uma construção que ocorre de forma coletiva e colaborativa, assegurando a autonomia, os saberes específicos, pedagógicos e das experiências dos profissionais, bem como a realidade local, regional e demandas sociais.
- Processo favorecedor dos itinerários formativos que oportunizam aprendizagens e saberes efetivos para compreensão e transformação da realidade.
- Processo integrador do ponto de vista didático, pedagógico, em

articulação com os processos cognitivos dos estudantes.

- Caminho fundante da integração teoria e prática como possibilitadora da apropriação dos conhecimentos de maneira sólida e dialógica com os diversos campos de conhecimento.
- Adoção de uma perspectiva crítica como pressuposto de reconhecimento da não neutralidade da ciência, dos saberes e das atitudes de quem aprende e de quem ensina.

Tudo isso sem perder de vista que estamos coletivo e institucionalmente empenhados em fazer respeitar os seguintes princípios:

1. Escolarização e formação profissional como direito de todos, em condições iguais de oportunidades e acesso aos bens culturais;
2. Desenvolvimento de habilidades e competências individuais e sociais, intelectual e política, visando o exercício cidadão, autonomia, dignidade humana, inclusão social;
3. Criteriosa seleção dos conhecimentos sistematizados e criticidade da prática pedagógica, que valoriza as questões da diversidade cultural, questões sociais, geracionais, ambientais, etnorraciais e de gênero;
4. Valorização dos arranjos socioprodutivos locais e regionais como meio de transformação econômica, cultural e social.
5. Criação e difusão de espaços e tempos para trocas de experiências formativas discentes e docentes, reconhecendo-as como importantes “atos de currículos emanados das vivências institucionais;
6. Promoção das competências indispensáveis ao enfrentamento dos desafios sociais, culturais e profissionais do mundo contemporâneo.
7. Valorização das tecnologias da informação e comunicação como ferramentas indispensáveis ao processo de produção, organização, acesso e disseminação do conhecimento.

Em suma, o *Campus* Guanambi, cômico de que o currículo dá conteúdo, direções e sentido ao seu fazer, precisa estar em fiel observância a todos esses

elementos de modo que mantenha sempre a insígnia de instituição educacional sempre aprendente de si – que se articula e se filia às diversas dimensões dos saberes e das práticas pedagógicas com foco na contextualização e no mundo do trabalho – adepta de um currículo como espaço de cultura e das competências como eixo de aprendizagem.

É mister ressaltar que a construção da proposta curricular deste *Campus* propõe-se a sempre a garantir os **parâmetros democráticos de participação** de todos os segmentos desde a concepção, até a aplicação, avaliação e redimensionamento da mencionada proposta.

Nesse íterim, questões como democracia, cidadania, identidade, diversidade, inclusão, valores e responsabilidade são incorporados ao amálgama curricular como essenciais para a garantia da transversalidade dimensional do todo que se produz e que se pretende produzir.

Entrelaçando tais questões, intenta-se ver se constituindo, no *acontecer* vivencial institucional, um diferente tecido cultural representativo de ideias *outras* de formação e profissionalidade, conforme a asseveração de que,

Como prática de significação e como representação, o currículo poderia ser, então, redefinido[...], como uma prática produtiva de significados, uma representação, que se dá dentro de relações sociais assimétricas, visando a efeitos de poder dentre os quais se destaca a produção de identidades sociais [...] - o currículo age como cultura e a cultura é a própria produção de sentidos dentro de um sistema de significação. (LOPES; MACEDO, 2011, p. 207)

Dessa forma, além da busca pelo cumprimento dos princípios já elencados, preparar os indivíduos para o diálogo constante com os mais variados **fazeres artísticos da produção cultural**, os quais têm seus arranjos imbricados na complexidade e na multirreferencialidade dos saberes e fazeres locais/globais, faz-se, também, um propósito sumariamente válido, em especial ao considerarmos os espaços e tempos onde nos localizamos, os quais são caracterizados pela não permanência, pela constante mudança, pelo inusitado e pela urgência, o que constitui mais um desafio contemporâneo para a educação em prol de uma aprendizagem escolar não só significativa, mas também criativa. Essa situação

ganha amparo conceitual em Sá 92004) quando relata que:

Complexidade e multirreferencialidade: esses são referenciais que têm possibilitado uma compreensão mais abrangente da educação e do currículo [...]. O mundo do currículo, dessa forma, sugere a necessidade de ser considerado como um processo, sem a interrupção do seu movimento, pois processo se renova, se recria, possibilitando uma multiplicidade de significados e exigindo múltiplos referenciais para sua compreensão. (Sá, 2004, p.132)

O conjunto desses princípios aliados à consciência da complexidade da vida cultural em suas dimensões sociais, econômicas e políticas e da presença maciça de produtos científicos e tecnológicos, bem como da multiplicidade de linguagens e códigos no cotidiano, integram, assim, nossa concepção de currículo que orienta, significa, contextualiza e dá sentido ao nosso fazer enquanto Instituição de educação, Ciência e Tecnologia. Essa relação traz, em seu cerne, um anseio por diálogos mais efetivos em prol, principalmente, no âmbito do fortalecimento dos macroprocessos finalísticos da instituição – Ensino, Pesquisa e Extensão.

Além disso, cumpre esclarecer que afiliando-se à estudiosos como Morin (2000), Nicolescu (1999), Toro (2005), Gatti (2002), Macedo (2010), Freire (2001), dentre outros, objetivamos que o propósito que orienta nosso currículo seja o marco institucional de nosso compromisso para com a sociedade em ofertar uma educação significativa e de qualidade condizente com o dever constitucional de contribuir para a construção de uma sociedade mais justa, mais equânime e mais democrática, tendo como referência os interesses sociais e coletivos

Por isso, firmamos por meio deste documento a nossa postura de flexibilização, mobilização e personalização dos currículos dos eventos formativos, de modo que atendam às demandas temporais e formativas de nosso público, potencializando as alternativas mediadas pelas tecnologias;

Em síntese, é imperioso que palavras como acolhida, respeito, pesquisa, formação, compreensão, integração, reflexão, incentivo, reconhecimento e divulgação transcendam a semântica do desejo potencial (potência) e atualizem-se (tornem-se atos) em concreções cotidianas político-formativas constantes em um

projeto formativo, cujo desenvolvimento profissional não está, sob nenhuma hipótese, dissociado do desenvolvimento humano em todas as suas dimensões.

5.5.1 Currículo Integrado: Desafios e Possibilidades

O Decreto 5.154/2004, cuja proposta de integração no Ensino Médio viabiliza ao aluno o estudo da formação básica e profissional ao mesmo tempo, veio suscitar a necessidade de se acabar com o modelo fragmentado da educação brasileira. A união da formação escolar com a do trabalho, exigiu a estruturação curricular, agora sob forma de um currículo integrado de conhecimentos e saberes disciplinar e interdisciplinar.

No entanto, é necessário se atentar para que não se faça apenas “mistura mecânica de conteúdos” das duas formações. “A forma integrada de oferta do ensino médio com a educação profissional, caso não esteja sustentada por uma concepção de formação omnilateral, é extremamente frágil e não lograria mais do que suas finalidades formais” (RAMOS, 2005, p. 13).

Nesta concepção, os conhecimentos são abordados de forma articulada de modo que o saber científico interage com os aspectos culturais, sociais e políticos promovendo relações entre conhecimento e realidade, conforme preconiza o PDI do IF Baiano (2015-2019), que aponta como proposta curricular desta Instituição a integração das disciplinas, interdisciplinaridade, contextualização na definição dos objetivos e competências, dos conteúdos e práticas pedagógicas conectadas às demandas locais e regionais.

As práticas pedagógicas pautadas nas concepções abordadas acima, possibilitam uma aprendizagem significativa, na medida que os conteúdos passam a ser integrados aos conhecimentos prévios do aluno, proporcionando maior significado à sua aprendizagem, o que não ocorre quando o modelo fragmentado e estático do conhecimento reforça as práticas antigas de ensino pautadas na desarticulação dos saberes.

O ensino baseado exclusivamente nos conteúdos, torna-se fracionado e descontextualizado e dificilmente proporcionará significação para o aprendiz, daí a

importância de se adequar o currículo escolar às demandas atuais da sociedade vinculadas ao contexto educacional. Dessa maneira, a sala de aula deve ser um espaço impulsionador da aprendizagem, no qual o aluno se sinta desafiado e mobilizado a buscar novos conhecimentos a partir dos que já possui, participando efetivamente na construção do seu conhecimento. Neste sentido, Ausubel (1982), enfatiza que para haver aprendizagem significativa são necessárias duas condições: primeiro o aluno precisa ter disposição para aprender, segundo o conteúdo escolar a ser aprendido tem que ser potencialmente significativo. Cada aprendiz faz uma filtragem dos conteúdos que têm significado ou não para si próprio.

No que tange à Educação Profissional, a formação global do ser humano deve estar associada também à formação para o desenvolvimento do perfil profissional, assim, o currículo integrado permite essa articulação dos conhecimentos gerais e específicos sob os pilares do trabalho, ciência e cultura, voltados para as necessidades do mundo do trabalho bem como suas implicações na sociedade. Considerando que o profissional da atualidade precisa interagir com o mundo globalizado e suas tecnologias, é imprescindível que as práticas pedagógicas conservadoras e fragmentadas sejam superadas no intuito de ofertar aos alunos da Educação Profissional, uma formação que também o possibilite acompanhar o progresso científico e tecnológico, além de torná-los capazes de atender ao cenário profissional e responder às demandas locais e regionais.

5.5.1.1 Fundamentos e Princípios do Currículo Integrado

A partir da sua origem, o Currículo Integrado se constitui naturalmente transformador e dessa forma torna-se um meio de superar os traços excludentes da história da escolarização básica, principalmente na formação de jovens e adultos. O objetivo é apresentar um conjunto de pressupostos pedagógicos para oferecer opções contra as modelagens dicotômicas da educação brasileira, especificamente à formação básica e a formação profissionalizante. Nota-se na proposta de Currículo Integrado a rejeição do currículo dualista, dividido em disciplinas, e a não aceitação do conhecimento puramente transmitido, “Educação Bancária”.

Assim, constitui-se importante determinar as diferenças entre uma proposta

de educação emancipatória e as pedagogias tradicionais. Embora se saiba que uma pedagogia não é indispensavelmente modificada por não aceitar a transmissão pura de conteúdos ou recomendar um currículo integral. A análise da realidade concreta, através dos conhecimentos científicos e uma educação empenhada na emancipação humana, permite perceber as incoerências existentes na produção dos saberes, na adequação da riqueza socialmente criada e na forma produzir e distribuir conhecimento.

O Currículo Integrado se fundamenta na organização da aprendizagem cuja finalidade é oferecer uma educação que contemple diversas formas de conhecimento, que priorize a formação humana integral e possibilite ao educando ampliar sua leitura de mundo e intervir sobre ele. A globalização da aprendizagem e a interdisciplinaridade são elementos essenciais para a efetivação deste tipo de currículo, que busca o diálogo entre os conhecimentos e experiências que proporcionem o entendimento de forma crítica e reflexiva acerca da realidade.

Contudo, a elaboração deste currículo perpassa pelo fazer coletivo, considerando dentre outros, os aspectos culturais e sociais no qual a escola se encontra inserida, exigindo para isso, uma escola democrática e reflexiva que possibilite a aderência às demandas locais no contexto educacional bem como a efetiva participação da comunidade escolar.

O IF Baiano reconhece o currículo Integrado como a relação entre as partes e totalidade bem como um conjunto integrado e articulado de atividades cuidadosamente planejadas no intuito de oferecer formação ampla ao educando, tornando-o capaz de realizar leitura crítica do mundo e atuar na constituição de uma sociedade mais democrática. Assim, o ensino integrado tem por objetivo “disponibilizar aos jovens que vivem do trabalho a nova síntese entre o geral e o particular, entre o lógico e o histórico, entre a teoria e a prática, entre o conhecimento, o trabalho e a cultura” (KUENZER, 2002, p. 43-44).

Neste contexto as atividades educativas deverão ser concebidas numa perspectiva interdisciplinar entre as áreas da educação profissional, da educação básica e outras áreas do conhecimento de modo a contextualizar os conhecimentos científicos às dimensões da vida humana.

A organização da proposta curricular preconizada pelo IF Baiano, segundo seu PDI (2015-2019), se baseia nos seguintes princípios:

- a) escolarização e formação profissional como direito de todos, em condições iguais de oportunidades e acesso aos bens culturais;
- b) desenvolvimento de habilidades e competências individuais e sociais, intelectual e política, visando o exercício cidadão, autonomia, dignidade humana, inclusão social;
- c) criteriosa seleção dos conhecimentos sistematizados e criticidade da prática pedagógica, que valoriza as questões da diversidade cultural, questões sociais, geracionais, ambientais, etnorraciais e de gênero;
- d) Valorização dos arranjos socioprodutivos locais e regionais como meio de transformação econômica, cultural e social.

5.5.2 A pesquisa como princípio pedagógico

A pesquisa como princípio pedagógico e educativo contribui para o desenvolvimento da autonomia intelectual, crítica e reflexiva do sujeito; favorece sua formação humana e científica; direciona na compreensão da realidade e atuação no mundo, bem como amplia suas possibilidades de vivências de aprendizagens significativas. Ao compreender seu meio e agir em função do coletivo, suas ações assumem uma dimensão integradora sócio-cultural e técnica na busca de soluções para as questões teóricas e práticas da vida das pessoas.

Nesse contexto, o papel da pesquisa é levar o indivíduo a compreender-se como parte da realidade social (seja pela pesquisa aplicada ou básica), instigar a curiosidade, gerar inquietude e estimular a busca de saberes para sua atuação no meio em que vive.

Para tanto, a pesquisa não está baseada em um acúmulo de informações e conhecimentos, mas antes de tudo, estabelece um conjunto necessário de saberes integrados e significativos no âmbito individual e coletivo, com o intuito de “fortalecer a relação entre o ensino e a pesquisa. Assim, a consolidação da pesquisa como princípio pedagógico na educação profissional está diretamente atrelada ao desenvolvimento de tecnologias sociais, resultado de uma intervenção social fruto

da aproximação efetiva do Instituto com a comunidade.

5.5.3 Interdisciplinaridade

A interdisciplinaridade, a partir da relação parte-totalidade, é estabelecida como princípio organizador do currículo e como método de ensino aprendizagem, ocorrendo inter-relações de complementaridade, convergência, interconexões e passagens entre os conhecimentos sem desconsiderar os conceitos, significados, causas, fatores, processos, problemas nas diversas disciplinas.

Para Morin (2000, p. 43) “a inteligência parcelada, compartimentada, mecanicista, disjuntiva e reducionista rompe o complexo do mundo em fragmentos disjuntos, fraciona os problemas, separa o que está unido, torna unidimensional o multidimensional”. E essa condição de isolar os conhecimentos, de fragmentá-los, causa a incapacidade de considerar o saber contextualizado e globalizado.

Nessa perspectiva, a integração/articulação dos diferentes campos do conhecimento entre si, levará a intensidade da troca e interação real dos saberes, da complexidade da vida e dos problemas do cotidiano. Além disso, conforme legislação de ensino em vigor, essa prática interdisciplinar vem atingir os seus objetivos quando: melhorar a formação geral do estudante e seu papel na sociedade; atingir uma formação integral, garantindo o desempenho dos futuros profissionais e atendimento das necessidades do mercado de trabalho; incentivar a formação de pesquisadores; garantir maior autonomia dos estudantes para prosseguir seus estudos; compreender e modificar o mundo, levando em consideração a complexidade da realidade pelas suas múltiplas e variadas formas. (FAZENDA, 1992, p. 41-48)

5.5.4 Os Projetos Integradores

O Projeto Integrador constitui-se em uma estratégia de ensino e aprendizagem de caráter multi e interdisciplinar com a qual, a partir de um conjunto de ações, tem-se a possibilidade da análise de problemas, reflexões, discussões e

proposições com vistas a compreender “os fundamentos científicos, sociais, organizacionais, econômicos, políticos, culturais, ambientais, estéticos e éticos que alicerçam as tecnologias e a contextualização do mesmo no sistema de produção social” (RESOLUÇÃO nº 6, MEC/CNE/CEB, 2012, Art. 13, inciso II).

De modo geral, trata-se de uma estratégia que busca contemplar, sobretudo, o disposto na Resolução nº 2, MEC/CNE/CEB, 2012, Art.10, inciso II, que se refere ao tratamento das temáticas obrigatórias no desenvolvimento do currículo, como: Educação alimentar e nutricional (Lei nº 11.947/2009); Processo de Envelhecimento, Respeito e Valorização do Idoso (Lei nº 10.741/2003); Educação Ambiental (Lei nº 9.795/1999); Educação para o Trânsito (Lei nº 9.503/1997); Educação em Direitos Humanos, dentre outros, de forma transversal e integrada.

Nesse sentido, o projeto integrador se caracteriza como uma atividade articuladora e integradora que visa, de forma inovadora, a adoção de estratégias de ensino e aprendizagem flexíveis, interdisciplinares, onde o currículo é pensado de forma sistêmica, promovendo a autonomia discente e a integração com a sua área de formação profissional, favorecendo também sua formação pessoal e cidadã. Pode-se dizer que funciona como materialização da perspectiva interdisciplinar e dialógica da ação educativa, em um processo de articulação teoria e prática, possibilitando assim, a concretização curricular da educação profissional integrada ao ensino médio, através do diálogo entre o chamado Núcleo Comum e o Núcleo Tecnológico.

Pela amplitude da proposta e riqueza de possibilidades, o desenvolvimento dos projetos integradores nos cursos oportunizará itinerários formativos de estudantes que compreendam a realidade em que estão inseridos, numa visão prospectiva de transformá-la, incentivando-os a resolver situações problemas, a aplicabilidade dos saberes desenvolvidos no curso, além da postura pesquisadora, extensionista e empreendedora.

Assim, a realização do projeto integrador caminha para a construção de uma metodologia mais condizente com as demandas da realidade contemporânea, no que diz respeito ao campo da construção dos saberes sistematizados. Tal postura tende a ver, nas diversas áreas e nos diversos conteúdos elencados, os instrumentos necessários para responder a questões que forem formuladas pelos

alunos e pelos professores, diante de situações e de problemáticas advindas do processo de ensino e aprendizagem. Nesse sentido, não são os conteúdos que geram os projetos integradores. São os projetos que dão significado e importância à seleção dos conteúdos curriculares.

Desta forma, no decorrer do desenvolvimento dos projetos, deverão ser priorizadas ações que promovam a articulação dos conhecimentos, saberes, experiências, segundo os diferentes pressupostos científicos – Ciências da Natureza, Matemática, Ciências Humanas, Linguagens e Códigos, e Componentes Tecnológicos e destes com os saberes tradicionais/locais e regionais.

Dessa forma, temas gerais como a diversidade cultural, etnorracial, de gênero, sexual, geracional, classes e a sustentabilidade ambiental serão debatidos e incluídos nas ementas dos componentes curriculares, cujas ações educativas realizar-se-ão em formas de Projetos integradores, interdisciplinares, de pesquisa e de extensão, envolvendo a maior parte das disciplinas, com conteúdos contextualizados a partir da realidade do IF Baiano – *Campus Guanambi*.

Nessa perspectiva, a contextualização em processos sociais de desenvolvimento local se constitui importante estratégia para a promoção de processos de ensino-aprendizagem significativos, participativos, críticos e criativos. Estas ações interacionistas corroboram o escopo do Ensino Profissional e com a etapa da Educação Básica que buscam a garantia e a consolidação das aprendizagens necessárias ao desenvolvimento de conhecimentos, atitudes e práticas de trabalho, bem como atuação social.

Considerando o caráter interdisciplinar dos projetos integradores o seu planejamento deve envolver todos os professores do curso, contemplando as etapas: a) definição das temáticas e grupos, com respectivo professor responsável; b) pesquisa bibliográfica; c) estudos dirigidos, ciclo de palestras, etc.; d) visita técnica/ estágio de vivência, com observação, conversas informais, entrevistas, etc., ou quando necessário também atividade em laboratório; e) análise dos dados e produção de relatórios; f) apresentação do trabalho em seminário organizado para a culminância, podendo este acontecer integrado a evento da instituição.

5.5.5 A indissociabilidade Ensino – Pesquisa – Extensão

O princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão é marco epistemológico da identidade institucional, trata-se de um tripé que coaduna saber, investigação e ação comunitária, que se interligam aos arranjos produtivos dos territórios, às tecnologias sociais e à inovação tecnológica.

O IF Baiano concretiza-se como uma instituição de reconhecimento social, que funciona de forma sistêmica, articulando a inovação, o desenvolvimento científico e a produção de conhecimento, de maneira a fortalecer o desenvolvimento científico, tecnológico, cultural, local, regional e nacional.

Trabalhar com este tripé é ter elementos para se promover um ensino que favoreça o estreitamento da relação entre a sociedade e o meio acadêmico, proporcionando aos estudantes meios de vivenciar práticas mais próximas de suas áreas de desenvolvimento profissional e pessoal e, sobretudo, despertar nestes estudantes uma maior conscientização do que é o ensinar e o aprender e, ainda, despertar suas capacidades de autorreflexão crítica.

Ademais, a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão além de promover a articulação das diferentes áreas de conhecimento e a inovação científica, tecnológica, também deve ater-se às atividades artística e cultural.

Nessa perspectiva, o Campus Guanambi coaduna com o disposto no Plano de Desenvolvimento Institucional do IF Baiano (2015-2019) no que se refere à articulação entre ensino, pesquisa e extensão, buscando atender aos seguintes objetivos:

- I. desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais;
- II. promover a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior, otimizando a infraestrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão;
- III. orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no

mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal;

VI. constituir-se em centro de excelência na oferta do ensino de ciências, em geral, e de ciências aplicadas, em particular, estimulando o desenvolvimento de espírito crítico, voltado à investigação empírica;

VII. qualificar-se como centro de referência no apoio à oferta do ensino de ciências nas instituições públicas de ensino, oferecendo capacitação técnica e atualização pedagógica aos docentes das redes públicas de ensino;

VIII. desenvolver programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica;

IX. realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico;

X. promover a produção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sociais, notadamente as voltadas à preservação do meio ambiente.

O efetivo exercício da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, no âmbito das instituições de educação, indica a sua qualidade e o desempenho do seu compromisso social. É por meio deste tripé que a instituição possibilita a troca do saber com a sociedade em um fluxo dinâmico de conhecimento entre instituição e sociedade, gerando uma transformação mútua. Dessa forma, a indissociabilidade é traduzida em aprendizagem, produção e socialização do conhecimento.

ATO OPERACIONAL

6. DIRETRIZES PARA A PRÁXIS PEDAGÓGICA

A práxis pedagógica no *Campus Guanambi*, em conformidade com O Projeto Político Pedagógico Institucional do IF Baiano, pauta-se na educação democrática e libertadora, na prática política, no reconhecimento da complexidade do fazer educativo, nos princípios da interdisciplinaridade, da educação para as relações etnorraciais, educação ambiental, inclusiva, sustentabilidade, multiculturalidade e igualdade de condições sociais. Compreende-se o ato de educar como direito humano fundamental.

É neste sentido que, para mulheres e homens, estar no mundo necessariamente significa estar com o mundo e com os outros. Estar no mundo sem fazer história, sem por ela ser feito, sem fazer cultura, sem “tratar” sua própria presença no mundo, sem sonhar, sem musicar, sem cuidar da terra das águas, sem usar as mãos, sem esculpir, sem filosofar, sem pontos de vista sobre o mundo, sem fazer ciência, ou teologia, sem assombro em face do mistério, sem aprender, sem ensinar, sem idéias de formação, sem politizar não é possível (FREIRE, 2000, p. 64).

Ao defender um projeto educacional democrático, o Campus Guanambi ratifica as convicções da Instituição IF Baiano, de que é necessário investir na transformação da prática pedagógica. Os cursos técnicos de nível médio, sobretudo a educação de jovens e adultos (EJA), a educação a distância em seus diferentes níveis, os cursos de graduação e pós-graduação, constituem marco fundamental na construção do conhecimento, no desenvolvimento local e regional, pessoal e social. Neste sentido, as estratégias de ensino-aprendizagem devem utilizar metodologias diferenciadas e fazerem uso das tecnologias de informação e comunicação (TIC). Esse percurso metodológico permite uma abordagem quanti-qualitativa, calcada em uma aprendizagem baseada em situações-problemas, projetos, tecnologias interativas de ensino, visitas técnicas, aulas práticas de laboratório e de campo, grupos de observação e discussão, oficinas (workshops), nivelamento, monitoria, aulas expositivas dialógicas, seminários, dentre outras.

As políticas de ensino promovem ações em torno de projetos de nivelamento, monitoria e tutoria acadêmica, de maneira a possibilitar a permanência e êxito do(a) educando(a), viabilizando a construção de uma estrutura curricular flexível, interdisciplinar e integradora dos diferentes campos do saber humano, científico, cultural, tecnológico e social.

A flexibilização curricular é um princípio que deve reger os Projetos Pedagógicos de Cursos e visa uma maior participação dos estudantes na organização curricular, favorecendo a possibilidade de escolhas no delineamento do seu processo formativo.

O desenvolvimento de metodologias contextualizadas com o itinerário formativo do(a) aprendiz traduz-se em outro princípio fundamental da prática

educativa, pois considera a necessária articulação entre a teoria e a prática, de forma a relacionar a formação acadêmica à realidade vivenciada in loco de atuação e sua articulação com arranjos socioprodutivos locais e regionais.

Desenvolver uma prática pedagógica alicerçada em tais reflexões, implica em buscar uma ação didática que favoreça a compreensão da realidade, dos diversos contextos, do aprendizado ativo destinado a conquistar conhecimentos específicos e da capacidade de estabelecer associações e articulações pertinentes e adequadas.

Portanto, uma das diretrizes fundamentais é a permanência e êxito do(a) educando(a), havendo uma política de aproveitamento de estudos e reconhecimento de experiências anteriores, mediante decisão colegiada que visa aproveitar os diferentes saberes, que ultrapassa o saber acadêmico-científico, analisando as diretrizes e princípios de acordo com os parâmetros legais.

6.1 O Planejamento Pedagógico

O Planejamento Pedagógico constitui um instrumento indispensável à ação educativa. Não apenas como experiência de elaboração de planos burocráticos, formais, mas como instrumento de reflexão do fazer pedagógico. Um instrumento teórico-metodológico que visa a intervenção na realidade.

Para Libâneo (1994, p. 222), o planejamento pedagógico é entendido como um “processo de racionalização, organização e coordenação da ação docente, articulando a atividade escolar e a problemática do contexto social”. Segundo Sacristán e Pérez Gómez (1988), planejar significa definir um tempo para pensar a prática, antes de realizá-la, organizando-a em um esquema que inclua os elementos mais importantes para intervir nela. Nessa direção, Vasconcellos (2002, p.35), defende que “(...) planejar é antecipar mentalmente uma ação a ser realizada e agir de acordo com o previsto; é buscar fazer algo incrível, essencialmente humano: o real ser comandado pelo ideal”.

[...] Mais do que uma ferramenta de trabalho, o planejamento deve ser entendido como postura, como forma de organizar a reflexão e a ação do educador,

como estratégia de posicionamento diante da realidade. (ARANHA, 2008, p. 41).

Nessa perspectiva, Vasconcelos, (2000) aponta três dimensões que devem ser consideradas pelo docente, no processo de reflexão e de elaboração do Planejamento Pedagógico ou Projeto de Ensino-Aprendizagem, como é denominado por ele: **a análise da realidade**(onde estamos); **a projeção de finalidades** (onde queremos chegar ou que desejamos alcançar)- está relacionada aos fins da educação, aos objetivos do ensino, aos valores, à visão de homem e de mundo; **e a elaboração das formas de mediação** (como iremos alcançar o desejado ou de que forma iremos chegar lá).

Entende-se, portanto, que o planejamento é um fio condutor para o processo de ensino - aprendizagem e que este está em constante flexibilização para se adequar às necessidades reais que são apresentadas neste processo. Desta maneira, é preciso que o professor ao planejar e conduzir sua prática, esteja embasado por uma concepção de educação, que por sua vez, está relacionada às concepções de conhecimento e de currículo, além da concepção de aluno que tem e que pretende formar.

A prática do Planejamento está garantida na LDBEN nº 9.394/96. O seu Art. 13, prevê que: “os docentes incumbir-se-ão de: II - *“elaborar e cumprir plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica do estabelecimento de ensino”* e V - “[...] *participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional*”. O Art. 67, Título V determina que *compete aos sistemas de ensino promover a valorização dos profissionais da educação, assegurando-lhes, inclusive nos termos dos estatutos e dos planos de carreira do magistério público: [...] período reservado a estudos, planejamento e avaliação, incluído na carga de trabalho.*

A legislação reconhece a importância do planejamento como instrumento intrínseco à prática docente e o aborda sob duas perspectivas: do dever e do direito do professor em planejar. O dever de sistematizar o processo de planejamento em um plano de ensino, disponibilizando-o para a Instituição e o direito de ter na Unidade Escolar tempo e espaço garantidos para a efetivação desse processo.

Esses espaços são apontados por Vasconcelos (2002), como momentos necessários e privilegiados para uma reflexão crítica e coletiva sobre a prática

educativa e para o planejamento. Para ele, esses espaços se consolidam nas reuniões pedagógicas semanais. É nesse momento que o professor tem a oportunidade de refletir, coletivamente, sobre o currículo adotado pela escola, e tomar as decisões do *que fazer e como fazer* na sala de aula

Nesse sentido, é importante assegurar espaços institucionais onde o planejamento coletivo se desenvolva, e por isso, o IF Baiano Campus Guanambi indica como possibilidades os seguintes momentos: 1) jornada pedagógica; 2) reuniões pedagógicas; 3) reuniões de grupos.

A jornada pedagógica constitui-se em um momento no qual as ações e as diretrizes de trabalho para o ano letivo são definidas. Neste espaço privilegiado de planejamento coletivo, todos os profissionais - docentes, equipe técnico-pedagógica, técnicos-administrativos e gestores são envolvidos. É um espaço ideal para se garantir os momentos de estudos e reflexões acerca de temáticas que são relevantes para o contexto educacional e para a ação educativa.

As reuniões pedagógicas desenvolvem o planejamento e o replanejamento da prática pedagógica institucional. Nas reuniões pedagógicas, é possível tanto favorecer a construção e a difusão dos saberes (estudos temáticos da docência e/ou outros estudos) quanto permitir a troca de experiências e a socialização de conhecimentos. Além de debater ao funcionamento da Instituição (ações da gestão, tomadas de decisões coletivas, planejamento institucional, assim como outras pautas). Devem acontecer com frequência semanal, com horários previamente reservados dentro da carga horária dos docentes e dos demais profissionais envolvidos.

As reuniões de grupos, inspiradas no mesmo ideário das reuniões pedagógicas, apresentam, como singularidade, a comunicação mais próxima entre grupos de interesses específicos comuns, como os colegiados de curso, os conselhos de classes (diagnóstico e final). Trata-se de momentos em que os docentes discutem e definem questões relacionadas ao processo de ensino e aprendizagem. As reuniões de grupos são um espaço fundamental de encontro e de reflexão conjunta, ideal para ampliar as possibilidades de novas conjecturas para o trabalho pedagógico coletivo.

6.2 A Avaliação da Aprendizagem

A avaliação é parte integrante do processo de ensino – aprendizagem, e constitui um dos procedimentos mais importantes do processo educativo.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (1996) definem avaliação como “um conjunto de atuações que tem a função de alimentar, sustentar e orientar a intervenção pedagógica.

Para Jussara Hoffmann,

“A avaliação é essencial à educação. Inerente e indissociável enquanto concebida como problematização, questionamento, reflexão sobre a ação(...) (1992, p. 17). “A avaliação é reflexão transformada em ação. Ação essa que nos impulsiona para novas reflexões. Reflexão permanente do educador sobre a realidade, e acompanhamento, passo a passo, do educando, na sua trajetória de construção de conhecimento” (HOFFMANN, 1995, p.18).

Cabe salientar que a concepção de avaliação defendida pela escola está intrinsecamente relacionada às concepções que fundamentam a sua proposta de ensino, como afirma Caldeira (2000):

A avaliação escolar é um meio e não um fim em si mesma; está delimitada por uma determinada teoria e por uma determinada prática pedagógica. Ela não ocorre num vazio conceitual, mas está dimensionada por um modelo teórico de sociedade, de homem, de educação e, conseqüentemente, de ensino e de aprendizagem, expresso na teoria e na prática pedagógica. (p. 122)

Assim, a nossa concepção de avaliação deve estar vinculada ao grande objetivo da educação que é a formação de pessoas autônomas, críticas e conscientes. E, portanto, deve estar a serviço das aprendizagens que favorecem essa formação.

Considerando as funções da avaliação, as literaturas apontam três modalidades de avaliação presentes no processo educativo: Diagnóstica, Formativa

e Somativa.

A avaliação diagnóstica permite conhecer a realidade na qual o processo de ensino-aprendizagem vai acontecer. Desse modo, a prática avaliativa tem como principal objetivo, diagnosticar a situação de aprendizagem que se encontra cada aluno em relação ao currículo que está sendo trabalhado; e as informações geradas a partir dos resultados obtidos, deve necessariamente levar a um replanejamento dos objetivos e conteúdos, das atividades didáticas, dos materiais utilizados e das variáveis envolvidas em sala de aula, como: relacionamento professor-aluno, relacionamento entre alunos e entre esses e o professor.

Nesse sentido, a avaliação deve se configurar como instrumento motivador do processo de ensino e aprendizagem, pois as informações geradas podem ser utilizadas tanto pelos docentes como pelos discentes. Os discentes poderão perceber seus progressos e suas dificuldades e os docentes identificar se a sua prática está gerando bons resultados e o que precisa ser revisto, ou seja, é através da prática avaliativa que se toma conhecimento dos resultados pedagógicos realizados na sala de aula.

A avaliação formativa, dita processual ou de desenvolvimento, ocorre ao longo do processo de ensino-aprendizagem. É considerada uma evolução da avaliação diagnóstica. O intuito é verificar se os estudantes estão alcançando os objetivos propostos inicialmente. Esta função da avaliação visa, basicamente, avaliar se o aluno domina gradativamente e hierarquicamente cada etapa da aprendizagem, antes de avançar para outra etapa subsequente.

Para Jussara Hoffman (2011), “A essência da concepção formativa está no envolvimento do professor com os alunos e na tomada de consciência acerca do seu comprometimento com o progresso deles em termos de aprendizagens – na importância e natureza da intervenção pedagógica.

É nessa perspectiva que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional LDB nº 9.394/96, estabelece que a verificação do rendimento escolar deve ter um caráter contínuo e cumulativo, com preponderância dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais. (Art. 24, V- a). Nesse ponto, a legislação zela pela aprendizagem dos alunos,

prevê possibilidades de aceleração de estudos e de avanço em cursos e séries, mediante verificação do aprendizado, além de aproveitamento de estudos concluídos com êxito.

A avaliação dos aspectos qualitativos compreende: o diagnóstico, a orientação e a reorientação do processo ensino-aprendizagem, visando ao aprofundamento dos conhecimentos e ao desenvolvimento de habilidades e atitudes pelos estudantes.

Os aspectos quantitativos se referem-se à objetividade da avaliação que é quantificada e registrada por meio de notas ou conceitos. É o que retrata o caráter somativo da avaliação. Acontece ao final de um trabalho, seja em uma aula, uma unidade didática ou um ano letivo e demonstra um produto alcançado. Sua função é classificar os estudantes de acordo com os níveis de aproveitamento previamente estabelecidos.

Assim, considerando que o nosso sistema educacional formal demanda a realização da avaliação somativa - a sistematização da verificação do rendimento escolar- deve ser feita de forma diversificada e sob um olhar reflexivo dos envolvidos no processo, podendo acontecer através do acompanhamento contínuo, mediante a utilização de instrumentos diversos, tais como: exercícios, trabalhos individuais e/ou coletivos, fichas de observações, relatórios, autoavaliações, provas escritas, provas práticas, seminários, resumos individuais das aulas, participação em eventos, relatório de visitas técnicas, projetos interdisciplinares, dentre outros, de modo que atenda às peculiaridades do conhecimento envolvido nos componentes curriculares e às condições individuais e singulares do aluno, oportunizando a expressão de concepções e representações construídas ao longo de suas experiências escolares e de vida.

Enfim, a prática avaliativa no Campus Guanambi é direcionada por meio da Organização Didática do IF Baiano a qual se orienta pelo contexto teórico aqui descrito e pelos parâmetros das diretrizes legais.

6.3 Relação Docente X discente

A relação docente - discente constitui um dos fatores preponderantes no processo de aprendizagem. É esta relação que confere dinamicidade ao processo educativo. Mesmo sujeita a normas e programas do sistema de ensino, a interação do professor com o aluno e vice-versa forma o centro deste processo. Esta relação pode ser permeada por conflitos, pois se baseia no convívio de classes sociais, culturas, valores e objetivos diferentes, entretanto, é importante que esta seja marcada pela afetividade, confiança, empatia, respeito e, sobretudo, pelo diálogo, pois, conforme diz FREIRE,

[...] o diálogo é uma exigência existencial. E, se ele é o encontro em que se solidarizam o refletir e o agir de seus sujeitos endereçados ao mundo a ser transformado e humanizado, não pode reduzir-se a um ato de depositar idéias de um sujeito no outro, nem tampouco tornar-se simples troca de idéias a serem consumidas pelos permutantes. (FREIRE, 2005, p. 91).

Assim, considerando que o processo de ensino e aprendizagem não é estático, unidirecional, a relação docente – discente deve ser dinâmica, marcada pelo falar e ouvir, pelas trocas de aprendizados por ambos os lados. Nessa perspectiva, o professor não deve ser visto como o único detentor do saber, o transmissor do conhecimento, mas como mediador. Conforme afirma LIBÂNEO:

“O professor não apenas transmite uma informação ou faz perguntas, mas também ouve os alunos. Deve dar-lhes atenção e cuidar para que aprendam a expressar-se, a expor opiniões e dar respostas. O trabalho docente nunca é unidirecional. As respostas e as opiniões dos alunos mostram como eles estão reagindo à atuação do professor, às dificuldades que encontram na assimilação dos conhecimentos. Servem também para diagnosticar as causas que dão origem a essas dificuldades. (1994, p.250)

É importante, pois, que o professor considere os saberes que os alunos trazem consigo. Para isso, faz-se necessário o estabelecimento de um diálogo sincero, pois como afirma Gadotti (1999:2), “o educador para pôr em prática o diálogo, não deve colocar-se na posição de detentor do saber, deve antes, colocar-se na posição de quem não sabe tudo”. Desta maneira, o aprender se torna mais efetivo quando o aluno sente que seus conhecimentos prévios são valorizados e considerados.

Destaca-se que a construção do conhecimento não deve ser compreendida como individual. O conhecimento é produto da atividade e do conhecimento humano marcado social e culturalmente. Nessa abordagem, o papel do professor é o de facilitador da aprendizagem, um intermediário entre os conteúdos e o sujeito aprendente, aberto às novas experiências, procurando compreender, numa relação empática, também os sentimentos e os problemas de seus alunos e tentar levá-los à autorrealização.

Segundo Freire (1996: 96), “o professor autoritário, o professor licenciado, o professor competente, sério, o professor incompetente, irresponsável, o professor amoroso da vida e das gentes, o professor mal-amado, sempre com raiva do mundo e das pessoas, frio, burocrático, racionalista, nenhum deles passa pelos alunos sem deixar sua marca”. Dessa maneira cabe a cada educador escolher que marca gostaria de deixar impregnada em seus alunos.

Portanto, cabe ao professor, nesta perspectiva dinâmica de sua relação com os alunos, ter sabedoria para lidar com as situações apresentadas em sala de aula. Além disso, considerar que este espaço não é apenas um lugar para transmitir conteúdos teóricos; é, também, local de aprendizado de valores, comportamentos e formação de seus alunos como seres pensantes e atuantes, capazes de interpretar e transformar a sociedade em que vive.

6.4 A PRÁTICA PROFISSIONAL

De acordo com as orientações curriculares nacionais, a prática profissional deve ser concebida como um componente curricular obrigatório para os alunos seja nos cursos técnicos (integrados e subsequentes), seja nos cursos de graduação (tecnologia, bacharelado e licenciatura). É um conjunto de atividades formativas que possibilitam experiências de aplicação de conhecimentos ou de desenvolvimento de procedimentos próprios ao exercício profissional, uma vez que coloca o estudante em contato direto com o mundo do trabalho, conforme orienta o Parecer CNE/CES 15/2005 (BRASIL, 2005). Por meio da prática profissional, oportuniza-se a articulação entre a teoria e a prática, possibilitando a

contextualização e o diálogo entre os conhecimentos no decorrer do curso. Objetiva-se, sobretudo, alcançar o perfil profissional delineado no curso.

Conforme o Parecer CNE/CEB 16/1999, que trata das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional, “a prática profissional constitui e organiza o currículo, devendo ser a ele incorporada no plano de curso. Inclui, quando necessário, o estágio supervisionado (...)”. A Resolução nº 6/2012 que define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio, no Art. 21, acrescenta que:

“A prática profissional, prevista na organização curricular do curso, deve estar continuamente relacionada aos seus fundamentos científicos e tecnológicos, orientada pela pesquisa como princípio pedagógico que possibilita ao educando enfrentar o desafio do desenvolvimento da aprendizagem permanente[...]

Considerando a perspectiva da pesquisa como princípio educativo, a resolução amplia as possibilidades de vivência da prática profissional, preconizando, ainda no Art. 21, inciso 1º, que “a prática na Educação Profissional compreende diferentes situações de vivência, aprendizagem e trabalho, como experimentos e atividades específicas em ambientes especiais, tais como laboratórios, oficinas, empresas pedagógicas, ateliês e outros, bem como investigação sobre atividades profissionais, projetos de pesquisa e/ou intervenção, visitas técnicas, simulações, observações e outras.

6.4.1 O Estágio Supervisionado

Conforme o Parecer CNE/CES 15/2005, o estágio supervisionado é concebido como “[...] um conjunto de atividades de formação, realizadas sob a supervisão de docentes da instituição formadora, e acompanhado por profissionais, em que o estudante experimenta situações de efetivo exercício profissional”, tendo como objetivo a consolidação e articulação das competências desenvolvidas ao longo do curso em consonância com as diversas atividades formativas, envolvendo teoria e prática. Nesse sentido, o estágio supervisionado é

compreendido como prática educativa e como atividade curricular intencionalmente planejada, sendo parte integrante do currículo dos cursos de formação profissional, tanto no Ensino Médio como na graduação.

As atividades programadas para o estágio supervisionado devem estar articuladas com os conhecimentos teórico-práticos adquiridos pelo estudante no decorrer da formação, devendo constar como parte integrante dos instrumentos de planejamento curricular do curso.

A realização do estágio deve ter como parâmetro as bases legais vigentes e as normas instituídas pelo IFBAIANO, sendo essas últimas preestabelecidas na Organização Didática e nos projetos pedagógicos dos cursos oferecidos por esta instituição. Uma das exigências é que seja acompanhado por um professor orientador (que faça parte do quadro docente da Instituição e seja vinculado à área específica do estágio), com carga horária prevista para o atendimento ao estudante durante o processo. Para a conclusão do estágio, torna-se necessária a elaboração de relatório final, contendo os registros de todas as atividades desenvolvidas.

No IFBAIANO – Campus Guanambi, são proporcionados aos estudantes dos cursos de formação profissional dois tipos de estágio: o estágio técnico e o estágio docente.

O estágio técnico é considerado uma etapa do processo educativo importante para consolidação dos conhecimentos específicos adquiridos nos cursos técnicos, nos cursos de graduação tecnológica e nos cursos de engenharia. Possibilitando, ao estudante, o exercício da prática profissional, no qual alia-se a teoria à prática, como parte integrante da formação; facilitando o ingresso do estudante no mundo do trabalho; e promovendo a integração do IFBAIANO *Campus Guanambi* com o mundo do trabalho e com a sociedade em geral. O estágio supervisionado técnico deverá ser realizado em empresas ou instituições públicas ou privadas do Brasil ou do Exterior, devidamente conveniadas com o Instituto Federal Educação, Ciência e Tecnologia Baiano – IF Baiano, que ofereçam condições favoráveis ao desenvolvimento da aprendizagem técnico-profissional na área de formação do estudante.

Nos cursos de licenciatura, a prática do Estágio Curricular Supervisionado é entendida como o tempo de aprendizagem da prática da docência. Nesse sentido, é

visto como um momento de formação profissional seja pelo exercício direto in loco, seja pela presença participativa no ambiente escolar, seja na reflexão e avaliação de sua prática, sob a responsabilidade de um profissional já habilitado. Proporcionando, aos alunos dos cursos de licenciatura, aprofundamento nas reflexões tanto sobre o processo de ensino e aprendizagem quanto sobre as relações e implicações pedagógico-administrativas do ambiente escolar.

A carga horária do estágio supervisionado no curso de Licenciatura é de 405 horas, conforme os incisos I a IV da Resolução CBE/CP de 2 de fevereiro de 2002 e em harmonia com a legislação, normatizações do IF Baiano e regulamento específico vigente. Sendo distribuída em quatro etapas e compreende atividades desenvolvidas nas escolas de Educação Básica da região, podendo ocorrer ainda nesta Instituição, propiciando ao aluno uma articulação entre teoria e prática e uma vivência de sala de aula, além do desenvolvimento de saberes profissionais, admitindo uma visão mais abrangente da atuação do Licenciado.

Nessa perspectiva, o Parecer CNE/CP 28/2001 destaca:

O estágio curricular supervisionado é, pois, um modo especial de atividade de capacitação em serviço e que só pode ocorrer em unidades escolares onde o estagiário assuma efetivamente o papel de professor, de outras exigências do projeto pedagógico e das necessidades próprias do ambiente institucional escolar testando suas competências por um determinado período [...] (BRASIL, 2001, p. 10).

Ao final de cada uma das quatro etapas do estágio, o estudante deve entregar, um relatório parcial das atividades desenvolvidas. Na última etapa, o conjunto dos quatro relatórios parciais compõe o relatório final a ser entregue pelo estudante ao professor orientador do estágio. Cada etapa do estágio docente é composta por atividades a serem desenvolvidas pelo estudante, sob o acompanhamento de um professor orientador (do IFBAIANO) e de um professor colaborador (da escola campo do estágio).

7. POLÍTICAS E AÇÕES INSTITUCIONAIS

7.1 POLÍTICAS DE ACESSO, PERMANÊNCIA E ÊXITO DE ESTUDANTES

O *Campus Guanambi* em consonância com o disposto no PDI do IF Baiano, especialmente no que se refere às políticas institucionais, busca implementar programas, projetos e ações didáticas integradas que são desenvolvidos com vistas à melhoria do processo de ensino e de aprendizagem, garantindo, assim, condições para a permanência e o sucesso dos educandos na Instituição. Dentre as diversas políticas e programas que são desenvolvidos no Campus, destacam-se os seguintes: Programa de Nivelamento; Monitoria; Tutoria Acadêmica; Apoio ao processo de ensino aprendizagem; Assistência estudantil; Apoio a Estudantes com Necessidades Específicas; Acompanhamento de egressos; Apoio à participação em eventos; Atendimento às pessoas com necessidade específicas e apoio às ações referentes à questão da igualdade e da proteção dos direitos de pessoas e grupos étnicos atingidos por atos discriminatórios.

7.1.1 – PROGRAMA DE NIVELAMENTO

Dentre as políticas de permanência e êxito do educando promovidas pelo IF Baiano Campus Guanambi destaca-se o Programa de Nivelamento e Aprimoramento da Aprendizagem (PRONAP) que visa Aprimorar o processo de ensino-aprendizagem, através de ações que contribuam para a melhoria da qualidade dos cursos da Educação Profissional de Nível Médio e da Educação Superior, proporcionando um aumento qualitativo da aprendizagem, nas diversas áreas do conhecimento, contribuindo para minimizar a evasão e a retenção dos estudantes.

O *Campus* procura implementar esta política, organizando atividades de nivelamento, focando as áreas de maior concentração de dificuldades dos discentes, sobretudo aqueles componentes que lideram os dados de reprovação nos cursos ofertados no *campus*.

Considerando a necessidade de resgatar os conteúdos da formação básica, com

destaque para o domínio das habilidades matemáticas, tem sido ofertado como atividade de nivelamento um curso de Matemática Básica, em caráter extracurricular, para os alunos ingressantes no Curso Superior de Tecnologia em Agroindústria, privilegiando os conteúdos cujas dificuldades se apresentam como um entrave ao processo formativo dos estudantes.

7.1.2 – PROGRAMA DE MONITORIAS

A monitoria de ensino no âmbito do Instituto é regulamentada pelas Organizações Didáticas dos Cursos da Educação Profissional Técnica de Nível Médio e da Educação Superior do IF Baiano a qual tem por finalidade promover ações de acompanhamento de estudantes em suas dificuldades de aprendizagem, oportunizando aos estudantes meios de aprofundar seus conhecimentos e melhorar os níveis de desempenho escolar prevenindo, assim, a repetência e, conseqüentemente, a evasão.

7.1.3 PROGRAMAS DE TUTORIA ACADÊMICA

A tutoria acadêmica tem por finalidade acompanhar o itinerário formativo, social e profissional dos estudantes, acompanhando-os e orientando-os durante o período de formação.

A Tutoria é uma atividade exclusiva dos professores que fazem parte do quadro docente do *campus*, dentro de sua carga horária, e presta atendimento aos estudantes no espaço da instituição.

São **objetivos** da Tutoria Acadêmica:

- I. potencializar o itinerário formativo dos estudantes a partir da identificação de limites e possibilidades;
- II. contribuir com a redução dos índices de retenção e evasão do processo educativo;
- III. estimular a interação e a boa convivência na comunidade acadêmica;
- IV. incentivar o respeito a diversidade, trabalho em equipe, a solidariedade e ética;

V. oferecer orientações acadêmicas visando a melhoria do desempenho no processo de aprendizagem, desde o ingresso até sua conclusão;

VI. contribuir com a acessibilidade dos estudantes no *campus*, principalmente daqueles com necessidades educacionais específicas, deficiência e altas habilidades;

VIII – promover o desenvolvimento da cultura de estudo, o hábito da leitura que complementem as atividades regulares, por meio do acompanhamento personalizado.

O Programa de Tutoria tem seu funcionamento e disposições previstas no Regulamento da Tutoria Acadêmica do IF Baiano.

7.1.4 NÚCLEO DE APOIO AO PROCESSO DE ENSINO APRENDIZAGEM PERMANÊNCIA E ÊXITO DE EDUCANDO

O Núcleo de Apoio ao Processo de Ensino Aprendizagem Permanência e Êxito de Educando (NAPEAPEE) tem a função de acompanhar o estudante no processo de ensino-aprendizagem, estabelece uma articulação reflexiva das ações educativas relacionadas ao planejamento, acompanhamento e avaliação frente às demandas inerentes ao processo ensino-aprendizagem. Assim, para o exercício de suas funções o núcleo conta com uma equipe de educadores (Pedagogos e Técnicos em Assuntos Educacionais), que desenvolvem atividades de assessoria pedagógica aos cursos, com o atendimento aos discentes e a comunidade acadêmica por meio de ações que se alinham em direção à permanência e êxito dos educandos e à política de responsabilidade social da Instituição. Dessa forma, o NAPEAPEE operacionaliza suas ações considerando as dimensões de ensino, iniciação científica e extensão, mantendo estreita relação com os objetivos e metas da Instituição.

7.2 POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

A Assistência Estudantil é uma política baseada no Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), instituído pelo Decreto nº 7.234 de 19 de julho de 2010, executado no âmbito do Ministério da Educação.

Esta Política é constituída por um conjunto de princípios que norteiam o desenvolvimento de programas e linhas de ações que favoreçam a democratização do acesso, permanência e êxito no processo formativo, bem como, a inserção socioprofissional do estudante, com vistas à inclusão de pessoas em situação de vulnerabilidade socioeconômica, ao fortalecimento da cidadania, à otimização do desempenho acadêmico e ao bem-estar biopsicossocial.

No IF Baiano *Campus Guanambi*, a Política de Assistência Estudantil, através do Programa de Assistência e Inclusão Social do Estudante – PAISE, busca abranger todos os estudantes regularmente matriculados, ressaltando-se que os programas que demandam recursos financeiros serão utilizados, prioritariamente, para atender às necessidades do corpo discente, cuja renda familiar per capita seja de até um salário-mínimo e meio vigente.

O PAISE, é normatizado por meio de edital específico, sendo composto de ações e benefícios conforme discriminação a seguir:

- **Residência Estudantil:** viabiliza a permanência integral do estudante, oriundo de municípios distantes e/ou que tenha dificuldade de traslado diário. Este benefício atende aos estudantes de ambos os sexos, de acordo com as possibilidades de cada campus, e, preferencialmente, aqueles adolescentes, entre 12 a 18 anos, em situação de vulnerabilidade social e baixa condição econômica.
- **Auxílio Moradia:** concessão de repasse financeiro, fixo e mensal, a estudantes oriundos de municípios distantes e/ou que tenham dificuldades de traslado diário, que não tenham sido beneficiados com a Residência Estudantil.
- **Auxílio-Alimentação:** Em razão da garantia das refeições diárias pelo Setor de Alimentação e Nutrição para todos os estudantes do *campus*, não há a oferta do Auxílio Alimentação.
- **Auxílio-transporte:** concessão de repasse financeiro, fixo e mensal, a estudantes para custear as despesas com transporte, auxiliando o traslado de ida e volta ao *campus* durante o período letivo.
- **Auxílio Material Acadêmico:** concessão de repasse financeiro, único e anual ao estudante, para custeio de material acadêmico.
- **Auxílio Uniforme:** concessão de repasse financeiro, único e anual ao estudante,

para custeio de uniforme escolar.

- **Auxílio Cópia e Impressão:** garantia, ao estudante, da reprodução e/ou impressão do material de uso acadêmico, exceto os casos especificados na Lei 9.610 de 19 de fevereiro de 1998, durante o período letivo.
- **Auxílio-creche:** concessão de repasse financeiro, fixo e mensal ao estudante pai ou mãe de criança com até 5 (cinco) anos de idade, que não possui amparo familiar para o cuidado da criança durante o horário de aula.
- **Auxílio Eventual:** ajuda de custo para atender as necessidades específicas relativas às demandas emergenciais, tais como: exames médicos e odontológicos, que não são realizados nas regiões circunvizinhas ao campus; acompanhamento psicoterapêutico. Além de acompanhamento com profissional especializado a estudantes com deficiência, na eventual falta de recursos provenientes da Assessoria de Diversidade e Inclusão, assim como na aquisição de tecnologias assistivas, órteses e próteses; compra de medicamentos prescritos por médico, óculos de grau e tratamento dentário, não cobertos pelo Sistema Único de Saúde; outras demandas que são analisadas pela Comissão de Assistência Estudantil.
- **Auxílio Permanência:** auxílio financeiro mensal, destinado aos estudantes que não possam ser contemplados pelos demais auxílios financeiros, previstos no Edital, cuja renda per capita familiar seja inferior a 25% do salário-mínimo vigente.
- **Auxílio PROEJA:** concessão de repasse financeiro, fixo e mensal, aos estudantes regularmente matriculados em cursos do PROEJA Técnico ou de Formação Inicial e Continuada (FIC), em situação de vulnerabilidade social.

7.3 POLÍTICA DA DIVERSIDADE E INCLUSÃO

O direito à educação escolar inclusiva é um dos pilares através do qual se pode conquistar a cidadania e desencadear outras garantias (saúde, habitação, segurança etc.). A inserção no processo educativo escolar constitui-se, assim, o canal para a defesa e a promoção da igualdade de direitos.

Nessa direção, a Constituição Brasileira de 1988, em seu artigo 205, assevera-se que:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Estabelece, ainda, no artigo 206, inciso I, a “igualdade de condições de acesso e permanência na escola” como um dos princípios para o ensino e garante, como dever do Estado, a oferta do atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino (art. 208).

A Carta Magna é fortalecida, no ano de 1994, também com a apresentação da Declaração de Salamanca, que assim se expressa: “a integração e participação fazem parte essencial da dignidade humana e do gozo e exercício dos direitos humanos” (BRASIL, 1994).

Posteriormente, com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN nº. 9394/96, as questões da educação inclusiva e da diversidade ganharam maior enfoque. Um dos exemplos é a Lei nº. 10.639/2003, que estabelece em seu art. 26 a obrigatoriedade do ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira. Em 2008, outra alteração ocorre por meio da Lei nº.11.645/2008, que torna obrigatório o estudo da história e da cultura afro-brasileira e indígena nos currículos.

A partir dessas prerrogativas, foi criada, em 2008, a Política de Inclusão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica para os grupos em desvantagem social, caracterizados como:

(...) todos aqueles que, por diferentes razões (sociais, econômicas, étnico-raciais ou culturais), apresentam dificuldades de acesso, de permanência ou conclusão no seu percurso formativo em instituições de ensino de qualidade. Não se trata esses grupos como desvalidos da sorte ou classes menos favorecidas, aos quais devemos, por princípio de solidariedade, praticar qualquer tipo de ação assistencialista. Os grupos em desvantagem social são identificados por receberem da sociedade um reconhecimento negativo em função de características (condição étnico-racial, gênero, renda), por suas relações sociais (origem familiar, rede de relações pessoais ou por suas condições como agentes econômicos, políticos e culturais). (SETEC, 2008, p.12).

Apesar das legislações assegurarem a igualdade de direitos a todos os

brasileiros independente de sua etnia, raça, idade, gênero, orientação sexual e/ou credo, observa-se ainda, uma persistente luta de alguns grupos sociais em fazer valer estes direitos. Inclui-se nestes grupos as pessoas com deficiência, os afrodescendentes, os indígenas, as mulheres, as pessoas em desvantagem social, e as que pertencem à diversidade sexual.

A luta por uma escola inclusiva, que acolha de fato a diversidade, começa desde o momento em que cada um desses grupos reivindica sua inserção na escola, não apenas no que se refere ao direito à matrícula, mas também ao direito de permanência e êxito no percurso formativo.

Desse modo, é prerrogativa da instituição educacional assegurar condutas e práticas no cotidiano que subsidiem o desenvolvimento de ações para a garantia do pleno exercício da cidadania de todos os sujeitos envolvidos no processo educativo, promovendo espaços interativos de vivência coletiva e solidária onde os diferentes sujeitos aprendam e produzam a partir das suas especificidades.

Nesse sentido, o *Campus* Guanambi entende que a questão da diversidade e da educação deve despontar do campo teórico (documentos legais) para a prática. Assim, preconiza o desenvolvimento de ações no cotidiano institucional que removam as barreiras existentes, sejam elas atitudinais, educacionais e/ou arquitetônicas. Para tanto, procura implementar uma prática educativa na perspectiva da inclusão, a partir dos seguintes princípios:

- a) Direito à educação pública, gratuita e de qualidade;
- b) Igualdade de condições e de equidade no acesso, permanência e êxito no percurso formativo;
- c) Articulação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais;
- d) Liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar as culturas, os pensamentos, os saberes, as artes, os esportes e as práticas do lazer;
- e) Pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas.
- f) Respeito à liberdade.
- g) Universalização da educação inclusiva.
- h) Garantia dos valores éticos e humanísticos.
- i) Convívio e respeito às diferenças e às diversidades étnica, cultural, social,

de crença, sexual e outras.

Para assegurar a Política de Diversidade e Inclusão do IF Baiano, o *Campus* Guanambi promove ações de inclusão nos espaços pedagógicos, através dos seguintes Programas institucionais: Programa de Educação em Direitos Humanos – PEDH, Programa de Cotas – PRÓ-COTAS, Programa de Inclusão do Jovem e Adulto na Educação Profissional – PIJAEP e Programa de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas – PAPNE.

O PEDH é instituído no *Campus* através do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas – NEABI cujo objetivo é articular ações de pesquisa, ensino e extensão voltadas para o que preconizam as Diretrizes Curriculares para a Educação das Relações Étnico Raciais e Ensino de História da África e da Cultura Afro-brasileira. O Núcleo deve atuar no processo de conscientização da comunidade acadêmica quanto ao combate de atitudes de racismo e preconceito contra negros e indígenas dentro da Instituição.

O PAPNE é executado no *campus* através do Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE) que tem como objetivo promover a cultura da educação para convivência, aceitação da diversidade e, principalmente a quebra de barreiras arquitetônicas, educacionais na instituição de forma a promover a inclusão de todos na educação.

O PRO-COTAS tem como finalidade efetivar o que promulga a Constituição Federal, no que diz respeito à construção de um país livre e solidário, em que haja a erradicação da pobreza, da marginalização e da redução das desigualdades sociais/regionais, para promover a formação de uma sociedade justa.

Considerando o que dispõe a Lei nº 12.7110 de 29 de agosto de 2012, o Campus tem procurado garantir a reserva de vagas, segundo os critérios de escola pública, renda e etnia no processo de ingresso dos seus alunos, desde os cursos Técnicos até os Superiores.

O Campus implementa ainda O PIJAEP que é destinado às pessoas jovens e adultas, visando à formação de cidadãos emancipados, preparando-os para atuação no mundo do trabalho, conscientes de seus direitos e deveres políticos e suas responsabilidades para com a sociedade e o meio ambiente. Propõe a integração da educação profissional com a educação básica na modalidade EJA, proporcionando a

elevação de escolaridade, a inclusão digital e a qualificação profissional a jovens e adultos que, por alguma razão, tiveram as trajetórias da formação descontinuadas ou interrompidas.

7.4 POLÍTICA DE ACOMPANHAMENTO DO EGRESSO

O acompanhamento de egressos configura-se no conjunto de ações implementadas que visam a acompanhar o itinerário profissional do egresso, na perspectiva de identificar cenários junto ao mundo produtivo e retroalimentar o processo de ensino, pesquisa e extensão. No que diz respeito às relações da sociedade com as instituições de ensino, Patrão (2009), afirma:

Os egressos das instituições de ensino se revelam como atores potencializadores de articulação com a sociedade, como fontes de informações que possibilitam retratar a forma como a sociedade em geral percebe e avalia essas instituições, tanto do ponto de vista do processo educacional, como também do nível de interação que se concretiza.

De acordo Mônica Diniz Carneiro Pena (1999):

O acompanhamento de egressos constitui, pois, uma forma de avaliar os resultados de uma instituição, e a partir disso, introduzir modificações na entrada de alunos em uma escola ao longo de toda a sua permanência nela e inserir melhorias contínuas no processo de ensino. (PENA, 1999, p. 6)

Através do acompanhamento do egresso, o contato direto em atendimento em eventos e/ou pesquisa, será possível fazer o mapeamento e a construção de indicadores, a partir das informações selecionadas, para uma discussão em termos da efetiva qualidade dos cursos e da repercussão dos mesmos no mercado e na sociedade. Considerando também as informações que são importantes indicadores para o aperfeiçoamento dos próprios cursos e o desenvolvimento qualitativo de oferta educacional da Instituição.

A instituição compreende que, quanto a egresso e o conceito a ser considerado, existe uma compreensão de categorias distintas, ou seja, qualidades

que caracterizam o ser egresso. Para esclarecimento consideramos primeiramente conforme nos aponta FERREIRA (1999) egresso é todo aquele que “deixou de pertencer a uma comunidade.” Neste sentido, percebe-se a existência de categorias distintas de egressos, que são: a) concluíram todas as disciplinas do currículo de um curso e colaram grau, sendo então portadores de diplomas por esta IES. b) aqueles que se transferiram para outras instituições de ensino superior. c) aqueles que desistiram dos seus cursos, que desistiram ou abandonaram a IES. d) aqueles que ultrapassaram os limites de tempo para a conclusão de seu curso, que jubilaram na IES.

Questões como empregabilidade, continuação dos estudos após a conclusão do curso e avaliação da formação recebida são elementos que poderão estabelecer um suporte para que a instituição perceba como o egresso se relaciona com o mundo do trabalho. Neste contexto, caberá à pesquisa de egressos possibilitar o levantamento de informações em relação à situação deles no mundo do trabalho. Seus resultados podem atuar como norteadores para o planejamento, a definição e a retroalimentação das políticas educacionais das instituições.

Através desta política será avaliada a situação de associação de saberes e práticas originadas inicialmente na escola e como as mesmas se relacionam na rede de conhecimentos entre empresa, IES e sociedade, ou seja, na formação e na qualificação dos profissionais. Enfim, pode-se, através de vários mecanismos de coleta de dados, identificar a necessidade de novos perfis de profissionais como também a adequação da oferta de cursos.

7.5 POLÍTICA DE VALORIZAÇÃO E FORMAÇÃO CONTINUADA DE SERVIDORES

A valorização e formação continuada constitui bandeira histórica de luta dos servidores que atuam na educação e perpassa por ações que visam, sobretudo o reconhecimento, a qualificação e a promoção de qualidade vida destes servidores.

Assim, a definição de uma política de valorização de servidores da organização pública, sobretudo da instituição educacional, é importante e necessária, pois contribui para que os trabalhadores se mantenham motivados e dispostos a contribuir para que esta instituição alcance seus objetivos e metas.

A Política Nacional de Valorização dos Trabalhadores da Educação define três eixos interligados entre si, que são fundamentais a este processo: GESTÃO DEMOCRÁTICA – FORMAÇÃO E CARREIRA.

No que se refere ao eixo GESTÃO DEMOCRÁTICA, a LDB nº 9.394/96, reconhece a autonomia da escola como um elemento importante, o que passa pelo reconhecimento da liberdade de ação dos sujeitos sociais que constroem a educação e pela valorização da escola como lócus de construção da proposta político-pedagógica.

No eixo da FORMAÇÃO encontramos as vias da formação inicial e continuada. A LDB dedica o Título VI aos profissionais da educação, e os artigos 61 a 67 apontam os princípios para a valorização destes profissionais.

Nesta direção, o Termo de Acordo de Metas e Compromissos estabelecido entre o Ministério da Educação e os Institutos Federais, aponta a implementação de cursos de Formação Inicial e Continuada e de programas de reconhecimento de saberes e competências profissionais para fins de certificação e acreditação profissional (**meta 8**), como um dos compromissos assumidos.

Quanto ao Eixo CARREIRA, o Art. 67 da LDB estabelece:

Os sistemas de ensino promoverão a valorização dos profissionais da educação, assegurando-lhes, inclusive nos termos dos estatutos e dos planos de carreira do magistério público:

[...]

II - aperfeiçoamento profissional continuado, inclusive com licenciamento periódico remunerado para esse fim;

[...]

IV - progressão funcional baseada na titulação ou habilitação, e na avaliação do desempenho;

V - período reservado a estudos, planejamento e avaliação, incluído na carga de trabalho;

A LDB destaca a importância dos planos de cargos, carreira e salários

como um instrumento essencial para assegurar de forma efetiva, permanente e continuada a valorização dos profissionais.

A Carreira, portanto, merece atenção especial, pois é vista como fator decisivo do processo de Valorização dos Trabalhadores. Sendo considerada, inclusive, essencial para a construção de parâmetros de qualidade na educação.

O Governo Federal, por meio do Decreto nº 5.707, de 23 de fevereiro de 2006, instituiu a Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoal para a Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, tendo como objetivo melhorar a eficiência, a eficácia e a qualidade dos serviços prestados ao cidadão e promover o desenvolvimento permanente do servidor, possibilitando sua capacitação contínua, de forma a superar os desafios impostos pelas constantes transformações sociais e inovações tecnológicas e atender os novos perfis profissionais demandados no setor público.

Sob a luz desse Decreto nº 5.707/2006 e dos Decretos 5.824/2006 e 5.825/2006, além do disposto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB – Lei nº 9394/96), Plano Nacional da Educação – 2014/2024 (Lei nº 13.005/2014) e Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2015-2019) o IF Baiano contemplou em seu planejamento estratégico 2015-2019, a elaboração de programa de capacitação e qualificação que institua a política e as diretrizes para o desenvolvimento dos servidores e para atendimento das demandas específicas ao cargo e aos ambientes organizacionais. Um dos seus dezenove objetivos estratégicos a ser perseguido é: *Aprimorar e ampliar as políticas de qualificação e capacitação de servidores*, que indica a necessidade de investir em qualificação e capacitação técnica e gerencial continuada em todos os níveis (operacional, tático e estratégico), com foco no desenvolvimento de competências. Assim, busca implementar uma Política de Valorização e Formação Continuada de Servidores, que abrange o desenvolvimento de Programa de Apoio à Qualificação Profissional para Técnicos e Docentes e o respeito ao Plano de carreira e o Regime de Trabalho Docente e Técnico Administrativo.

Nesse contexto, o *Campus* Guanambi, concatenado com as normativas vigentes e a Política do IF Baiano, promove a valorização e formação continuada

dos seus servidores, implementando a Política da Instituição, através das seguintes ações: Assegura em seu Plano de Ação Anual recursos financeiros para investir na Valorização profissional de todos os seus servidores; oportuniza a participação dos servidores em programas de capacitação e procura, além disso, proporcionar um ambiente adequado ao desenvolvimento do trabalho, se preocupando, sobretudo, com a qualidade de vida dos servidores.

7.6 POLÍTICA DE EXTENSÃO

A Política de Extensão é compreendida como um processo educativo científico-cultural, formativo, indissociável do ensino e da pesquisa, abrangendo a educação superior, técnica de nível médio e de cursos profissionalizantes. Objetivando por meio da socialização de ações com a comunidade local e regional, resultantes do ensino e da pesquisa, a transformação da sociedade.

Suas diretrizes são baseadas nos princípios de impacto e transformação; interdisciplinaridade; interação e dialogicidade; e indissociabilidade entre ensino-pesquisa-extensão. O conhecimento proporcionado pela extensão deve tornar possível a relação academia-comunidade e a atuação transformadora, visando às necessidades e interesses da maioria da população objetivando o desenvolvimento regional e a implementação de políticas públicas, colaborando para o aperfeiçoamento e o progresso do ensino e da pesquisa aplicada.

O princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão é marco epistemológico da identidade institucional, trata de um tripé que une a investigação e ação comunitária, que se interligam aos arranjos produtivos dos territórios, às tecnologias sociais e à inovação tecnológica.

O domínio do currículo proposto, e a sólida formação de conhecimentos científicos e tecnológicos para o estudante, propiciam o desenvolvimento do raciocínio lógico, interpretativo e analítico para reconhecer, solucionar problemas e fazer com que o educando possa ter consciência da complexa conjuntura sociopolítica, da biodiversidade e do educar ambiental, das relações etnorraciais e das relações de inclusão.

O IF Baiano procura garantir condições pedagógicas, infraestruturais, de gestão, bem como recursos humanos, para que, de modo objetivo, docentes,

técnicos, discentes, membros da comunidade externa possam desenvolver programas, projetos, eventos, dentre outras ações, de ensino, pesquisa e extensão com qualidade, eficiência e eficácia social. Tais atividades visam consolidar a missão e as finalidades do IF Baiano.

De natureza acadêmica, a extensão constitui-se em uma ação mediadora do processo dialético entre teoria e prática. É capaz de ampliar a formação ou a qualificação profissional de estudantes e de educadores em geral. A extensão, como via de interação com a sociedade, constitui-se em um elemento de mão dupla indispensável tanto para o Instituto conhecer a realidade sociocultural, econômica e política de seu entorno quanto para a comunidade ter acesso ao saber produzido no e pelo Instituto. Portanto, na estrutura da extensão, a educação, a ciência e a tecnologia devem estar articuladas, de modo a agregar saber e fazer, a socializar conhecimentos, a possibilitar trocas de saberes e a contribuir com o desenvolvimento da práxis profissional.

Para isso, é essencial que a instituição assuma o compromisso de interação com a sociedade, realizando propostas que promovam ações transformadoras da realidade social. Conforme preconiza o Art. 43 da LDB: *“promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição”* (BRASIL, 1996). De forma mais incisiva, o IF Baiano, pode alcançar a comunidade e estabelecer relações próximas com ela, a fim de cumprir com o papel e a responsabilidade social da Instituição.

Reitera-se que as atividades de extensão são espaços legítimos para possibilitar o acesso a diferentes saberes produzidos socialmente, para socializar as experiências acadêmicas, para reconhecer os saberes populares e os do senso comum e para demonstrar que se ensina e se aprende com a comunidade. A partir dessa troca e desse movimento, produzem-se novos conhecimentos em prol da formação de estudantes e de profissionais, a formação de cidadãos que se habilitam a ter uma atuação transformadora da realidade social.

7.6 POLÍTICA DE PESQUISA

De acordo com a Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que Institui a Rede

Federal de Educação e cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, uma das finalidades dos Institutos é o estímulo à pesquisa aplicada visando ao desenvolvimento científico e tecnológico, com o objetivo de estender seus benefícios à comunidade.

Nesta direção, as Diretrizes apresentadas pelo MEC para a Educação Profissional e Tecnológica preconizam que: “Aos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, verdadeiros fomentadores do diálogo dentro de seu território, cabe provocar a atitude de curiosidade frente ao mundo e dialogar com este mundo numa atitude própria de pesquisa. Na relação com a pesquisa, o ato de pesquisar, nos Institutos Federais, deve vir ancorado em dois princípios: o princípio científico, que se consolida na construção da ciência; e o princípio educativo, que diz respeito à atitude de questionamento diante da realidade” (Concepção e Diretrizes. Um Novo Modelo em Educação Profissional e Tecnológica. MEC, 2010 p. 34).

Apresenta, ainda, como desafio pontual no campo da pesquisa para os Institutos:

(...) ir além da descoberta científica. Em seu compromisso com a humanidade, a pesquisa, que deve estar presente em todo o trajeto da formação do trabalhador, deve representar a conjugação do saber e de mudar e se construir, na indissociabilidade da pesquisa, ensino e extensão. E mais: os novos conhecimentos produzidos pelas pesquisas deverão estar colocados a favor dos processos locais e regionais numa perspectiva de seu reconhecimento e valorização no plano nacional e global”. (Concepção e Diretrizes. Um Novo Modelo em Educação Profissional e Tecnológica. MEC, 2010 p. 34).

A implementação da Política para a promoção da Pesquisa e Inovação no âmbito do Campus Guanambi, tem como base os princípios norteadores da Pesquisa no IF Baiano:

a) O atendimento no que se refere as finalidades e objetivos da pesquisa e inovação tecnológica disposto na Lei nº 11.892/2008, que instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e criou os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

b) implementar e popularizar a pesquisa-ação como mediadora do processo ensino-aprendizagem, bem como, técnica capaz de transformar realidades.

c) apresentar a pesquisa a comunidade acadêmica do IF Baiano como

ferramenta capaz de promover a inclusão e o desenvolvimento social.

d) estimular a interdisciplinaridade e a interação com a comunidade local, com ênfase nas comunidades tradicionais a exemplo de indígenas, quilombolas, fundos de pasto dentre outras.

e) estimular a criação de cursos de Pós-Graduação observando os arranjos produtivos locais e as diretrizes para o desenvolvimento regional.

f) garantir a proteção das criações e invenções geradas a partir de pesquisas desenvolvidas no âmbito do IF Baiano.

Dessa forma, a Coordenação de Pesquisa e Inovação do IF Baiano, *campus* Guanambi, tem como objetivo planejar e acompanhar as atividades relacionadas com a pesquisa, buscando seu fortalecimento em todos os níveis e modalidades de ensino ofertados pelo Campus visando: estimular a pesquisa aplicada para o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas; incentivar a participação de estudantes e servidores em eventos externos; viabilizar a criação de redes de pesquisa e participação em redes externas existentes e promover eventos técnico-científicos e produções científicas. Corroborando, assim, com os objetivos da Pró-reitoria de Pesquisa e Inovação (PROPES) do IF Baiano, que preconiza, ainda, a articulação da pesquisa com o ensino e a extensão de forma verticalizada entre os diversos níveis e modalidades de ensino e áreas técnicas/tecnológicas, promovendo oportunidades para uma educação continuada.

Nessa perspectiva, os discentes são informados e incentivados a participar do desenvolvimento de pesquisas de diferentes modalidades, tais como trabalho de conclusão de curso e iniciação científica, além da participação em editais de projetos de Iniciação Científica para serem contemplados com bolsas institucionais.

Fomentado pela PROPES, o Campus Guanambi participa de programas de incentivo à pesquisa, como o Programa de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) e o Programa Institucional de Bolsas em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (PIBITI). O primeiro, objetiva despertar e induzir o pensamento e a vocação científica, bem como incentivar discentes para a pesquisa científica e à produção do conhecimento, mediante a concessão de bolsas de Iniciação Científica (IC) e Iniciação Científica Júnior (ICJr.), para participação discente em projetos de pesquisa institucionais desenvolvidos sob orientação de pesquisadores. O segundo,

tem como objetivo despertar talentos potenciais discentes e incentivá-los para a prática empreendedora, à criatividade, à inovação e ao desenvolvimento tecnológico, mediante a concessão de bolsas de Iniciação Tecnológica (IT), para participação discente em projetos de inovação tecnológica orientados. As bolsas concedidas para ambos são provenientes tanto de cotas institucionais do próprio IF Baiano, como de agências de fomento à pesquisa e à inovação tecnológica externas.

Além disso, ancorado pela Resolução nº 22/2014 de 31 de outubro de 2014, do Conselho Superior do IF Baiano, que institui e regulamenta programa de Mobilidade Acadêmica internacional de estudantes da educação superior, o Campus incentiva e procura garantir a participação dos estudantes dos Cursos superiores no Programa Ciências sem Fronteiras do governo federal, o qual objetiva promover a consolidação, expansão e internacionalização da ciência e tecnologia, da inovação e da competitividade brasileira por meio do intercâmbio e da mobilidade internacional.

Portanto, o *campus* Guanambi ao implementar as ações de pesquisa visa manter uma política de desenvolvimento dessas atividades na instituição, buscando despertar o interesse do acadêmico para essa área e atender as demandas e necessidades da comunidade.

7. AUTO AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

A Autoavaliação institucional constitui-se como uma estratégia de gestão imprescindível à construção do planejamento e organização do espaço educacional. Os dados por ela fornecidos possibilitam diagnosticar os problemas apresentados pela instituição e traçar novas estratégias para que os objetivos sejam alcançados. Tal posicionamento é referendado por Luck, quando diz: *“Numa perspectiva transformada, a avaliação institucional não servirá somente para constatação da realidade, mas contribuirá para o desenvolvimento do desempenho da gestão e de todos que trabalham na escola.”* (Lück, 2012). Identica-se, através deste processo, a qualidade da educação que está sendo ofertada pela instituição.

Trata-se de um instrumento peculiar da gestão democrática e participativa, haja vista que seu processo de realização pressupõe a participação de todos os segmentos que compõem a comunidade escolar, seja na forma direta ou representativa.

Nessa direção, a avaliação institucional deve ser compreendida como uma construção coletiva, devendo esta estar centrada nos fins, objetivos e princípios da instituição atendendo sua globalidade e totalidade, pois somente assim ela será caracterizada como estratégia que possibilita a real qualidade, melhoria e transformação do espaço educacional.

A avaliação institucional tem seu embasamento legal na Constituição Federal de 1988, quando sinaliza em seu Art. 206, inciso VII que um dos princípios a ser considerado na oferta do ensino é a garantia de padrão de qualidade e na LDB nº 9.394/ 96 que trouxe importantes transformações para a estruturação da educação nacional, dando ênfase aos processos de avaliação como instrumento importante para a melhoria da qualidade do ensino.

A LDB, em seus artigos 9º e 46, trata da Avaliação institucional, com destaque para a educação superior, para a qual a avaliação se torna uma exigência legal. Em seu Art. 9º inciso VI explicita a responsabilidade da União em *"assegurar processo nacional de avaliação do rendimento escolar no ensino fundamental, médio e superior, em colaboração com os sistemas de ensino, objetivando a definição de prioridades e a melhoria da qualidade do ensino"*. No inciso IX, atribui à União, a incumbência de: "autorizar, reconhecer, credenciar, supervisionar e avaliar os cursos das instituições de educação superior e os estabelecimentos do Sistema Federal de Ensino".

É importante destacar que na Educação Superior a avaliação institucional é normatizada pela Lei nº 10.861/2004 que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e regulamentada pela Portaria n.º 2.051, de 09 de julho de 2004, segundo a qual o processo de Avaliação deve ser realizado sob a coordenação e supervisão da Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES), em duas modalidades: Autoavaliação – Coordenada pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) de cada instituição e orientada pelas diretrizes e pelo roteiro da autoavaliação institucional; e Avaliação externa – Realizada por

comissões designadas pelo Inep, tendo como referência os padrões de qualidade para a educação superior expressos nos instrumentos de avaliação e os relatórios das autoavaliações.

7.1 COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO (CPA) DO *CAMPUS*

A Lei Federal nº 10.861, de 14 de abril de 2004 preconiza em seu Art. 11 que “Cada instituição de ensino superior, pública ou privada, constituirá Comissão Própria de Avaliação - CPA, com as atribuições de condução dos processos de avaliação internos da instituição, de sistematização e de prestação das informações solicitadas pelo INEP.

A atuação da Comissão Própria de Avaliação (CPA) se fundamenta na necessidade de promover a melhoria da qualidade da educação superior, a orientação da expansão da sua oferta, o aumento permanente da sua eficácia institucional, da sua efetividade acadêmica e social e, especialmente, do aprofundamento dos seus compromissos e responsabilidades sociais.

Sob a orientação de regimento próprio, aprovado ad referendum através da Resolução nº 14, de 12/06/2015 do Conselho Superior, a CPA do IF Baiano constitui-se um órgão colegiado, de natureza consultiva, deliberativa e normativa, no âmbito dos aspectos avaliativos das áreas acadêmica e administrativa, integrando o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) e atende ao Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da Instituição quanto aos níveis e modalidades de ensino. Tem atuação autônoma e amparo legal em relação aos conselhos e demais órgãos colegiados existentes nesta Instituição, de modo que a atividade da CPA consiste em autoavaliar, através dos eixos representativos do SINAES (Planejamento e Avaliação Institucional, Desenvolvimento Institucional, Políticas Acadêmicas, Políticas de Gestão e Infraestrutura), e diagnosticar, com o peso da anuência dos segmentos da instituição, os possíveis pontos fracos, medianos e fortes que a constitui, e, a partir de então apresentar proposições de medidas/ ações que melhorem a qualidade da estrutura física e do processo de ensino e aprendizagem, objeto fim da instituição educacional.

A Comissão atua, no âmbito institucional, em consonância com os seguintes

princípios:

- I - diversificação de procedimentos e instrumentos para coleta e análise de dados institucionais;
- II - análise global e integrada das dimensões, estruturas, relações, compromisso social e das atividades e finalidades de seus órgãos;
- III - respeito à identidade e à diversidade da comunidade interna e dos órgãos institucionais;
- IV - participação do corpo docente, técnico-administrativo, discente e da sociedade civil organizada no processo avaliativo.

Conforme o Art. 5º do Regimento da Comissão Própria de Avaliação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano, a CPA é constituída por Campus, com representantes dos segmentos da comunidade acadêmica (docentes, técnico-administrativos e discentes) e da sociedade civil organizada, designada por ato do (a) Diretor (a) Geral.

Nesse sentido, o *campus* Guanambi, na condição de ofertante de cursos da Educação Básica e Superior, dispõe de uma CPA, implantada no campus no ano 2015, cuja responsabilidade é conduzir o processo interno de autoavaliação sistematizá-lo em um relatório parcial (do *campus*) e encaminhá-lo para realização de relatório final pela Comissão Central, no âmbito do IF Baiano, que é encaminhando posteriormente ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Anísio Teixeira (INEP), observadas as orientações gerais indicadas pelo SINAES.

7.2 ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO – CAMPUS GUANAMBI

A avaliação e revisão constitui etapa imprescindível ao processo de execução do Projeto Político Pedagógico, é através dela que se estabelece as relações entre o que é planejado no documento e o que efetivamente está sendo realizado na prática, identificando, sobretudo, as intercorrências que tenham ocorrido neste percurso. Assim, é importante que este acompanhamento aconteça de forma sistemática ao longo de todo o desenvolvimento do Projeto para que se possa

verificar quais os objetivos foram atingidos, quais as metas não foram alcançadas e quais ações necessitam de redirecionamento. Enfim, se o planejamento está adequado de fato às necessidades da instituição. Além disso, é o processo de avaliação que confere dinamicidade ao Projeto Pedagógico. Torna possível que sua elaboração não se restrinja apenas a uma exigência burocrática, um documento guardado na gaveta.

Do mesmo modo que o processo de elaboração o processo de acompanhamento e avaliação do PPP deve ser eminentemente participativo, com etapas definidas de modo que culmine com o redimensionamento das políticas, das diretrizes e das ações propostas pela instituição. Assim, é importante garantir a participação da coletividade da escola – docentes, discentes, técnicos-administrativos, egressos e representantes da sociedade civil, para que juntos, continuem se sentindo responsáveis pela construção da caminhada que é constituída de acertos, erros, avanços e retrocessos.

Cabe destacar que o processo de avaliação deve ser realizado sob duas dimensões: processual e global. A primeira se refere aos aspectos do Projeto que necessitam de revisão a curto prazo, que sofrem modificações constantes, como por exemplo, o diagnóstico da instituição e a Programação (plano de ações). Esta avaliação deve ocorrer anualmente, de forma intercalada com a avaliação global, ou mesmo antes desse período, se a comunidade escolar sentir a necessidade. A segunda se refere ao Marco Referencial do Projeto – princípios, concepções e diretrizes. Vasconcelos (2002) indica um prazo médio de 3 a 4 anos para revisão/atualização dessa dimensão, entretanto, considerando o prazo de revisão dos documentos norteadores do Instituto, esta avaliação deve ocorrer a cada 05 anos, tendo por base, sobretudo, as reformulações do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e do Projeto Político-Pedagógico Institucional (PPPI).

QUADRO 17 - SISTEMATIZAÇÃO DAS DIMENSÕES DO PROCESSO AVALIATIVO DO CAMPUS GUANAMBI

Processo Avaliativo	Periodicidade	Metodologia	Responsável	Resultado Esperado
---------------------	---------------	-------------	-------------	--------------------

AVALIAÇÃO DO PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO	Avaliação processual do PPP	Anual intercalada com avaliação global	e a Realização de reuniões com espaço coletivo de discussões, envolvendo todos segmentos da Comunidade Acadêmica	Comissão designada pela Direção Geral em articulação com a Diretoria Acadêmica	Revisão do diagnóstico da instituição e redimensionamento dos Planos de Ação.
	Avaliação Global do PPP	Quinquenal, em conjunto com a avaliação do PDI	Realização de reuniões com espaço coletivo de discussões deliberativas (seminários, ciclos de debates), envolvendo todos segmentos da Comunidade Acadêmica	Comissão designada pela Direção Geral em articulação com a Diretoria Acadêmica	Revisão da dimensão Filosófica do PPP (Políticas, Diretrizes...), com reafirmação ou redimensionamento.

Desse modo, para implementação do processo de acompanhamento e avaliação do Projeto Pedagógico, devem ser planejadas e realizadas reuniões, como espaços coletivos de análises, discussões e tomadas de decisões.

O resultado esperado dessas avaliações é a elaboração de um relatório contendo a sistematização do processo, e de um plano de ação, com a reafirmação ou com o indicativo de redimensionamento das políticas, das diretrizes e das ações institucionais, tendo em vista a construção de um processo educativo coerente com as filosofias defendidas no Projeto Político Pedagógico e com as intencionalidades da escola.

8. REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 1988.

_____. Congresso Nacional. **Lei Nº 8.112/90**, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais. Brasília, 1990

_____. Congresso Nacional. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96**. Brasília, 1996.

_____. Congresso Nacional. **Lei Nº 11.892/08**, que institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Brasília, 2008.

_____. Congresso Nacional. **Lei Nº 11.091/05**, que dispõe sobre a estruturação do

Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, no âmbito das Instituições Federais de Ensino vinculadas ao Ministério da Educação. Brasília, 2005.

_____. Congresso Nacional. **Lei Nº 12.677/12**, que dispõe sobre a criação de cargos efetivos, cargos de direção e funções gratificadas no âmbito do Ministério da Educação, destinados às instituições federais de ensino. Brasília, 2012.

_____. Congresso Nacional. **Lei Nº 12.772/12**, que dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal. Brasília, 2012.

_____. Congresso Nacional. **Lei Nº 10.861/04**, que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES. Brasília, 2004.

_____. Congresso Nacional. **Lei Nº 10.639/03**, que altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira". Brasília, 2003.

_____. Congresso Nacional. **Lei Nº 11.645/08**, que altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena". Brasília, 2008.

_____. Congresso Nacional. **Lei Nº 10.741/03**, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso. Brasília, 2003.

_____. Congresso Nacional. **Lei Nº 11.947/09**, que dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica, Brasília, 1999.

_____. Congresso Nacional. **Lei Nº 9.795/99**, que dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências, Brasília, 1999.

_____. Congresso Nacional. **Lei Nº 9.503/97** que institui o Código de Trânsito Brasileiro. Brasília, 1997.

Decreto Nº 7.039/09, que promulga o Protocolo de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa referente à Criação de um Fórum Franco-Brasileiro do Ensino Superior e da Pesquisa. Brasília, 2009.

Decreto Nº 5.707/06, que institui a Política e as Diretrizes para o Desenvolvimento de Pessoal da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. Brasília, 2006.

Decreto Nº 5.825/06, que estabelece as diretrizes para elaboração do Plano de Desenvolvimento dos Integrantes do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação. Brasília, 2006.

Decreto Nº 5.824/06, que estabelece os procedimentos para a concessão do Incentivo à Qualificação e para a efetivação do enquadramento por nível de capacitação dos servidores integrantes do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação. Brasília, 2006.

Decreto Nº 5.154/04, que regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Brasília, 2004.

Decreto Nº 5.622/05, que regulamenta o art. 80 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Brasília, 2005.

Decreto Nº 7.589/2011, que institui a Rede e-tec Brasil. Brasília, 2011

_____. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CEB Nº 2/12**, que define Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Brasília, 2012.

_____. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CEB Nº 6/12**, que define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio. Brasília, 2012.

_____. Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNE/CES Nº 436/2001**, que trata dos Cursos Superiores de Tecnologia - Formação de Tecnólogos. Brasília, 2001.

_____. Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNE/CP Nº 29/2002**, que trata das Diretrizes Curriculares Nacionais no Nível de Tecnólogo. Brasília, 2002.

_____. Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNE/CEB Nº 16/1999**, que trata das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional. Brasília, 1999.

_____. Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNE/CES Nº 15/2005**. Diário Oficial [da] União, Poder Executivo. Brasília, 2005.

_____. Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNE/CP Nº 28/2001**, dá nova redação ao Parecer CNE/CP 21/2001 que estabelece a duração e a carga horária dos cursos de Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. Brasília, 2001.

_____. Ministério da Educação. **Plano de Desenvolvimento da Educação**. Brasília, 2007.

_____. Ministério da Educação. **Plano Nacional de Educação** Lei nº. 13.005/14. Brasília, 2014.

_____. Ministério da Educação. **Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia**. Brasília, 2010.

_____. Ministério da Educação. **Catálogo Nacional de Cursos Técnicos**. Brasília, 2008.

_____. Ministério da Educação. **Documento Base da Educação Profissional Técnica de nível médio integrada ao ensino médio**. Brasília, 2006.

_____. Ministério da Educação. **Portaria Nº 2.051/2004**, que regulamenta os procedimentos de avaliação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES). Brasília, 2004.

_____. Ministério da Educação. **Um Novo Modelo em Educação Profissional e Tecnológica. Concepção e Diretrizes**. Brasília, 2010.

_____. Ministério da educação. **Termo de Acordo de Metas e Compromissos Ministério da Educação/Institutos Federais**. Brasília, 2010.

BAHIA. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável do Sertão Produtivo – PTDRS**, 1ª ed. Bahia, 2010. Disponível em http://sit.mda.gov.br/download/ptdrs/ptdrs_qua_territorio142.pdf. Acesso em 19 de fevereiro de 2016.

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano. **Plano de Desenvolvimento Institucional 2015-2019**. Resolução nº 02 – Conselho Superior, 05 de fevereiro de 2015. Salvador: Reitoria, 2015.

_____. **Organização Didática da Educação Superior**. Resolução nº 18 – Conselho Superior, 31 de outubro de 2012.

_____. **Organização Didática dos Cursos da Educação Profissional Técnica de Nível Médio do IF Baiano**. Resolução nº 05 – Conselho Superior, 29 de março de 2011.

_____. **Regimento da Comissão Própria de Avaliação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano**. Resolução Nº 14 - Conselho Superior, 12 de junho de 2015.

_____. **Regulamento do Programa de Mobilidade Acadêmica Internacional do Instituto Federal Baiano**. Resolução nº 22/2014 - Conselho Superior, de 31 de outubro de 2014.

ARAUJO, Adilson César. **Gestão democrática da educação: a posição dos docentes**. 2000. 220 f. Dissertação (mestrado) – Faculdade de Educação, Universidade de Brasília, Brasília.

AUSUBEL, D. P. A aprendizagem significativa: a teoria de David Ausubel. São Paulo: Moraes, 1982.

BARRETO, Ranieri Muricy, org. **BAHIA 2000-2013. Estudos Estados Brasileiros.** São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2014.

BELLONI, Isaura. **Avaliação Institucional: um instrumento de democratização da educação.** Disponível em: <<http://periodicos.unb.br/index.php/linhascriticas/article/viewFile/6711/5418>> Acesso em: 19 de abril de 2016.

CALDEIRA, Anna M. Salgueiro. **Resinificando a avaliação escolar.** In: _____. Comissão Permanente de Avaliação Institucional: UFMG-PAIUB. Belo Horizonte: PROGRAD/UFMG, 2000.

CIAVATTA, Maria. **A formação integrada: a escola e o trabalho como lugares de memória e de identidade.** In: FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise (Org.). Ensino médio integrado: concepção e contradições. São Paulo: Cortez, 2005.

FAZENDA, I. **Integração e Interdisciplinaridade no Ensino Brasileiro: Efetividade ou ideologia?** São Paulo: Loyola, 1992.

FERREIRA, Aurélio. B. H.; **Novo Aurélio século XXI: o dicionário da língua portuguesa.** 3ª.ed. Editora Nova Fronteira. Rio de Janeiro, 1999.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido.** Rio de Janeiro. Paz e terra, 42º edição 2005.

FREIRE, Paulo. **Política e Educação: ensaios.** 5ª ed. São Paulo: Cortez, 2001

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: Saberes necessários à prática educativa.** São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GADAMER, Hans-Georg. **Verdade e método.** Tradução de Flávio Paulo Meurer (revisão da tradução de Enio Paulo Giachini). 7. ed. Petrópolis: Vozes, Bragança Paulista: EDUSF, 2002. (Coleção pensamento humano).

GADOTTI, M. **Convite à leitura de Paulo Freire.** São Paulo: Scipione, 1999.

GOERGEN, Pedro. Formação humana e sociedades plurais. **Revista Espaço Pedagógico.** v. 21, n. 1, Passo Fundo, p. 23-40, jan./jun. 2014 | Disponível em <www.upf.br/seer/index.php/rep>. Acesso em: 04 de maio 2016.

GRACINDO, Regina Vinhaes. **Gestão democrática nos sistemas e na escola.** Brasília : Universidade de Brasília, 2007.

HEIDEGGER, Martin. **Ser e Tempo.** (I) Col. Pensamento Humano. [Trad. Márcia de

Sá Cavalcanti]. Petrópolis: Vozes, 2005.

HOFFMANN, Jussara. **Avaliação formativa ou avaliação mediadora?** Disponível em: <http://didaticageraluece.blogspot.com.br/2011/10/texto-09-avaliacao-formativa-ou.html>> Acesso em: 09 de março de 2016.

_____. **Avaliação: mito e desafio: uma perspectiva construtivista.** 18. ed. Porto Alegre: Mediação, 1995.

_____. **Avaliação Mito & Desafio: uma perspectiva construtivista.** 6. ed. Porto Alegre: Educação & Realidade, 1992.

KUENZER, A. Z. (Org.). **Ensino Médio: construindo uma proposta para os que vivem do trabalho.** 3. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

LIBÂNEO, J. C. **Didática.** São Paulo: Cortez, 1994.

LOPES, Alice Casimiro; MACEDO, Elizabeth. **Teorias de Currículo.** – São Paulo: Cortez, 2011.

LUCK, Heloísa. **A escola participativa: o trabalho do gestor escolar.** 2.ed. Rio de Janeiro: DP&A, 1998.

_____. **Perspectivas da avaliação institucional da escola.** Rio de Janeiro: ed. Vozes. 2012.

MACEDO, Roberto Sidnei. **Currículo: Campo, Conceito e Pesquisa.** 6ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

_____. **Etnopesquisa Crítica, Etonopesquisa-formação.** 2ed. Brasília: Líber Livro Editora, 2010.

_____. **Currículo, diversidade e equidade: luzes para uma educação intercrítica.** Salvador: EDUFBA, 2007.

_____. **Currículo: campo, conceito e pesquisa.** Petrópolis: Vozes, 2007.

MENDES, Elzir Ivo Fernandes...[et al]. **Memorial: Experiências, reflexões e esperanças: um recorte histórico da educação municipal de Guanambi.** Guanambi, 2008.(Sem publicação).

MORIN, E. **Os Sete Saberes necessários à Educação do Futuro.** 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2000.

PACHECO, Eliezer (org.). **Institutos Federais uma revolução na educação profissional e tecnológica.** Brasília: Fundação Santillana/ Ed. Moderna, 2011.

PATRÃO, Carla Nogueira. **Pesquisa Nacional de Egressos dos Cursos Técnicos da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica (2003-2007)**. Brasília, 2009.

PENA, Mônica Diniz C. **Acompanhamento de Egressos no Âmbito Educacional Brasileiro: análise da situação profissional de diplomados nos cursos de engenharia industrial - Engenharia - Elétrica e Mecânica – do CEFET/MG**, no período de 1988 a 1994. 200. 157p. Dissertação (Mestrado) – Diretoria de Pesquisa e Pós-Graduação do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais. Belo Horizonte, Minas Gerais, 2000

PENA. **Escola-aluno-empresa: uma experiência em processo no CEFET/MG. Educação e Tecnologia**: periódico técnico -científico dos Programas de pós-Graduação em Tecnologia dos CEFET's – PR/MG/RJ, Curitiba: CEFET/PR, n.2, p.127-135, ago. 1998.

RAMOS, Marise. **Possibilidades e desafios na organização do currículo integrado**. In: FRIGOTTO; Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise (Org.). Ensino médio integrado: concepções e contradições. São Paulo: Cortez, 2005.

RIOS, Terezinha Azerêdo. **Compreender e Ensinar**: por uma docência da melhor qualidade. 3ed. São Paulo: Cortez, 2002.

SANTOMÉ, J. **Globalização e Interdisciplinaridade: o currículo integrado**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

SAVIANI, Dermeval. **Trabalho e educação: Fundamentos ontológicos e históricos**. Revista Brasileira de Educação, São Paulo. v. 12. n. 34, p. 152-165, jan./abr. 2007.

VASCONCELOS, Celso dos Santos. Planejamento: Projeto de Ensino e aprendizagem e Projeto Político Pedagógico. (Org.). Campinas/SP: Papirus. 2002.

VEIGA, Ilma Passos A. **Perspectivas para reflexão em torno do projeto político-pedagógico**. In: VEIGA, Ilma Passos A. e RESENDE, Lúcia G. de (org.). Escola: espaço do projeto político-pedagógico. Campinas, SP: Papirus, 1998.

ANEXO



**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO
CAMPUS DE GUANAMBI**

PLANO DE AÇÃO - 2016	
Objetivo Estratégico:	1. CONSOLIDAR OS CURSOS OFERTADOS
Indicadores	Meta 2015
Índice de Eficiência Acadêmica	55%
Índice de Retenção do Fluxo Escolar	18%

Relação Concluintes x vaga ofertada		50%
Índice de Satisfação dos alunos em relação à Instituição		41%
Índice de Evasão		21%
Ação		Setor responsável
Implantação de Projeto de Nivelamento e Acompanhamento dos estudantes dos cursos da Educação Profissional de Nível Médio e da Educação Superior, envolvendo estagiários e monitores.		Coordenação de Ensino, Assessoria Pedagógica e Coordenações de Cursos
Atuações de monitores no projeto de nivelamento e reforço escolar conforme Edital Nº10/2014 e seleção de estagiários para atuação no projeto de nivelamento conforme Edital específico.		Coordenação de Ensino, Assessoria Pedagógica, Coordenações de Cursos.
Desenvolvimento de projetos multidisciplinares para atuarem na melhoria da qualidade de vida do aluno em relação ao ensino-aprendizagem.		NAPEAPEE
Identificação dos alunos que apresentam mais dificuldades por área do conhecimento		Corpo Docente, Coordenações de Curso, Assessoria Pedagógica.
Implantação do programa de tutoria acadêmica para os estudantes dos cursos da Educação Profissional de Nível Médio e da Educação Superior.		Corpo Docente.
Objetivo Estratégico:	2. FORTALECER E AMPLIAR AS AÇÕES DE PESQUISA, INOVAÇÃO E PÓS-GRADUAÇÃO	
Indicadores		Meta 2015
Nº de projetos de Pesquisa por Campus		6
Percentual do corpo docente participando de projetos de pesquisa		10
Percentual de alunos participando de iniciação científica/pesquisa		1
Nº total de projetos de pesquisa realizados		58
Nº de produções científicas publicadas		92
Nº de inovações tecnológicas patentes		0
Nº de Cursos de Pós-Graduação Lato Sensu		1
Nº de Cursos de Pós-Graduação Stricto Sensu		1
Ação		Setor responsável
Criação espaço para integralização do grupo de pesquisa do campus Guanambi		Coordenação de Pesquisa
Promover integração de membros de Grupos de Pesquisa em Projetos interdisciplinares		Coordenação de Pesquisa
Incentivo à participação em grupos de pesquisa e criação de novos grupos de pesquisa		Coordenação de Pesquisa
Aquisição de equipamentos necessários ao trabalho de pesquisa		Coordenação de Pesquisa

Incentivo à submissão de projetos de infraestrutura de laboratórios em editais de agências de fomento externo	Coordenação de Pesquisa
Realização de Seminários e Dia-de-Campo	Coordenação de Pesquisa
Realização do FORBATEC E DO FORLIC	Coordenação de Pesquisa
Realização da Semana Acadêmica	Coordenação de Pesquisa
Incentivo à participação de editais externos de auxílio à participação em eventos	Coordenação de Pesquisa
Criação de Fórum de discussão sobre Problemas Agrícolas no Perímetro Irrigado de Ceraíma	Coordenação de Pesquisa
Criação de grupos de pesquisa intercampi e inter institucional	Coordenação de Pesquisa
Incentivo à participação em editais da Externos para apoio à publicação científica	Coordenação de Pesquisa
Apoio aos discentes para participação em eventos técnicos Científicos	Coordenação de Pesquisa
Objetivo Estratégico:	3. FORTALECER E AMPLIAR AS AÇÕES DE EXTENSÃO
Indicadores	Meta 2015
Nº de projetos de Extensão por Campus	4
Percentual do corpo docente participando de projetos de Extensão	9,4
Percentual de alunos participando de iniciação científica/extensão	6,3
Nº de projetos de extensão	42
Nº de trabalhos apresentados	69
Ação	Setor responsável
Métodos de conservação e produção de alimentos orgânicos	Coordenação de Extensão
Prática interdisciplinar de prática esportiva e de lazer	Coordenação de Extensão
Projeto de inclusão digital da comunidade guanambiense	Coordenação de Extensão
Experimentos de química para estudantes do ensino fundamental do núcleo e vila de ceraíma	Coordenação de Extensão
Manejo e controle de pragas e uso correto de epis, equipamento de proteção individual	Coordenação de Extensão
Objetivo Estratégico:	4. EXPANDIR A OFERTA DE CURSOS E VAGAS EPT
Indicadores	Meta 2015
Índice de aumento da relação ingressos/alunos	8%
Percentual de aumento do número de vagas ofertadas	14%
Percentual de alunos matriculados no EPT-NM por Campus	35
Percentual de alunos matriculados no PROEJA por Campus	2

Percentual de alunos matriculados nas LICENCIATURAS por Campus		4
Ação	Setor responsável	
Estudo de Demanda a fim de verificar a viabilidade em ofertar no Campus um Curso Técnico em Informática Integrado ao Ensino Médio.	DA, CE e Comissão Designada	
Criação de grupo de trabalho e Reabrir a discussão sobre a modalidade, PPC e público alvo do PROEJA no Campus Guanambi	DA, CE e Coordenação do PROEJA	
Realização de Estudo de Demanda a fim de verificar a viabilidade em ofertar no Campus mais um Curso de Licenciatura.	DA, CE e Comissão Designada	
Fazer levantamento sobre as potencialidades socioeconômicas do município e da região circunvizinha com base em pesquisas públicas e publicações oficiais	Diretoria Acadêmica, Coordenação de Ensino, Coordenações dos Cursos	
Realizar um estudo comparativo entre os cursos técnicos oferecidos identificando a existência ou não de verticalização entre eles	Diretoria Acadêmica, Coordenação de Ensino, Coordenações dos Cursos	
Realizar uma análise dos cursos técnicos ofertados verificando a integração com os arranjos produtivos locais.	Diretoria Acadêmica, Coordenação de Ensino, Coordenações dos Cursos	
Definir critérios orientadores para criação dos cursos técnicos.	Diretoria Acadêmica, Coordenação de Ensino, Coordenações dos Cursos	
Objetivo Estratégico:	5. CONSOLIDAR A IDENTIDADE E IMAGEM INSTITUCIONAL	
Indicadores		Meta 2015
Relação candidato/vaga		6
Percentual de aumento de candidatos no processo seletivo em relação ao ano anterior		30%
Número de eventos relacionado a gestão democrática		5
Número de conselhor gestores implantados e em funcionamento		0
Criação de rádios dos campus em todos os campi até 2019		0
Número de ocorrências de divulgação institucional		28
Número de eventos de avaliação das políticas institucionais		7
Ação	Setor responsável	
Implementação de melhorias da comunicação entre os setores, através do fortalecimento das ações do núcleo de comunicação e eventos do campus.	DG	
Divulgação dos cursos ofertados no Campus através da realização de palestras nas escolas da região, na imprensa falada e escrita e nas redes sociais	DG	
Realização de parcerias com as escolas de Guanambi e região para que os alunos, principalmente do Ensino Fundamental II visitem e conheçam o nosso Campus.	DG / Comunicação e Eventos	

Realização de parcerias com as escolas de Guanambi e região para que os alunos, principalmente do Ensino Fundamental II visitem e conheçam o nosso Campus.	DG/Gabinete
Interação com os grupos de servidores e alunos nas redes sociais	DG
Criação do Conselho Administrativo do Campus	DG
Promoção de diálogo com a comunidade acadêmica a fim de consolidar as decisões tomadas pela gestão	DG
Realização de reuniões periódicas de avaliação das ações	DG
Divulgação do Boletim de Serviço Interno conforme Organograma do Campus	DG
Objetivo Estratégico:	6. CONSOLIDAR E AMPLIAR AS POLÍTICAS INCLUSIVAS E AFIRMATIVAS
Indicadores	Meta 2015
Índice de acessibilidade	-
Percentual de estudantes com necessidades educacionais específicas atendidas	77%
Número de ações desenvolvidas em prol do melhor atendimento dos estudantes com deficiência	8
Número de ações de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidas com comunidades tradicionais e minorias	5
Ação	Sector responsável
Aquisição de óculos para os discentes que possuem dificuldades para enxergar	CAE
Efetivação de palestras que retratam as temáticas inclusão e diversidade	CAE
Realização de Visitas às comunidades Quilombolas da Região de Guanambi, discutir parcerias e ver as possibilidades da realização de estudos.	NEABI
Realização de Workshop – Consciência Negra e Indígena: Debate acerca da realidade do indivíduo afro-brasileiro e indígena no séc. XXI.	NEABI, Coordenação de Ensino, Coordenação de Extensão e Coordenação de Pesquisa
Realização de uma Gincana com a Temática: Herança Africana, Indígena e Cigana nos dias atuais.	NEABI, CAE e Coordenação de Extensão
Promoção de momentos de sensibilização juntos aos alunos de diversos cursos visando estabelecer maior vínculo com os alunos NEABI	NEABI
Desenvolvimento de ações pedagógicas que visem a inclusão dos estudantes afro-brasileiros.	NEABI e Coordenação de Ensino
Incentivo à participação em eventos de diversidade e inclusão afro-brasileiros e indígenas	NEABI
Estruturação física do espaço NEABI	NEABI e Direção Geral
Objetivo Estratégico:	7. PROMOVER A INTEGRAÇÃO DAS AÇÕES DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO
Indicadores	Meta 2015
Número de editais em conjunto	16

Número de projetos/programas articulados		18
Número de seminários/feiras/congressos articulados		19
Ação	Setor responsável	
Organizar eventos em sábados letivos para apresentação de resultados obtidos em projetos de pesquisa e extensão	Coordenação de Ensino, Coordenação de Pesquisa e Coordenação de Extensão	
Elaboração dos Projetos visando a integração entre as áreas do conhecimento de cada curso	Coordenação de Ensino e Coordenações de Curso da EPTNM e docentes	
Realização de reunião com os docentes a fim de deliberar temas norteadores dos projetos	Coordenação de Ensino e Coordenações de Curso da EPTNM e docentes	
Definição das atividades a serem executadas e dos recursos que serão utilizados	XXX/XXXCoordenação de Curso da EPTNM, Equipe Pedagógica e Corpo Docente	
Definição de uma atividade de culminância do projeto a ser desenvolvida em um sábado letivo	Coordenação de Ensino, Corpo Docente e Coordenação de Curso da EPTNM	
Operacionalização dos Projetos Integradores	Corpo Docente e Equipe Pedagógica	
Seleção de estagiários e monitores para atuação no projeto de nivelamento conforme Edital específico	Coordenação de Ensino, Comissão Designada e Docentes	
Realização de encontros para palejamentos coletivos (Jornadas Pedagógicas, reuniões de colegiados, Conselhos de Classe)	Coordenação de Ensino, Coordenação de Cursos e NAPEAPEE	
Acompanhamento do planejamento do professor através do Plano de Ensino em consonância com o diário de classes durante todo o período letivo	Coordenação de Ensino e NAPEAPEE	
Objetivo Estratégico:	8. PROMOVER O ACOMPANHAMENTO DE EGRESSOS, ITINERÁRIOS FORMATIVOS E INSERÇÃO SOCIOPROFISSIONAL	
Indicadores		Meta 2015
Índice de Egressos empregados na área de formação ou em áreas correlatas		13
Índice de egressos que ingressaram novamente na instituição		5
Índice de satisfação dos egressos		23
Percentual de alunos FIC para técnico		3
Percentual de alunos do nível técnico para nível superior		8
Percentual de alunos do nível superior para pós-graduação		3
Ação	Setor responsável	
Realização de encontros, internos e/ou externos, com as empresas parceiras visando uma relação mais próxima e maior empregabilidade dos egressos	Direção Geral e Núcleo de Relações Institucionais	

Realização de encontro "alunos concluintes e egressos" objetivando maior estímulo na profissão escolhida;	Direção Acadêmica e Núcleo de Relações Institucionais
Realização de um ciclo de Palestras sobre a importância, perspectivas e possibilidades de cada profissão dos cursos de graduação ofertados pela instituição.	Direção Acadêmica e Núcleo de Relações Institucionais
Realização de seminários temáticos envolvendo as diferentes áreas ofertadas no campus (Agropecuária, Agroindústria e Informática) utilizando os sábados letivos	DA; CE; Coordenadores de cursos; NAPEAPEE
Realização da Aula da Saudade envolvendo todos os egressos dos cursos ofertados pelo Campus.	CE - NAPEAPEE - NRI
Objetivo Estratégico:	9. ADOTAR O PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO COMO INSTRUMENTO DE DESENVOLVIMENTO
Indicadores	Meta 2015
Índice de atingimento das metas propostas	-
Índice de Satisfação dos Públicos estratégicos (discentes, servidores e comunidade externa)	-
Ação	Setor responsável
Solicitação mensal, dos setores competentes, a elaboração de relatórios sobre o andamento das ações que constam no planejamento estratégico	DG, DA e DADM
Criação de comissão para acompanhamento do planejamento estratégico e implementação do plano de ação do campus	DG
Realização de reuniões bimestralmente com a equipe gestora para monitorar a implementação do PAA	DG
Realização de reuniões entre as direções, promovendo análise constante das metas estabelecidas e priorizando a execução das mais relevantes	DG, DA e DADM
Disponibilização de informações sobre as ações ao final de cada mês, por meio de relatórios divulgados no boletim de serviços internos.	DG, DA e DADM
Objetivo Estratégico:	10. FORTALECER E AMPLIAR AS AÇÕES DE INTERNACIONALIZAÇÃO
Indicadores	Meta 2015
Número de parcerias internacionais	1
Número de servidores enviados ao exterior	9
Número de alunos enviados ao exterior	30
Número de vagas ofertadas em cursos de idiomas	280
Ação	Setor responsável
Elaboração de Projeto para criação do Centro de idiomas para viabilizar o aprendizado e a fluência de línguas estrangeiras.	Diretoria Geral / Diretoria Acadêmica

Objetivo Estratégico: 12. FORTALECER E AMPLIAR AS PARCERIAS		
Indicadores		Meta 2015
Número de Parcerias		
Cadastro de possíveis parceiros		
Ação		Setor responsável
Estabelecer Contato com as empresas concedentes para ampliação dos espaços e tempos de estágio.		NRI
Estreitar as relações entre campus-comunidade		NRI/DA
Criar sistema interno de cadastro de parceiros.		NRI/NGTI
Ampliar o número de parceiros.		NRI/DA
Elaboração de Folders e panfletos informativos sobre as Relações Intitucionais, em especial no âmbito do estágio.		NRI
Objetivo Estratégico: 13. CONSOLIDAR A EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA		
Indicadores		Meta 2015
Índice de oferta de vagas em relação às vagas presenciais ofertadas		
Índice de Retenção		20
Índice de Evasão		15
Percentual de ocupação (aluno/vagas ofertadas)		49
Ação		Setor responsável
Continuação para o II Módulo ou Reimplantação do I Módulo dos Cursos de Inglês e Espanhol pela Rede E-Tec Brasil e IFBaiano.		Coordenação de Polo – EAD do Campus Guanambi
Estudo de Demanda para Implantação dos Cursos do Programa Profuncionario e Ifbaiano no Polo Guanambi.		Coordenação de Polo – EAD do Campus Guanambi
Implantação do Curso Técnico em Alimentação Escolar pelo Programa Profuncionario		Coordenação de Polo – EAD do Campus Guanambi
Implantação do Curso Técnico em Multimeios Didáticos pelo Programa Prófuncionario em Parceria com o Ifbaiano		Coordenação de Polo – EAD do Campus Guanambi
Visita ao Polo - Ibipitanga para assuntos de Implantação de Laboratórios e Novas Turmas		Coordenação de Polo – EAD do Campus Guanambi
Objetivo Estratégico: 14. Aprimorar e ampliar as políticas de qualificação e capacitação de servidores		
Indicadores		Meta 2015
Índice de execução orçamentária para capacitação		82%
Índice de titulação do corpo docente		4
Percentagem de técnicos administrativos capacitados		46%
Percentagem de docentes capacitados		36%
Ação		Setor responsável
Buscar parcerias para implantação de mestrado junto à Instituições de Ensino da Região de Guanambi, para qualificação dos servidores deste Campus		NAGP
Capacitação de Servidores		NAGP

Capacitação de Servidores técnicos administrativos financeiros		DAP
Objetivo Estratégico:	15. Gerar e disponibilizar dados, informações e conhecimento	
Indicadores		Meta 2015
Índice de processos administrativos e acadêmicos informatizados		24%
Ação		Setor responsável
Implantação do sistema de Registros acadêmicos		NGTI/Secretária de Atendimento ao Aluno
Capacitação da equipe de TI		Diretoria Adm/ NGTI
Atualizar Tecnologias utilizadas para ampliar capacidade de armazenamento e acesso a dados e arquivos		NGTI
Objetivo Estratégico:	16. Promover a saúde, o bem-estar e a qualidade de vida do servidor no ambiente de trabalho	
Indicadores		Meta 2015
Índice de Satisfação dos servidores		-
Índice de exame periódico regularizado		-
Índice de absenteísmo		-
Ação		Setor responsável
Realização de um evento comemorativo ao dia da mulher.		Direção Geral, Diretoria Acadêmica e Diretoria administrativa
Realização de Evento Comemorativo ao dia do servidor.		Direção Geral, Diretoria Acadêmica e Diretoria administrativa
Realização de Torneio esportivo entre os servidores (confraternização de fim de ano)		Diretoria Acadêmica, Coordenação de Assistência Estudantil e SELC
Promoção da semana da saúde e segurança do servidor		Direção Geral, Diretoria Acadêmica e Diretoria administrativa
Objetivo Estratégico:	17. GARANTIR A INFRAESTRUTURA FÍSICA E TECNOLÓGICA	
Indicadores		Meta 2015
Percentual de cumprimento das metas do Plano Diretor de Infraestrutura		-
Percentual de cumprimento das metas do Plano Diretor de Tecnologia da Informação		-
Índice de Satisfação dos servidores e discentes		54%
Percentual de informatização do acervo da biblioteca		-
Número de livros adquiridos por curso		-
Ação		Setor responsável

Atender despesas com contrato de mão de obra terceirizada de limpeza e apoio administrativo.	Diretoria administrativa e financeira
Atender despesas com contrato de mão de obra terceirizada de segurança.	Diretoria administrativa e financeira
Atender despesas com contrato de gerenciamento de combustível.	Diretoria administrativa e financeira
Atender despesas com contrato com correios.	Diretoria administrativa e financeira
Atender despesas com contrato de telefonia fixa.	Diretoria administrativa e financeira
Atender despesas com contrato de abastecimento de água.	Diretoria administrativa e financeira
Atender despesas com contrato de fornecimento de luz.	Diretoria administrativa e financeira
Atender despesas com contrato de gerenciamento de frota.	Diretoria administrativa e financeira
Atender despesas com contrato de cessão de impressoras.	Diretoria administrativa e financeira
Atender despesas com contrato da empresa brasileira de comunicação.	Diretoria administrativa e financeira
Atender despesas com contrato de seguro de alunos.	Diretoria administrativa e financeira
Objetivo Estratégico:	18. APERFEIÇOAR O PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO
Indicadores	Meta 2015
Índice de cumprimento das metas previstas associadas ao orçamento	75%
Percentual de ações previstas no plano de ação com alocação orçamentária	75%
Ação	Setor responsável
Realização de reuniões entre as direções, promovendo análise constante das metas estabelecidas e priorizando a execução das mais relevantes	DG,DADM,DA
Objetivo Estratégico:	19. GARANTIR A QUALIDADE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
Indicadores	Meta 2015
Gastos correntes por aluno/ano	-
Percentual de gastos com outros custeio (exclusive benefícios)	81%
Percentual de gastos com investimento (em relação aos gastos totais)	19%
Índice de Restos a pagar	36%
Ação	Setor responsável
Análise de cada pedido de compras solicitados aos setores a fim de evitar o gasto desnecessários com itens que por exemplo tenha em estoque na escola.	DA,DG, DADM

Reunião Mensal para planejamento e prestação de contas dos gastos	DA,DG, DADM
Divulgação mensal da execução orçamentaria referente ao ano de 2016	DA,DG, DADM